



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES (Mandato 2016-2020)

ÍNDICE

1. CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL.....	4
1.1. Ingerência, radicalização e guerra: Um mundo mais perigoso que exige unidade e coesão dos trabalhadores e dos povos na luta pela paz.....	4
1.2. Uma União Europeia subordinada aos interesses do capital.....	5
1.3. Nova situação política: avanços e limitações.....	6
1.4. Iniciativas e acções de Luta.....	9
2. ORGANIZAÇÃO, QUADROS SINDICAIS E FORMAÇÃO.....	11
2.1. A Organização de Base.....	11
2.1.1. Sindicalização.....	11
2.1.2. Delegados Sindicais.....	12
2.1.3. Representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho.....	12
2.1.4. Comissões de Trabalhadores.....	13
2.2. Eleições em Sindicatos.....	13
2.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical.....	14
2.3.1. Sindicatos.....	14
2.3.2. Uniões de Sindicatos.....	16
2.3.3. Federações de Sindicatos.....	16
2.4. As Organizações Específicas.....	16
2.4.1. Interjovem/CGTP-IN.....	16
2.4.2. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN.....	18
2.4.3. Inter-Reformados/CGTP-IN.....	21
2.5. A Gestão Financeira e os Contratos-Programa.....	25
2.6. Formação Sindical.....	28
3. POLÍTICA REIVINDICATIVA, CONTRATATAÇÃO COLECTIVA E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL.....	30
3.1. Acção e Luta Reivindicativa.....	31

3.2. Contratação Colectiva.....	33
3.3. Participação Institucional.....	34
4. EMPREGO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO.....	35
4.1. Emprego.....	35
4.1.1. Precariedade.....	36
4.1.2. Formação Profissional.....	37
4.1.3. Assimetrias regionais.....	38
4.1.4. Sector Empresarial do Estado.....	39
4.1.5. Posições públicas/institucionais.....	39
4.2. Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social.....	39
5. POLÍTICAS SOCIAIS, DEFESA E REFORÇO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO.....	41
5.1. Políticas Sociais.....	41
5.2. Segurança Social e Protecção Social.....	42
5.3. Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.....	44
5.4. Política Inclusiva.....	45
5.5. Política de Saúde.....	45
5.6. Projecto EURÍDICE - Prevenção das Toxicodependências em Meio Laboral.....	46
5.7. Política de Educação.....	46
5.8. Política Fiscal.....	47
6. A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, IGUALDADE, CULTURA E TEMPOS LIVRES.....	48
6.1. Segurança e Saúde no Local de Trabalho.....	48
6.2. Igualdade entre Mulheres e Homens.....	49
6.3. Igualdade e Combate às Discriminações.....	50
6.4. Cultura e Tempos Livres e Centro de Arquivo e Documentação.....	51
6.4.1. Centro de Arquivo e Documentação.....	51
7. INFORMAÇÃO, PROPAGANDA SINDICAL; COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES PÚBLICAS.....	55
7.1. Informação e Propaganda Sindical.....	56
7.2. Comunicação Social.....	57
7.3. Relações Públicas.....	58
8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, SOLIDARIEDADE, PAZ, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E MIGRAÇÕES.....	58
8.1. Actividade Internacional.....	58
8.2. Confederação Europeia dos Sindicatos (CES).....	59
8.3. Movimento Sindical Europeu.....	60
8.4. Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP).....	60
8.5. África.....	60
8.6. Espaço Euromediterrânico.....	60
8.7. Espaço Latino-Americano.....	60
8.8. Outros Espaços Sindicais.....	61

8.10. Solidariedade Internacional e Paz.....	61
8.11. Globalização e Movimentos Sociais.....	62
8.12. Actividades Comunitárias.....	62
8.13. Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	62
8.14. Migrações.....	63
9. ORGÃOS ESTATUÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO.....	64
9.1. Plenário de Sindicatos.....	64
9.2. Conselho Fiscalizador.....	64
9.3. Conselho Nacional.....	65
9.4. Secretariado do Conselho Nacional.....	65
9.5. Comissão Executiva do Conselho Nacional.....	65
9.5.1. Secretário-Geral.....	66
9.6. Apreciação geral.....	67
10. ANEXOS.....	68
10.1. Lutas realizadas no período do Mandato.....	68

1. CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL

1.1. Ingerência, radicalização e guerra: Um mundo mais perigoso que exige unidade e coesão dos trabalhadores e dos povos na luta pela paz

Os desenvolvimentos desde o último Congresso na situação mundial, não sendo lineares em todos os países e regiões do globo, traduzem uma situação internacional tensa, complexa e perigosa. O capital, a braços com a sua crise estrutural, com crescentes dificuldades em realizar a mais-valia, recorre a forças mais radicais que para manter e aumentar os seus privilégios e não tem pejo em fazer tábua rasa de princípios democráticos. Quando se comemoraram os 100 anos da Revolução de Outubro, processo que foi impulsionador de avanços ímpares no trabalho e nos direitos dos trabalhadores, confirma-se a actualidade da luta pela construção de uma sociedade alternativa sem a exploração do homem pelo homem.

Num quadro de brutal centralização da riqueza, com 1% da população mais rica a acumular 99% da riqueza, o PIB mundial aumentou, em média, 3,5% entre 2016 e 2020, com os países em que as forças produtivas estão mais desenvolvidas a evoluírem a um ritmos de 2,1% e países como a China ou a Índia a apresentarem 6,6% e 7,1%, respectivamente. No final de 2019 havia mais de 700 milhões de trabalhadores que, trabalhando todos os dias, se encontravam numa situação de pobreza extrema ou “moderada”, com a parte da riqueza que reverte para os trabalhadores a reduzir-se, enquanto que a que vai para o capital, em termos brutos, não parou de aumentar, confirmando uma tendência de longo prazo de aumento da exploração. Assim, a força de trabalho subutilizada era superior a 140 milhões de pessoas, o desemprego foi uma realidade para mais de 170 milhões de seres humanos e a precariedade generalizou-se.

É neste contexto que o capital procura instrumentalizar o desenvolvimento tecnológico para acentuar as desigualdades, não só entre países, mas também entre os detentores dos meios de produção e aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho. Para a CGTP-IN é inconcebível que os avanços científicos, em si um produto do trabalho, sejam utilizados como factor de retrocesso social e não como elementos para uma mais justa distribuição da riqueza e a melhoria das condições de vida e de trabalho.

Na mesma linha, partindo de justas preocupações dos efeitos da predação dos recursos naturais no futuro do planeta e dos seus impactos negativos para o ambiente e os povos, está em desenvolvimento uma nova forma de fazer negócio em torno das alterações climáticas e desenvolve-se uma campanha de individualização de responsabilidades e criminalização de comportamentos para escamotear a questão central que se prende com o modo de produção dominante, o seu funcionamento intrínseco, as suas limitações, contradições e esgotamento, e a necessidade imperiosa de o derrotar.

Ao mesmo tempo, cresce a despesa mundial com equipamentos e acções de guerra, com os EUA a adoptarem uma postura que, no plano interno fomenta a exploração, o ódio e a xenofobia e que, no plano mundial, por vezes com o recurso à NATO, torna o mundo mais perigoso e inseguro. No Médio Oriente, a ingerência assumiu contornos diversos, desde o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel e o apoio à edificação de mais colonatos à margem e ao arrepio do direito internacional e das resoluções da ONU, passando pelas medidas que visam prolongar o conflito na Síria, até á quebra dos acordos de desnuclearização com o Irão e ao recente assassinato duma alta patente do exército iraniano em território do Iraque.

Na América Latina os EUA retomaram velhas práticas, com resultados diferenciados. Se os golpes na Bolívia e no Brasil, nesta primeira fase, se consubstanciaram, falhou a tentativa na Venezuela, há avanços assinaláveis na Argentina e em outros países daquela região. Em todos os casos a luta, a resistência e a unidade dos trabalhadores e dos povos terá um papel central no desfecho destas situações.

Em África prossegue a luta do povo saharai pela autodeterminação e manteve-se a instabilidade, a guerra e a destruturação que, depois das “primaveras” árabes que se confirmaram como um longo “inferno”, condenam milhões de seres humanos para campos de refugiados sem condições mínimas de dignidade e lançam em desespero homens, mulheres e crianças para a travessia do Mar Mediterrâneo, transformado em mar de morte, e para o confronto com os muros erguidos por países da União Europeia.

Face a esta complexa e exigente situação, a CGTP-IN manteve e aprofundou a sua matriz solidária e internacionalista. Entre muitas acções realizadas, destacamos a Conferência Internacional sobre o Futuro do Trabalho, promovida pela CGTP-IN em 2017 que, pelo seu conteúdo e nível de participação, constituiu um inestimável contributo dos trabalhadores portugueses para o aprofundamento da reflexão sobre a situação internacional e o desenvolvimento da luta pela construção de um mundo mais solidário, de paz e progresso social.

1.2. Uma União Europeia subordinada aos interesses do capital

Também na Europa se fazem sentir os efeitos da crise do sistema e a ofensiva ideológica que lhe vem associada. A extrema-direita ganha terreno em diferentes países e sob diferentes matizes. Na Ucrânia como instrumento para o avanço da NATO. Na Hungria, Polónia, França, Alemanha, Espanha e Itália como força aglutinadora do descontentamento e ferramenta do capital para manter e aprofundar as condições que lhe permitem a brutal centralização da riqueza.

Ao nível da União Europeia (UE), o período entre 2016 e 2020 ficou marcado pelo crescente descrédito e distanciamento em relação aos povos, bem patente da decisão do povo Britânico de sair da UE e na resposta das grandes potências que, ao invés de inverter o rumo, acentuam o carácter militarista, federalista e neoliberal.

Inserido nesta dinâmica, ganhou força a necessidade de constituição de um exército europeu no quadro da UE, criando assim um braço armado da NATO neste continente, sobressaindo a vertente militar como resposta aos problemas e crises que afectam os trabalhadores, os povos e os Estados.

Também o reforço do poder das grandes potências e a conseqüente acentuação da divergência entre países, assim como a chantagem sobre o povo inglês para revogar o referendo que deu origem ao Brexit, é paradigmático do carácter do denominado “projecto europeu”. Um projecto que encontra na união bancária, que reforça o peso de Espanha no sistema ibérico da União Económica Orçamental, no ditame da dívida e no défice, nas chamadas reformas estruturais, na criação do Fundo Monetário Europeu e na integração do Tratado Orçamental no direito europeu, instrumentos essenciais do caminho federalista. Surgem também “novos” conceitos de convergência com o crescimento económico a ser substituído pelos níveis de défice e dívida ou com a criação de um ministro das finanças europeu. Já a cooperação reforçada e o pilar europeu dos direitos sociais, confirmam-se como instrumentos para flexibilizar as relações laborais e promover uma efectiva desvalorização interna, com uma maior pressão sobre a contratação colectiva.

O carácter neoliberal fica ainda espelhado na discussão e definição do Orçamento da UE, com o reforço da vertente militarista, com mais verbas para este pilar, que são retiradas à política de coesão e à PAC, na aposta na indústria do armamento e militarização, ao mesmo tempo que o conteúdo das políticas impostas nas várias áreas, desde logo ao nível da política sobre as emigrações, mas também no que concerne aos ataques dos direitos de quem trabalha e trabalhou, fomenta as visões xenófobas. Ainda neste quadro é de realçar a política de dois pesos e duas medidas, no que respeita ao contributo para o financiamento da UE e um conjunto de mecanismos que permitem aos países mais ricos contribuírem de forma mais reduzida que os restantes.

Uma política que questiona a soberania nacional nos domínios político, económico e financeiro e que precisa de ser travada e revertida, num quadro em que é necessário relançar o crescimento económico do país, o desenvolvimento de todas e cada uma das suas regiões e garantir que a valorização do

trabalho e dos trabalhadores esteja no centro de uma nova política, de esquerda e soberana, que promova o bem-estar individual e colectivo de quem trabalha e trabalhou em Portugal.

Estas são, entre outras, razões que justificam e exigem uma forte acção e luta do Movimento Sindical pela construção de uma Europa que potencie o desenvolvimento económico, social e humano dos países, com particular ênfase no aprofundamento dos direitos políticos, laborais, sociais e culturais. A alternativa a esta Europa, do neoliberalismo e da regressão social, exige políticas norteadas por uma efectiva cooperação entre países soberanos e iguais em direitos.

1.3. Nova situação política: avanços e limitações

Os últimos quatro anos forma marcados por avanços, ainda que em alguns casos limitados, mas também pela continuação da submissão aos ditames da U.E. e pela opção de favorecimento ao capital, mantendo-se em vigor a legislação laboral dos governos PSD/CDS e do PS, tendo mesmo havido um agravamento no final do mandato do anterior governo minoritário do PS, num quadro em que está em discussão um novo acordo em sede de Concertação Social que, a pretexto de um suposto aumento de rendimentos, contempla a introdução de mecanismos de contenção salarial e mais verbas para o capital.

Com a derrota do PSD/CDS, que teve o contributo fundamental da luta dos trabalhadores e da acção da CGTP-IN, emergiu uma nova situação política que teve impactos positivos, ainda que limitados, na vida dos trabalhadores e do povo.

A dinâmica reivindicativa e a luta desenvolvida nos sectores público e privado, teve como consequência a reversão da política de cortes nos salários e pensões, a reposição de rendimentos e direitos e o início dum processo que aligeirou a pressão sobre os trabalhadores e o povo, que o PSD-CDS se preparavam para continuar e intensificar. Os vários orçamentos do Estado trouxeram um conjunto de medidas que representaram um travão na marcha de empobrecimento e exploração. Apesar do Governo ter ficado aquém do que seria desejável e necessário, a CGTP-IN realça medidas como a reposição de parte dos rendimentos na Administração Pública, a reconquista dos complementos de reforma nas empresas do Sector Empresarial do Estado, dos quatro feriados, do horário de trabalho das 35 horas para a maioria dos trabalhadores da administração pública. Também a valorização de diversas prestações sociais, a gratuidade dos manuais escolares, o alargamento do apoio extraordinário a uma parte dos desempregados de longa duração e o aumento do Salário Mínimo Nacional, embora de forma insuficiente, foram passos positivos.

Verificou-se, ainda, a reposição dos instrumentos de contratação colectiva nas matérias referentes ao subsídio de refeição, ao trabalho suplementar e ao trabalho nocturno para os trabalhadores das empresas do Sector Empresarial do Estado, o aumento, ainda que limitado, das pensões e reformas e a eliminação da sobretaxa de IRS. A redução dos passes sociais, medida de grande alcance em várias dimensões, desde a ambiental à social, é outra das medidas implementadas que a CGTP-IN valoriza.

Com a intervenção sindical, o Governo do PS assumiu com a CGTP-IN a suspensão da norma da caducidade dos Instrumentos Colectivos de Trabalho celebrados depois de 2003. O facto de só a revogação desta e de outras normas gravosas, nomeadamente daquela que afasta o princípio do tratamento mais favorável, resolverem verdadeiramente os bloqueios à contratação colectiva, faz com que esta medida tivesse sido insuficiente. Ainda assim, ficou provado que com tenacidade, persistência, denúncia e luta, é possível ir mais longe na defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

No entanto, não raras vezes, o Governo PS aprovou, com abstenções anuentes ou os votos declarados de PSD e CDS, legislação contrária aos interesses dos trabalhadores, do povo e do país. Nos “apoios” à banca, de que os casos do BANIF e NOVO BANCO são exemplos lapidares, os milhares de milhões de euros que ali foram colocados, são os mesmos que faltam ao investimento público, ao SNS, à Escola Pública, às prestações e apoios sociais, à Cultura ou à Justiça.

Também foi na direita que o Governo PS foi buscar o consentimento para promover a perpetuação e agravamento dos instrumentos de exploração. Foi assim com as alterações ao código do trabalho, que não só não reverteu as medidas do PSD/CDS e da troika, como manteve em vigor a caducidade das convenções colectivas e, entre outras, a negação do princípio do tratamento mais favorável e criou novas formas de precariedade. Um acordo que trouxe a generalização dos contratos de muito curta duração, o trabalho ultra precário com um período de seis meses sem quaisquer direitos para quem procura o primeiro emprego ou está desempregado há muito tempo, ou entre muitas outras medidas negativas que a CGTP-IN denunciou e combate, a legitimação da precariedade mediante o pagamento pelas empresas de uma pequena taxa à Segurança Social, para aquelas que contratam trabalhadores com vínculo precário acima da média sectorial que, em alguns sectores, ultrapassa os 50%.

Uma legislação crivada na Assembleia da República, mas que foi concebida com o patronato e a UGT em sede de Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS). Uma CPCS cada vez mais convertida no espaço no qual o Governo encontra o suporte que lhe falta junto dos trabalhadores e do povo para a implementação de medidas anti-sociais e anti laborais. Um CPCS de onde saiu um acordo para a redução da TSU para o patronato, como contrapartida para a actualização do SMN, que foi chumbado na Assembleia da República. Esta foi uma importante vitória da CGTP-IN, dado que foi a única organização social a combater esta medida que visava incentivar as empresas a pagar o SMN, ao mesmo tempo que colocava a Segurança Social a financiá-las para manterem o modelo de baixos salários e trabalho precário.

Fruto desta complexa e por vezes contraditória realidade, houve uma inversão na quebra continuada do peso dos salários no total da riqueza criada, mas foi manifestamente insuficiente e limitada, estando-se em 2020 longe da situação que se verificava há dez anos atrás. Na Administração Pública, para a generalidade dos trabalhadores, foram mais quatro anos, num total de dez, sem quaisquer aumentos salariais. Situação tanto mais grave num quadro em que aumentou a despesa do Estado com as PPP's, o financiamento do sector financeiro privado, assim como os encargos com os juros da dívida continuaram a absorver uma parte significativa dos recursos do Estado.

Já no que respeita à “descentralização” enquanto suporte da denominada “municipalização”, verificou-se um entendimento do PS com o PSD para a sua imposição, que originou um forte combate dos sindicatos da Administração Pública e da CGTP-IN, considerando que a transferência de encargos para as autarquias, sem os respectivos meios, é uma forma de evitar a regionalização e desresponsabilizar o Estado central pela prestação de serviços públicos determinantes para a coesão económica, social e territorial do País.

Foi neste contexto que cresceu o número de trabalhadores que empobrece a trabalhar, que é uma realidade para 525 mil assalariados, mais 28 mil em 2018 (último ano com dados disponíveis) que em 2016. Em Portugal, um em cada dois desempregados está numa situação de pobreza, situação ultrajante para quem vê negado o direito ao trabalho, mas instrumental para quem vive do trabalho alheio e tem neste “exército de reserva” empobrecido uma ferramenta para baixar as condições de todos os assalariados.

Só a valorização do trabalho e dos trabalhadores pode dar resposta a esta situação. Sob o designo de que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um vínculo efectivo, a CGTP-IN lançou uma campanha nacional de combate à precariedade no trabalho que se transporta para a vida de mais de um milhão de trabalhadores.

O Governo até começou por declarar um combate à precariedade reconhecendo a gravidade deste flagelo. No sector público foram quatro anos de “muita parra e pouca uva”. O PREVPAP que prometia combater a precariedade no sector público, transformou-se num infundável processo de travão, repleto de barreiras e entraves, de burocracia e condicionalismos, que em última instância visam negar o reconhecimento da estabilidade profissional a largos milhares de trabalhadores.

No sector privado, a intervenção dos sindicatos da CGTP-IN foi determinante para assegurar a afirmação da organização sindical de base e dinamizar a luta que teve como resultado a passagem de milha-

res de trabalhadores com vínculo precário ao quadro de efectivos. Uma acção tenaz que tem de continuar, num contexto de brutal rotação entre empregos e de perpetuação da precariedade.

A luta por melhor emprego passou também pelo aprofundamento da discussão com os trabalhadores pelo combate à intensificação dos ritmos de trabalho, à desregulação dos horários de trabalho, aos ataques à retribuição, às discriminações de todo o tipo, nomeadamente entre homens e mulheres, ao assédio laboral – tortura psicológica e as doenças profissionais, que potenciaram a dinâmica reivindicativa nos locais de trabalho e alertaram a sociedade para a importância da valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Uma luta que se intensificou com o aumento do número de greves, a participação de mais trabalhadores dos sectores privado e público e acções com expressão de rua.

Por outro lado, a intervenção da CGTP-IN e dos seus sindicatos foi relevante para envolver a população na luta pela exigência de melhores serviços públicos, nomeadamente nas empresas do sector público empresarial de transportes de Lisboa e Porto, mas também na luta por melhor saúde, educação, justiça e cultura, contra encerramentos de serviços ou valências.

Esta intervenção foi acompanhada pela exigência de uma política que conduza ao aumento da produção de modo a superar a debilidade do tecido produtivo que nos torna dependentes de importações excessivas; à redução do peso da dívida pública, o que exige a sua renegociação; à ruptura com o Tratado Orçamental; à criação de emprego de qualidade sem o qual a emigração de jovens e trabalhadores qualificados não será estancada; a um reforço da coesão social o que exige uma justa repartição da riqueza e do rendimento, políticas sociais justas e o ataque às desigualdades sem o qual não se dará resposta aos mais graves problemas da sociedade; o combate às assimetrias e à desertificação do interior do país, criando mais e melhor emprego para fixar e atrair pessoas, desenvolver a indústria, os serviços e a agricultura, melhorar os serviços públicos e assumir uma política de prevenção de incêndios, para que não se repitam as tragédias verificadas.

Uma proposta que afirma uma política de esquerda e soberana para o nosso país e que se distância do que o Governo, juntamente com o patronato e a UGT se preparam, num acordo que começou por ser em torno dos rendimentos e passou a denominar-se de “Competitividade e rendimentos”.

A CGTP-IN considera que este projectado Acordo se recusa abordar questões fundamentais quer para a discussão de acordos salariais, quer para a própria existência de diálogo social, como sejam a liberdade sindical, a dinamização da contratação colectiva e a estabilidade e segurança do emprego e o inerente combate à precariedade dos vínculos laborais. Sem a plena afirmação e concretização destes princípios fundamentais – liberdade sindical, direito de contratação de colectiva e segurança no emprego – não há possibilidade real de firmar, aplicar e monitorizar quaisquer acordos nomeadamente em matéria salarial.

Olhando para as propostas contidas neste documento, nada vislumbramos que possa contribuir decisivamente para alterar o modelo dominante de baixos salários e precariedade laboral. O que vemos é um documento profundamente desequilibrado, que preconiza uma ampla distribuição de apoios e benefícios às empresas para os mais variados fins, à custa do Orçamento do Estado, e que fica muito longe do que é possível e necessário para alterar o actual padrão de distribuição da riqueza entre o capital e o trabalho. Uma situação inaceitável, tanto mais que no período de 1999 e 2019 a produtividade aumentou 17% enquanto os salários reais cresceram apenas 3%.

A CGTP-IN entende que a componente essencial de qualquer política de rendimentos não pode deixar de ser os salários e, portanto, a evolução das remunerações deve constituir o núcleo de qualquer acordo de rendimentos de médio prazo, conforme aliás o Governo assumiu no seu Programa, pelo que continuará a rejeitar tectos salariais e a cartelização dos vencimentos para pôr os patrões a pagar menos.

No plano da conciliação do trabalho com a vida familiar e pessoal e a sua ligação com a questão demográfica que afecta profundamente a nossa sociedade, é crucial a promoção da natalidade, mas a baixa natalidade não é necessariamente uma inevitabilidade. Como o demonstram vários estudos, os

portugueses desejam claramente ter mais filhos, mas para isso necessitam de ver satisfeitas algumas condições muito claras, que são fundamentalmente; primeiro, um emprego estável e seguro; segundo, um salário justo, adequado e suficiente para prover às necessidades da família; e terceiro, tempo para os filhos, para acompanhar convenientemente o seu crescimento e a sua educação. É claro que a estas acrescerão outras condições, nomeadamente serviços públicos de qualidade e acessíveis nas áreas sociais, da saúde, dos transportes e da habitação, mas sem a satisfação daquelas três condições fundamentais é duvidoso que quaisquer políticas de promoção da natalidade funcionem.

A unidade e mobilização, o esclarecimento e a luta foram e continuarão a ser determinantes na resposta a todas e quaisquer medidas de ataque ao trabalho e os instrumentos mais eficazes que os assalariados têm à sua disposição para avançar nos direitos, organizados na CGTP-IN, Central que nunca pactuou nem pactuará com a redução das condições de vida daqueles que representa.

Neste sentido, valorizamos os importantes resultados da sindicalização e da eleição de delegados sindicais e representantes dos trabalhadores nas Comissões de Saúde e Segurança no Trabalho, que os sindicatos da CGTP-IN obtiveram neste mandato, o aumento do número de Casas Sindicais, assim como a renovação, rejuvenescimento e a responsabilização de mais mulheres, homens e jovens nas diversas frentes da intervenção sindical, enquanto elementos estruturantes para a consolidação e alargamento deste projecto sindical de classe, resistência, proposta e luta que a CGTP-IN corporiza.

Dando expressão concreta aos princípios de democracia no seu funcionamento, a CGTP-IN realizou 98 reuniões da CECO, 289 reuniões do Conselho Nacional e 8 Plenários de Sindicatos.

Numa altura em que comemoramos 50 anos de existência, olhamos para o futuro com a confiança dada pelos trabalhadores, pelos exemplos que recolhemos da luta, da resistência, da coragem com que, frente à exploração respondemos com a acção, à injustiça contrapomos com a proposta e alternativa, face à pressão para aceitação das inevitabilidade e acentuação do individualismo afirmamos a solidariedade e a união. Porque a história da sociedade até aos dias de hoje é a história da luta de classes.

1.4. Iniciativas e acções de Luta

A intervenção nos locais de trabalho e o desenvolvimento da acção reivindicativa em torno da valorização do trabalho e dos trabalhadores, combinada com a luta nas ruas e uma intensa intervenção no plano institucional, constituiu a referência central da acção da CGTP-IN, para encontrar respostas e obter resultados no plano social e laboral. A preparação de quadros sindicais, num quadro de uma profunda ofensiva ideológica, constituiu outra das frentes de trabalho empreendidas.

Em 2016, num quadro político, económico e social em que a correlação de forças existente potenciava a conquista de mais direitos, a CGTP-IN diversificou a sua acção ao longo do ano, destacando-se, entre as inúmeras iniciativas e lutas nas empresas e serviços, nos sectores e regiões, a **Semana da Igualdade**, sob o lema *“Afirmar a Igualdade – Cumprir a Constituição!”*; a **manifestação da Interjovem**, no dia 31 de Março, em Lisboa, a sessão comemorativa da evocação dos **40 Anos da Promulgação da Constituição da República Portuguesa**, sob o mote: Afirmar os Valores de Abril – Cumprir a Constituição, as Comemorações do **Dia Internacional do Trabalhador, dia 1 de Maio, sob o lema “Avançar pela Mudança! Defender, Repor, Conquistar”**, com manifestações e concentrações em dezenas de localidades do continente e das regiões autónomas; a **Semana Nacional de Acção e Luta**, de 16 a 20 de Maio, pelo aumento dos salários, pelo emprego com direitos, contra a precariedade, pelo desbloqueamento da negociação colectiva, por melhores condições de vida e de trabalho, contra a exploração e o empobrecimento; a **Marcha em defesa da Escola Pública**, no dia 18 de Junho, promovida pela FENPROF e com o apoio da CGTP-IN; a **Semana Nacional de Esclarecimento, Reivindicação e Luta**, de 26 a 30 de Setembro, com a realização de centenas de acções e o envolvimento de milhares de trabalhadores; as comemorações do **46º Aniversário da CGTP-IN**, no Dia 1 de Outubro, sob o lema: Defender, Repor e Conquistar Direitos; a **8ª Conferência Nacional da Interjovem**, sob o lema: Contra a precariedade, exigimos estabilidade! + Sindicalização + Organização + Luta, no dia 21 de Ou-

tubro. O ano de 2016 foi ainda marcado pela apresentação, nas diversas regiões do país, do **Volume do Livro “Contributos para a história do movimento operário e sindical (1977-1989)”**.

Em 2017, a CGTP-IN desenvolveu uma acção diversificada, destacando-se, entre as inúmeras iniciativas e lutas nas empresas e serviços, nos sectores e regiões, a realização entre 6 e 10 de Março, da **“Semana Pela Igualdade – 5 dias, 5 temas”**; o **Roteiro Contra a Precariedade**, de 13 a 17 de Março, com expressão de rua à luta desenvolvida pelos sectores nos vários distritos; a **Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores**, sob o lema: O Tempo é hoje! Vencer a Precariedade, defender os nossos direitos; o **Jantar comemorativo dos 40 anos do Congresso de Todos os Sindicatos, na Casa do Alentejo**; a **7ª Conferência Nacional da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens**, realizada em Lisboa, sob o lema “Valorizar o Trabalho – Efectivar a Igualdade”; a **Comemoração do 47º Aniversário da CGTP-IN**, sob o lema: “CGTP-IN – 47 anos a valorizar o trabalho e os trabalhadores”, no dia 1 de Outubro; a **Conferência Sindical Internacional “O Futuro do Trabalho - A valorização do trabalho e dos trabalhadores”**; o **Encontro Nacional sobre “Combater as assimetrias regionais – pelo progresso social e a coesão territorial”**, em Portalegre.

Pela sua dimensão e pelo significado na convergência da luta, destacam-se, ainda, as **Comemorações do 1º de Maio, sob o lema “Valorizar o trabalho e os trabalhadores”**; o **Dia Nacional de Luta**, a 3 de Junho, que teve expressão nas manifestações no Porto e em Lisboa, sob o lema “Unidos pela valorização do trabalho e dos trabalhadores” e, a 18 de Novembro, a **Grande Manifestação Nacional em Lisboa**.

Em 2018, num ano marcado por um conjunto de perigos e desafios, mas também de potencialidades, o MSU desenvolveu uma intensa actividade sindical nas empresas, nas ruas e nas instituições, merecendo particular destaque as inúmeras lutas nos locais de trabalho nos sectores e regiões, a realização de 5 a 9 de Março da **Semana de Luta pela Igualdade entre Mulheres e Homens**, sob o lema “Afirmar a Igualdade; Emprego; Direitos; Dignidade; a 14 de Março, a **Acção nacional pela revogação das normas gravosas da legislação laboral**, com uma concentração de dirigentes, delegados e activistas sindicais; o 28 de Março, com a **Manifestação Nacional dos Jovens Trabalhadores**, sob o lema “Não há volta a dar, a precariedade e os baixos salários são para acabar”; a 21 de Junho do **Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN, com saída à rua**, no final dos trabalhos; a 6 de Julho, **Concentração Nacional, junto da Assembleia da República, no dia em que foi discutida a proposta de lei do Governo do PS, que altera o Código do Trabalho**; a 1 de Outubro, o Encontro Nacional de Dirigentes e Activistas Sindicais com o objectivo de assinalar o **48º. Aniversário da CGTP-IN** e os **Encontros Sindicais sobre “o Direito do Trabalho”**.

Pela sua dimensão e significado na convergência da luta, destacam-se, ainda, as **Comemorações do 1º de Maio, sob o lema “Valorizar o trabalho e os trabalhadores”**; o **Dia Nacional de Luta**, a 9 de Junho com uma **Manifestação Nacional**, do Campo Pequeno para o Marquês de Pombal, sob o lema “Por melhores condições de vida e de trabalho - pelos direitos, pela valorização dos trabalhadores” e a **Grande Manifestação Nacional em Lisboa**, de 15 de Novembro, sob o lema: “Avançar nos direitos, valorizar os trabalhadores”.

A acção em 2019 contou, entre inúmeras iniciativas desenvolvidas pelos diferentes sindicatos, com a realização de um **Encontro do Sector Empresarial do Estado**, a 17 e Janeiro; com a **Semana de Luta pela Igualdade entre Mulheres e Homens**, de 4 a 8 de Março, sob lema “Avançar na igualdade, com emprego de qualidade”; com uma **Manifestação Contra o Assédio e a Repressão – Pelo direito ao trabalho com direitos**, em Paços de Brandão, a 23 de Março; com o 28 de Março, com a **Manifestação Nacional dos Jovens Trabalhadores**, sob o lema “Temos direitos, queremos estabilidade”; a 6 de Junho, realizámos um **Encontro Sindical** sob o mote “Valorizar os trabalhadores, construir um Portugal Soberano e com Futuro” e a 26 desse mesmo mês o **Encontro Nacional da Interjovem**; a 19 de Setembro, em resposta à legislação laboral aprovada, organizámos um **Encontro Sindical** tendo como enfoque “As alterações à legislação laboral, o direito do trabalho e a Constituição da República Portuguesa”; a 11 de Outubro o **Grande Encontro Sindical**, sob o lema “50 anos com os trabalhadores, acção e luta por um Portugal com futuro”; a 28 de Novembro aprofundámos as questões em torno da comunicação social, num **Encontro Sindical** sob o mote “O poder da comunicação social e a valoriza-

ção dos trabalhadores” e, entre os dias 2 a 6 de Dezembro, a **Semana de combate à precariedade**, que contou com iniciativas em todos os distritos e serviu para culminar uma campanha que iniciámos há quatro anos.

No ano de 2019, assumiram-se como grandes acções convergentes de luta, a **Concentração do dia 11 de Abril, “Contra as normas gravosas da legislação laboral e a proposta de lei do PS que as agrava”, o grandioso 1º de Maio** em todos os distritos do país e das regiões autónomas, com especial mobilização em Lisboa e no Porto, sob o mote **“Avançar nos direitos, valorizar os trabalhadores”** e, no dia 10 de Julho a **Manifestação Nacional em Lisboa**, sob o lema **“Pela revogação das normas gravosas das leis laborais! Contra a proposta de lei do governo PS que as agrava! Pela valorização do trabalho e dos trabalhadores!”**

2. ORGANIZAÇÃO, QUADROS SINDICAIS E FORMAÇÃO

2.1. A Organização de Base

2.1.1. Sindicalização

No quadro de uma forte acção reivindicativa e de luta intensa, a partir dos locais de trabalho, foi possível alcançar um êxito assinalável, também no que se refere à sindicalização.

A Campanha de Direitos *“Valorizar o Trabalho, para um Portugal com Futuro”*, lançada em 22 de Fevereiro de 2017 e encerrada em 17 de Abril de 2019, tendo no seu centro os locais de trabalho, divulgando, valorizando e agindo em defesa dos direitos laborais e sociais - onde se incluía o direito à sindicalização e à organização sindical – constituiu, também, um importante instrumento para, no quadro da acção sindical integrada, reforçar a sindicalização e a organização de base.

Assim, a meta apontada pelo XIII Congresso (**110.000 novas sindicalizações**) foi largamente ultrapassada, estando contabilizadas **114.677 novas sindicalizações** no mandato.

No âmbito das novas sindicalizações, **68.738 (59,9%)** são mulheres e **16.206 (14,1%)** são jovens no escalão etário até 30 anos, conforme consta no **Quadro I**, sendo que, do total, existem **6.605** novas sindicalizações que os Sindicatos não desagregaram por sexo e por idade.

2.1.2. Delegados Sindicais

Também no que se refere à eleição e reeleição de delegados sindicais, a **meta (11.000 novos mandatos)** foi ultrapassada, situando-se em **12.745 novos mandatos**, o que representa uma evolução positiva e uma significativa renovação da organização de base dos Sindicatos.

Dos **12.745 novos mandatos** de delegados sindicais, pode constatar-se, no **Quadro I**, que **8.254** são mulheres (**64,8%**) e que, pelo menos (dado que nem todos os sindicatos desagregam a informação), **445 (3,5%)** são jovens até 30 anos.

2.1.3. Representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho

Apesar do número ainda limitado de sindicatos que dinamizam a eleição de representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (SST) - facto a que não é alheia a complexa carga burocrática, imposta por lei, aos respectivos processos eleitorais -, a verdade é que os resultados apurados no mandato são claramente positivos - **1.597 novos mandatos** -, ultrapassando, igualmente, a meta definida (**1.100 novos mandatos**).

Acresce que o número de processos eleitorais concluídos e de trabalhadores eleitos (**Quadro I**), até ao momento, se encontra subestimado, uma vez que foram efectuadas eleições e eleitos representantes que não foram registados centralmente, devido a não ter sido prestada a necessária informação por sindicatos.

QUADRO I – Sindicalização apurada entre Janeiro de 2016 e Janeiro de 2020
(dados parciais) *

SECTORES	SINDICALIZAÇÃO				DELEGADOS SINDICAIS				SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO			
	Novas Entradas / Readmissões				H	M	J	Total	H	M	J	Total
	H	M	J	Total								
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.915	18.223	2.673	27.285	955	2.440	78	3.575	447	146	32	593
AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO, HOTELARIA, BEBIDAS E TABACOS	3.700	10.347	2.149	14.099	333	699	157	1.028	51	18	4	69
BANCA E SEGUROS	454	985	91	1.598	231	243	3	474	1	0	0	1
COMÉRCIO, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS	5.893	16.524	4.223	22.424	189	454	71	646	0	0	0	0
COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES	1.021	1.191	663	3.806	174	64	12	238	11	2	0	13
CONSTRUÇÃO, CERÂMICA E VIDRO	1.138	307	206	3.716	156	18	14	176	49	0	3	49
DIVERSOS	241	169	65	417	12	3	0	15	0	0	0	0
MAR	319	85	67	404	13	0	2	13	0	0	0	0
METALURGIA, QUÍMICA, IND. ELÉCTRICAS, FARMACÉUTICA, CELULOSE, PAPEL, GRÁFICA, IMPRENSA, ENERGIA E MINAS	9.576	3.680	2.420	13.265	606	143	65	749	657	177	31	834
PESCA	17	2	1	19	0	0	0	0	0	0	0	0
PROFESSORES	1.617	6.599	447	8.491	1.251	3.675	7	4.926	0	0	0	0
QUADROS TÉCNICOS	49	133	20	182	0	2	0	2	0	0	0	0
SAÚDE	934	5.269	1.327	7.258	101	367	17	537	0	0	0	0
TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	988	4.050	823	5.053	61	123	6	184	10	14	0	24
TRANSPORTES	5.472	1.174	1.031	6.660	155	23	13	178	11	3	1	14
TOTAL	39.334	68.738	16.206	114.677	4.237	8.254	445	12.745	1.237	360	71	1.597

* Tal como atrás mencionado, dado que nem todos os Sindicatos desagregam a informação por sexo e por idade (até aos 30 anos) o Quadro I apresenta discrepâncias relativamente ao total, somando estes casos 6.605 novas sindicalizações. O mesmo se passa em relação a 254 delegados sindicais.

2.1.4. Comissões de Trabalhadores

Ainda que não sendo organizações sindicais, as Comissões de Trabalhadores (CT's) são estruturas de base e, na sua maioria, cooperam com as organizações do MSU, num quadro de respeito pela autonomia própria de cada uma das estruturas.

A CGTP-IN tem o registo de **1.551** de empresas dos sectores privado e empresarial do Estado com estatutos publicados, sendo que nem todas estão activas. No decorrer do mandato, foram publicados **63** novos estatutos, alguns também no âmbito do sector público e **67** alterações a estatutos. Foi também publicada a identificação dos membros que compõem **295** CT's, representando **2.364** membros, dos quais **551 (23,3%)** são mulheres.

Num levantamento relativo à eleição das CT's até **Dezembro de 2019**, em **39** empresas (podendo apenas comparar os dados apurados em 33), representando **27.422** trabalhadores, votaram **11.203 (40,9%)** do total dos trabalhadores. Destes, **6.588 (58,8%)** votaram em listas unitárias identificadas com a CGTP-IN e **4.137 (36,9%)** votaram noutras listas.

Em 19 de Dezembro de 2018, foi estabelecido um Protocolo de Cooperação entre a CGTP-IN e a CIL (Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa).

2.2. Eleições em Sindicatos

Entre Janeiro de 2016 e Dezembro de 2019, realizaram-se **128** actos eleitorais em Sindicatos do MSU, tendo sido eleitos **4.768** dirigentes, dos quais **1.861 (39,0%)** são mulheres e **100 (2,1%)** são jovens.

Foram recolhidos e tratados dados relativos às eleições em **73** Sindicatos, nos quais votaram **86.056** trabalhadores, do total de **323.351** inscritos nos cadernos eleitorais. Destes, votaram nas listas identificadas com a CGTP-IN **79.596** trabalhadores, o que corresponde a **92,5%** dos eleitores que exerceram o seu direito de voto.

No estudo efectuado, verificou-se que, em **62** Sindicatos, existem **2.487** dirigentes (publicados em BTE), sendo que **946** são mulheres e **70** são jovens. A média etária geral é de **47,5** anos, sendo a dos homens de **47,9** anos, a das mulheres de **46** anos e a dos jovens com menos de **30** anos, de **27,5** anos.

Assim, no universo de Sindicatos do MSU, regista-se um total de **5.681** dirigentes, sendo **2.186 (38,5%)** mulheres e **87 (1,5 %)** jovens do escalão etário até 30 anos.

2.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical

2.3.1. Sindicatos

No período decorrido entre o último Congresso e Dezembro de 2019, verificaram-se alterações em diversos Sindicatos.

Actualmente, referenciamos **125** Sindicatos activos, **79** dos quais são filiados, **17** não filiados mas que cooperam de forma regular com a CGTP-IN e os restantes **29** Sindicatos não filiados, que cooperam de forma pontual.

No mandato, foi estabelecido **1 novo protocolo de cooperação**, com o SIFAP - Sindicato dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos, e registaram-se várias **alterações na estrutura**, a saber:

- Constituiu-se o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculo, do Audiovisual e dos Músicos – CENA (a partir do Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espectáculo e do Audiovisual – CENA e do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo – STE), pediram a adesão à CGTP-IN o STARQ – Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia e o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social – STSSSS e extinguiram-se **6** Sindicatos, **4** dos quais eram filiados na CGTP-IN:

- Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espectáculo e do Audiovisual – CENA;
- Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo – STE;
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul, por incorporação no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares, Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul e Regiões Autónomas;
- Sindicato dos Curtumes de Braga, que não procedeu ao cancelamento dos estatutos, integrou-se no Sindicato do Calçado do Minho e Trás-os-Montes (informação deste último)
- Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes;
- Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, que se integrou no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços, Hotelaria e Turismo dos Açores – SITACEHT/Açores.

Refira-se, ainda, o **cancelamento dos estatutos de organizações já extintas na prática** (várias por integração noutras estruturas) e que já não constavam da lista do universo do MSU:

- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora, já há anos extinto por integração no SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal;
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Castelo Branco, integrado, aquando do X Congresso da CGTP-IN, no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro;
- Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Castelo Branco, integrado, aquando do VIII Congresso da CGTP-IN, no Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária que, por sua vez, se extinguiu (Assembleia Geral Descentralizada, em 16 e 17 de Março de 2006) e se integrou no SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal;
- União dos Sindicatos de Benavente e Salvaterra de Magos;
- União dos Sindicatos das Caldas da Rainha;
- União dos Sindicatos de Guimarães.
- União dos Sindicatos de Tomar / CGTP-Intersindical Nacional

Constituíram-se, ao longo do mandato, **40** Sindicatos, **2** Federações e **2** Confederações, na sua maioria de identidade indefinida.

Relativamente ao âmbito geográfico, os Sindicatos do MSU repartem-se da seguinte forma:

- 56 têm âmbito nacional
- 39 têm âmbito pluridistrital
- 12 têm âmbito distrital;
- 13 têm âmbito regional;
- 1 tem âmbito ao concelho;
- 2 têm âmbito ao estrangeiro;
- 2 têm âmbito às Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Quanto ao âmbito pessoal dos Sindicatos:

- 37 têm âmbito profissional
- 82 têm âmbito sectorial vertical
- 3 têm, simultaneamente, âmbitos de actividade vertical e profissional;
- 3 têm âmbito profissional, numa parte, e vertical, noutra.

Durante o mandato, alteraram os seus estatutos (rectificações / denominação / âmbito / nulidade ou outros motivos) **26** Sindicatos, **5** Uniões Distritais e **3** Federações do MSU.

Alteraram estatutos, entre outros, os seguintes Sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;
- Sindicato dos Funcionários Judiciais;
- Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio do Calçado, Malas e Afins;
- Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas no Estrangeiro;
- Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica;
- Sindicato Português dos Engenheiros Graduados da União Europeia – SPEUE;
- Associação Sindical dos Profissionais da Polícia – ASPP/PSP;
- Sindicato dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia – SATAE;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
- Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional;
- CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal;
- Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos – STEC;
- Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de São Miguel e Santa Maria;
- Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo;
- Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários;
- Sindicato dos Médicos da Zona Sul;
- Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho – SQTd;
- Sindicato do Comércio, Escritórios, Serviços, Alimentação, Hotelaria e Turismo – SinCESAHT (antigo Sindicato do Norte dos Trabalhadores em Carnes)
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas – STIAC;
- Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia – STARQ;
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Afins, da Região a Norte do Rio Douro;
- Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias;
- Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços dos Açores – SABCES que passou a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços, Hotelaria e Turismo dos Açores – SITACEHT/Açores.
- Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte – STIANOR;

Alteraram estatutos, as seguintes Uniões Distritais e Regionais:

- União dos Sindicatos do Norte Alentejano;
- União dos Sindicatos de Santarém;
- União dos Sindicatos da Horta;
- União dos Sindicatos de Leiria;
- União dos Sindicatos de Vila Real;
- União dos Sindicatos da Região Autónoma da Madeira.

Alteraram estatutos, as seguintes Federações:

- FESETE – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal;
- FENPROF – Federação Nacional dos Professores;
- Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS.

2.3.2. Uniões de Sindicatos

As Uniões Distritais e Regionais, estruturas intermédias da CGTP-IN, são vinte e duas (**22**). Durante o mandato, registaram-se **22** Congressos / Plenários Eleitorais em **22** Uniões Distritais e Regionais. Foram eleitos **541** dirigentes, dos quais **198 (36,6%)** são mulheres e **18 (3,3%)** são jovens. A média etária geral apurada é de **47,9** anos, sendo a dos homens de **47,3** anos, a das mulheres de **47,7** anos e a dos jovens de **29** anos.

Das **3** Uniões Locais existentes, reuniram, durante o mandato, **2** em Plenários Eleitorais, tendo sido eleitos **30** dirigentes, dos quais **8 (26,7%)** são mulheres.

2.3.3. Federações de Sindicatos

As Federações, também estruturas intermédias da CGTP-IN, são **10**. Durante o mandato, registaram-se **10** Congressos / Plenários Eleitorais em **10** Federações. Foram eleitos **336** dirigentes, dos quais **91 (27,1%)** são mulheres e **9 (2,7%)** são jovens. A média etária geral apurada em **8** das **10** federações é de **48** anos, sendo a dos homens de **49** anos, a das mulheres de **46,7** anos e a dos jovens de **27** anos.

2.4. As Organizações Específicas

2.4.1. Interjovem/CGTP-IN

A Interjovem/CGTP-IN, durante o mandato, dinamizou várias iniciativas de âmbito nacional, articuladas com os sindicatos, a partir das empresas e locais de trabalho.

Participou e mobilizou os jovens trabalhadores para, em torno das suas reivindicações, participarem nas iniciativas centrais da CGTP-IN. Afirmou, junto dos jovens trabalhadores, com propaganda própria e iniciativas específicas, as manifestações nacionais e distritais convocadas, garantindo uma participação organizada e com espaço próprio em todas as acções de luta, expressando nas ruas as reivindicações de melhores salários, fim do desemprego e da precariedade.

Durante estes 4 anos esteve sempre presente no 1º de Maio com um espaço próprio de participação nas iniciativas de rua dos vários distritos, com intervenção de jovens trabalhadores nas manifestações e assinalando as reivindicações e exigências da juventude.

Para assinalar o Dia Nacional da Juventude (28 de Março), desenvolveram-se várias acções e iniciativas em cada ano do mandato, culminando sempre numa manifestação nacional que, nos últimos anos, assumiu diferentes datas em torno da celebração do dia. Estas manifestações tiveram sempre uma significativa e crescente participação de jovens trabalhadores organizados a partir das empresas e locais de trabalho.

Realizou ainda várias iniciativas específicas, desde logo, a 8ª Conferência Nacional, em 21 de Outubro de 2016, sob o lema "*Contra a Precariedade - Exigimos Estabilidade*". Nela participaram dezenas de jovens dirigentes e delegados sindicais, com um amplo debate dentro da estrutura, reuniões específicas e discussão em vários sindicatos e federações. Foi também eleita uma direcção Nacional que, apesar da instabilidade laboral e das alterações na composição da direcção desta organização, manteve o seu funcionamento regular.

A Interjovem/CGTP-IN participou em iniciativas regionais, em particular, no Festival da Liberdade, organizado anualmente pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, onde foi possível o

contacto com milhares de jovens durante o festival, e em acções em várias escolas, a convite de câmaras municipais e agrupamentos escolares.

No âmbito da Plataforma “40x25” - em que se inseriam várias organizações que partilham os valores presentes na Constituição da República -, a Interjovem/CGTP-IN participou na organização do Acampamento pela Paz, iniciativa multidisciplinar (desporto, convívio, debates, concertos). Iniciativa similar teve lugar em 2017, promovida pelo Comité Nacional Preparatório do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Festival que se realizou em Sochi, na Rússia, entre 14 e 22 de Novembro do mesmo ano, sob o lema – *“Pela paz, a solidariedade e a justiça social, lutamos contra o imperialismo – Honrando o nosso passado, construímos o futuro!”*. Nele, participou uma delegação de 13 jovens de 10 sindicatos e federações, integrada numa delegação mais vasta de dezenas de delegados portugueses. A representação da Interjovem/CGTP-IN interveio em numerosos debates e acções de contacto com jovens trabalhadores de todo o mundo.

Em 2018, a Interjovem participou na Plataforma pela Paz e pelo Desarmamento, afirmando os valores da Paz e da Solidariedade.

No plano organizativo, concretizaram-se novas linhas de trabalho específico para a juventude em comissões de jovens dos sindicatos, federações e uniões. Apesar disso, a regularidade pretendida para a reunião das comissões de jovens e o trabalho específico e regular em várias dessas estruturas não está ainda garantida.

Todavia, avançou-se na edição regular de documentos e propaganda dirigida aos jovens dos sectores, principalmente em torno da manifestação nacional da juventude.

Em 26 de Junho de 2019, realizou-se um encontro nacional de jovens trabalhadores dirigentes, delegados e activistas sindicais, sob o lema *“Organizar os Jovens Trabalhadores, Reforçar a Interjovem e os Sindicatos, Avançar na Luta”*, em que participaram dezenas de jovens, abordando os seus problemas e preocupações em relação às condições de trabalho, precariedade, saúde e segurança, os baixos salários e os horários desregulados.

Identificaram-se dezenas de dirigentes, delegados e activistas sindicais jovens, em particular durante o encontro de jovens trabalhadores, conseguindo-se avançar na responsabilização, mas ficando-se ainda aquém do potencial existente. Reforçaram-se linhas de trabalho, em particular, nos sectores da FIEQUIMETAL, com a realização de encontros nacionais de jovens trabalhadores e com linhas próprias de intervenção em cada um dos sindicatos; no CESP, STAL, na FESAHT e na FECTRANS foram responsabilizados novos quadros e realizadas actividades específicas. Apesar de alguns recuos na actividade regular, como nos casos das regiões de Lisboa e Algarve, avançou-se no trabalho junto da juventude em regiões como Coimbra, Leiria, Santarém, Portalegre e Évora. E consolidou-se o trabalho em Setúbal, Porto e Aveiro, dando-se agora passos de recuperação em Braga. No geral, e em particular durante o período de preparação da Manifestação Nacional de Jovens trabalhadores, dinamizou-se a intervenção específica junto da juventude em todos os distritos e sectores, faltando regularizar este trabalho de forma mais consolidada.

No âmbito do Conselho Nacional de Juventude, a Interjovem/CGTP-IN participou nas respectivas iniciativas e Assembleias Gerais, mantendo, ainda, relações com o movimento juvenil em Portugal, com organizações filiadas e não filiadas no CNJ.

No plano europeu e internacional, participou na CesJovem e no 3º Congresso Mundial de Jovens Trabalhadores da Federação Sindical Mundial, que se realizou em Roma, em 2 e 3 de Novembro de 2017, sob a consigna *“O Futuro não vem por si só, se não actuamos”*.

2.4.2. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN

O balanço da actividade da CIMH neste quadriénio reflectiu um elevado grau de execução dos planos de acção anuais, sustentado na reflexão e discussão colectiva, no funcionamento dos órgãos (**35 reuniões do Secretariado e 32 reuniões da Direcção Nacional**) para além da realização da **7ª Conferência Nacional da CIMH** em 2 de Junho de 2017.

Em Novembro de 2017 foi editado **olivo da 7ª Conferência**, com a identificação do *link* do vídeo inicial da Conferência; a transcrição integral das 35 intervenções proferidas; o Relatório de Actividades 2013/2017 aprovado; o Plano de Acção 2017/2021 aprovado; as Linhas Prioritárias de Intervenção aprovadas e a composição da Direcção Nacional eleita (34 membros) que tem orientado a intervenção geral da CIMH.

Esta publicação foi antecedida, em Abril do mesmo ano, do **livro Valorizar o trabalho – Efectivar a Igualdade – balanço e perspectivas futuras**, contendo uma avaliação objectiva e global do trabalho da CIMH no mandato anterior, que contribuiu para projectar o trabalho e as linhas de acção para a 7ª Conferência Nacional.

Estão constituídas **32 Comissões para a Igualdade entre Mulheres e Homens** e designadas **4 responsáveis em 36 estruturas sindicais** (Sindicatos, Federações e Uniões), abrangendo um total de **121 dirigentes sindicais**, mulheres e homens.

Identificados **62 locais de trabalho estratégicos**, nos quais se desenvolveu, de forma mais regular, a **Acção Sindical Integrada na Vertente da Igualdade (ASIVI)**, com resultados positivos na sindicalização, na acção e no reforço da organização sindical de base, designadamente na eleição de delegadas sindicais, maioritariamente mulheres.

Foram editados diversos materiais de informação e propaganda específicos e **impulsionada a participação organizada das Comissões para a Igualdade e das trabalhadoras de diversos sectores e regiões** nas lutas sectoriais, regionais e nacionais, dando expressão pública às suas reivindicações concretas.

A realização anual da **Semana da Igualdade** para assinalar o **Dia Internacional da Mulher - 8 de Março**, decorreu de forma crescente ao longo do mandato:

- **Em 2016 (7 a 12 de Março)**, com o lema **Afirmar a Igualdade / Cumprir a Constituição**, assinalou também o 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa, com iniciativas sectoriais e regionais, nos locais de trabalho e na rua, destacando-se: a *Marcha Pelo caminho da Igualdade*, em Lisboa; a *Concentração-desfile*, no Porto; o *Cordão Humano*, em Leiria; a *Marcha pela Igualdade*, em Castelo Branco; as *Tribunas Públicas* em Aveiro e em Setúbal; a *Concentração* em Évora, o *Jantar comemorativo* em Viana do Castelo e, no dia 12 de Março, a *Concentração-desfile*, em Braga. Foram editados, centralmente, um cartazete e um folheto relativos ao Dia Internacional da Mulher.

- **Em 2017 (6 a 10 de Março)**, com o lema **Valorizar o Trabalho / Efectivar a Igualdade**, realizaram-se plenários, contactos, distribuição de documentos gerais e sectoriais, concentrações, desfiles, marchas, debates, tribunas públicas e paralisações. Associou-se um tema a cada dia da Semana através de iniciativas temáticas sobre: igualdade salarial entre mulheres e homens (6 Março), direitos de maternidade e paternidade (7 Março), conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal e os horários de trabalho (8 Março), condições de trabalho: assédio e doenças profissionais (9 Março) e precariedade no trabalho das mulheres e direito ao emprego estável (10 Março).

Foi editado o folheto central do 8 de Março, para além de seis folhetos temáticos. Realizaram-se iniciativas em 312 locais de trabalho dos 20 distritos/regiões do país.

Inserida na Semana da Igualdade, realizou-se uma sessão de apresentação pública do Livro *“CGTP-IN – 43 anos a construir a Igualdade entre mulheres e homens – 1970-2013”*, promovida pela USB, em Beja e um debate sobre *“Condições de trabalho das mulheres – assédio moral e doenças profissionais”*, organizado pela USDE, em Évora.

- **Em 2018 (5 a 9 de Março)**, com o lema **Afirmar a Igualdade – Emprego – Direitos - Dignidade** organizaram-se diversas acções em 1.140 locais de trabalho, 21 acções públicas, 5 greves em locais de trabalho e sectores maioritariamente femininos, para além da realização de centenas de plenários de trabalhadores.

Foram editados folhetos e cartazes direccionados para os *placards* nos locais de trabalho, *mp3* (animação de rua) e um documento de apoio *Caracterização da situação da mulher no trabalho*.

- Em 2019 (4 a 8 de Março), com o lema **Avançar na Igualdade – Com Emprego de Qualidade**, a Semana foi assinalada em todo o país, com base em 44 planos de trabalho, com iniciativas e lutas diversas em 1.407 locais de trabalho e com a realização de 43 acções públicas. Foram editados e divulgados diversos materiais, no plano central, designadamente: folhetos, cartazes, documento de apoio sobre a *Caracterização da situação das mulheres no trabalho*, para além da distribuição de som de rua (mp3), pancartas, pendões, faixas, *banner*, logo e palavras de ordem.

Para apoio ao trabalho sindical, foram editados e actualizados diversos materiais, no final de 2018, designadamente: a brochura com **Cláusulas de Referência para a Contratação Colectiva**, a brochura **Prostituição: nem trabalho, nem escolha – violência**, para além de seis cartazes temáticos, manuais de apoio, etc.

Estes cartazes temáticos, acompanhados de outros materiais informativos e comunicados sectoriais, serviram de base ao desenvolvimento de diversas iniciativas junto de trabalhadoras/es, dando suporte à **Campanha: Não corras riscos – sindicaliza-te**, integrada no *Semestre da Igualdade* entre Janeiro de Junho de 2019, dedicando-se um tema a cada mês, com continuidade até ao final de 2019.

No âmbito do Projecto da CGTP-IN (PO ISE), a CIMH desenvolveu a Actividade 8, entre Fevereiro de 2017 e Janeiro de 2019, designada **Romper com o Assédio – Emprego com Direitos**, tendo concretizado ainda em 2017 os **3 Debates Temáticos** em Lisboa, Évora e Coimbra, com reedição actualizada do Guia, Folheto e Cartaz da campanha inicial (2015).

Em 2018, procedeu-se à edição do **Manual de Sensibilização-Formação sobre o Assédio no Trabalho** do **Manual de apoio: a relação e a comunicação pedagógica** e à realização dos restantes **2 Debates Temáticos** (Porto e Faro) e das **5 Acções de Formação** (Lisboa, Porto, Évora, Coimbra e Faro), abrangendo um total de 120 dirigentes, delegados e funcionários sindicais, para além de 16 novas/os formadoras/es sindicais nesta área, de diversos sectores e regiões.

Ainda em 2017, foi também realizada pela CIMH uma **acção de sensibilização-debate sobre o Assédio**, promovida pelo SEP – Sindicato dos Enfermeiros Portugueses – Delegação do Porto, na Casa Sindical do Porto.

Em 2018 e 2019, foram tomadas diversas posições públicas **de solidariedade com a trabalhadora corticeira vítima de assédio laboral e ilicitamente despedida** e registou-se uma participação activa em todas as acções públicas desenvolvidas até à sua reintegração no posto de trabalho, constituindo este um caso exemplar da luta sindical na área do combate ao assédio, com reflexos a vários níveis no plano nacional.

Durante este quadriénio, foram publicadas duas edições actualizadas (a 3ª em Outubro de 2016 e a 4ª em Dezembro de 2019), do **Guia dos Direitos de Parentalidade**, destinado a activistas sindicais e trabalhadoras/es.

Em 2019, foi também editado e distribuído o **Guia Prático para a Igualdade entre Mulheres e Homens**, destinado a apoiar os activistas sindicais, com informação global e detalhada dos direitos e garantias nesta área de intervenção sindical específica (no âmbito, do Apoio Financeiro às ONG da CIG).

Foi ainda iniciada uma nova linha de trabalho no âmbito do **Combate às Doenças Profissionais das Mulheres Trabalhadoras** (Outubro de 2018 a Abril de 2020), que prevê a edição de um *Guia de apoio*, a realização de uma *Acção de sensibilização-formação nacional* para 40 activistas e a edição um *Folheto tríptico* direccionado para as trabalhadoras (no âmbito, do Apoio Financeiro às ONG da CIG).

Terminou em 2016, como estava previsto, o **projecto transnacional GenderPay Gap – GPG sobre o combate à desigualdade salarial entre mulheres e homens**, coordenado pela central sindical do Chipre, em parceria com a central sindical da Grécia e com a CGTP-IN, tendo sido publicados, em português, diversos produtos do projecto: o Relatório sobre *Os efeitos da crise económica nas disparidades salariais entre géneros*, o Boletim *Fim da disparidade salarial entre géneros*, um vídeo da Campa-

nha sobre a Igualdade Salarial e diversos materiais da Campanha: folheto tríptico, cartaz, autocolante e marcador de livro.

Durante o quadriénio, a CIMH participou em todas as reuniões tripartidas da **CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, tendo analisado e votado os cerca de 3.000 pareceres** emitidos, na sua esmagadora maioria (mais de 80%) no sentido favorável às/aos trabalhadoras/es (horário flexível e outros direitos de maternidade e paternidade). Também participou nas reuniões da **CRITE – Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, nos Açores e na Madeira.**

Em 29 de Novembro de 2019, por ocasião dos 100 anos da aprovação da primeira Convenção internacional sobre a **protecção da maternidade**, em 1919, a **CIMH/CGTP-IN associou-se à Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Lisboa** numa iniciativa simbólica, através do lançamento de uma **brochura que reúne em língua portuguesa** o texto das três Convenções Internacionais existentes sobre a protecção da maternidade.

Participou também, de forma activa, proponente e reivindicativa, ao nível institucional, nas reuniões do **Conselho Consultivo do CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**, nomeadamente através da apresentação de propostas para a Estratégia Nacional da Igualdade e Não Discriminação – 2018/2030.

Manteve uma ligação regular com o desenvolvimento do trabalho no **Comité de Mulheres da CES** e ainda no plano internacional, ao nível da CSPLP (Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa), contribuiu activamente para a elaboração e aprovação do Regulamento e para a eleição do **Secretariado de Mulheres da CSPLP**, com participação no III Encontro de Mulheres da CSPLP, em Genebra (OIT), entre 5 e 7 de Junho de 2017.

Foram divulgadas **diversas Posições Públicas**, designadamente:

- Sobre a **Despenalização da interrupção voluntária da gravidez: valeu a pena**, por ocasião dos 10 anos do Referendo, em 10 de Fevereiro de 2017;
- Sobre o **Dia Nacional da Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens**, anualmente, salientando as causas e responsáveis das discriminações salariais existentes, em ligação com as reivindicações sindicais no âmbito dos salários e da contratação colectiva.
- Sobre a importância da valorização dos trabalhadores e dos rendimentos do trabalho para o bem-estar das famílias e para o saudável desenvolvimento das crianças, no âmbito do **dia 1 de Junho –Dia Mundial da Criança**;
- Sobre a interligação das questões da saúde no trabalho e o combate às doenças profissionais que afectam maioritariamente as mulheres, por ocasião do **dia 28 de Maio – Dia Internacional da Saúde da Mulher**;
- Sobre a violência, em torno do **dia 25 de Novembro – Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres**, numa visão global, que integra não só a violência doméstica, mas também outras formas de violência, como o assédio, a prostituição, o tráfico de seres humanos, entre outras.

Neste âmbito, realizou-se em 6 de Dezembro de 2017, no auditório da CGTP-IN, um **Debate Sindical “Prostituição: nem trabalho, nem escolha – violência”**, dirigido aos membros da DN da CIMH e do CN da CGTP-IN, visando aprofundar, reforçar e actualizar posições e fundamentações nesta área, pela defesa da dignidade e do estatuto social das mulheres, contra a regulamentação ou profissionalização do negócio da prostituição, que contou com a participação da Associação O Ninho, do MDM - Movimento Democrático de Mulheres e da PpDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.

Foi mantida uma actualização regular dos espaços **CIMH e Igualdade na página da CGTP-IN**, com notícias e valorização de resultados da acção sindical específica e iniciada uma linha informativa dirigida ao MSU e aos contenciosos sindicais (**Lutar e Ganhar**) através da divulgação de sentenças, pareceres e acórdãos favoráveis às/aos trabalhadoras/es, na área da Igualdade.

Entre 2018 e 2019, a CIMH participou em 4 acções de Sensibilização sobre *Igualdade de Género e Cidadania*, promovidas pela EPBJC – Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, dirigidas a pessoal docente e não docente, em Lisboa, Porto, Seixal e Barreiro.

Ao longo deste quadriénio, a CIMH prosseguiu e aprofundou a ligação regular às diversas estruturas sindicais – Sindicatos, Federação e Uniões – no esclarecimento e apoio à resolução de problemas concretos relacionados com a violação de direitos da igualdade de oportunidades e de tratamento nos locais de trabalho, com resultados positivos para as trabalhadoras, contribuindo para a acção sindical mais geral da CGTP-IN.

2.4.3. Inter-Reformados/CGTP-IN

No período que marcou o mandato da Direcção da CGTP-IN, desencadearam-se pequenas e grandes lutas, centenas de iniciativas, por melhores condições de vida e de trabalho, envolvendo milhares de trabalhadores no activo dos vários sectores de actividade, quer do público, quer do privado, onde estiveram sempre presentes trabalhadores reformados e aposentados, na participação, dinamização e mobilização das mesmas.

A participação da Inter-Reformados/CGTP-IN (IR/CGTP-IN) e o seu envolvimento na luta mais geral tem como objectivo o combate à exploração e ao empobrecimento, no quadro da solidariedade intergeracional, a melhoria das condições de vida dos reformados e pensionistas, contribuir para que Portugal seja um País independente e soberano, de progresso e justiça social.

O número de reformados e aposentados no nosso país e a dimensão dos problemas que os aflige obrigam a que o MSU tenha uma visão ainda mais apurada quanto à organização sindical desta camada social a todos os níveis da estrutura sindical: CGTP-IN, Uniões, Federações e Sindicatos.

Foi com esse objectivo que a IR/CGTP-IN continuou a dinamizar a organização dos reformados e aposentados, realizando reuniões com Uniões, Federações e Sindicatos e, em 10 de Fevereiro de 2017, a sua 8ª Conferência Nacional.

No período em referência, a IR/CGTP-IN reuniu todos os seus órgãos regularmente e com grande participação dos seus membros e participou em todas as reuniões do Conselho Nacional e nos Plenários da CGTP-IN, bem como, em todas as lutas e iniciativas dirigidas pela Central.

Em 2016, a IR/CGTP-IN continuou a dinamizar a organização dos reformados e aposentados realizando reuniões com as US de Aveiro, Évora, Beja, Leiria, Santarém e Algarve e com FIEQUIMETAL, FENPROF, FEPCEs, FEVICOM e FESETE. Participou, no Porto, na Assembleia Geral de Aposentados do SNTCT, no 1º Encontro de Associações, Organizações e Comissões de Reformados e no Plenário de Reformados da IR/Porto e, na Covilhã, na reunião de Reformados dos Lanifícios e dos Têxteis, sobre o reembolso dos medicamentos. Reuniu, ainda com a Direcção Nacional do STAL, tendo sido reactivada a Comissão Nacional de Reformados do Sindicato, com integração de vários reformados em Direcções Distritais da Inter-Reformados.

Participou em audições na Assembleia da República, como, por exemplo, sobre a Petição 308/XII/3ª “Contra o Roubo das Pensões e o Aumento da Idade da Reforma”, em 22 de Fevereiro; em Congressos e Conferências Sindicais; nas jornadas de luta mais gerais e em acções e iniciativas específicas, das quais se destaca:

- Assembleia-geral constitutiva da Comissão de Reformados e Pensionistas do Metro de Lisboa;
- Almoço/debate comemorativo do 42º Aniversário do 25 de Abril, em Castro Verde, organizado pela Inter-Reformados/Lisboa;
- Semana Nacional de Luta, com o lema “Na Inter-Reformados somos combativos! Na Inter-Reformados Somos solidários!”, com distribuição da tarjeta à população, a nível nacional;
- Concentrações descentralizadas promovidas pelo MURPI, respectivamente, em Lisboa, Porto e Faro, pelo “Aumento de Pensões, Melhorar as Condições de Vida”;
- 8ª Conferência da Inter-Reformados da Direcção distrital de Aveiro sob o lema “Melhores

Pensões; Mais Direitos Sociais; Defender a Segurança Social Pública e Universal”;

- 8ª Conferência (electiva) da Inter-Reformados da Distrital de Braga – *“Envelhecimento no Activo e defender a Organização”;*
- 8º Encontro Distrital (Electivo) da Inter-Reformados Distrital do Porto.

No que se refere às relações internacionais, a IR/CGTP-IN desenvolveu contactos e estabeleceu relações de cooperação com outras organizações sindicais congéneres, designadamente dos Continentes Europeu e Asiático, e manteve a sua participação, enquanto organização filiada, na Federação Europeia dos Reformados, Pensionistas e Pessoas Idosas (FERPA), a organização da CES (Confederação Europeia de Sindicatos) para os trabalhadores reformados ou aposentados e pensionistas.

No quadro das relações bilaterais, a IR/CGTP-IN teve 3 encontros em Lisboa, na sede da CGTP-IN: Com Guido Moretti, representante em Portugal da Organização de Reformados – UIM; com a Delegação Sindical dos Pensionistas da Região de SIENA, da CGIL, com proposta de geminação entre estruturas de reformados de SIENA, de Itália com Reformados de Coimbra; com 12 elementos de “JapanPensionersUnion”, organização de reformados integrada na Central Sindical Japonesa – ZENROREN.

Por outro lado, a Inter-Reformados/CGTP-IN tem participado, como observadora, em actividades da UIS–PeR (União Internacional de Sindicatos – Pensionistas e Reformados), organização ligada à FSM (Federação Sindical Mundial), tendo participado na Conferência que se realizou na Dinamarca.

O ano de 2017 ficou positivamente marcado por realizações de âmbito nacional, regional e sectorial com grande importância para a organização sindical dos reformados/aposentados. Desde logo, a 8.ª Conferência Nacional da IR/CGTP-IN, onde se aprovaram, entre outros, 2 documentos fundamentais para a intervenção e a acção sindical dos reformados/aposentados - a Carta Reivindicativa, Reivindicações Imediatas e o documento sobre Organização Sindical dos Reformados -, que a IR/CGTP-IN procurou dinamizar e levar à prática, em estreita articulação com os vários níveis da estrutura.

A IR/CGTP-IN participou em inúmeras iniciativas, das quais se destaca:

- Tribuna Pública – *“Pensionistas querem uma vida melhor”*, em Lisboa e no Porto;
- Iniciativa do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), com debate sob o tema *“Passado com Futuro – As lutas dos enfermeiros nos anos 60, 70 e 80”*;
- Encontro Distrital sobre a Saúde, no Auditório da Junta de Freguesia da Amora, promovido pela Inter-Reformados e a US de Setúbal;
- *“Acção de Solidariedade com o Povo da Venezuela”* (organizada pela Embaixada deste país em Portugal e pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação), em Lisboa, junto à estátua de Simon Bolívar;
- 20º Convívio de Reformados (inserido na comemoração do Dia Internacional do Idoso), promovido pela Inter-Reformados, a US de Castelo Branco e as Associações de Reformados do Tortosendo e da Covilhã, no Jardim Público da Covilhã.
- Convívio dos Ferroviários Reformados e no Activo, no Entroncamento;
- Debate *“A Segurança Social e Pensões de Reforma”*, promovido pela Comissão de Reformados do Sindicato da Hotelaria do Sul, na sede do Sindicato;
- *Workshop “Cuidados às pessoas idosas: famílias, políticas públicas, diálogo social e práticas empresariais de conciliação trabalho-família”*, no ISEG, em Lisboa;
- 2ª Conferência de Docentes Aposentados (FENPROF), no Porto.

No plano da Informação e Propaganda, a IR/CGTP-IN editou 2 Folhas Informativas, nº 13 em Janeiro e nº 14 em Julho de 2017 e divulgou, à estrutura do MSU e à população, o Manifesto de apelo à participação nas comemorações do 1º de Maio.

No quadro da solidariedade de classe, a IR/CGTP-IN enviou saudações à luta dos trabalhadores dos Lanifícios do distrito de Castelo Branco, pelo pagamento dos medicamentos, pelas empresas aos seus trabalhadores; aos trabalhadores da Autoeuropa; à luta dos trabalhadores franceses, particularmente dos reformados, contra as medidas neoliberais anunciadas pelo presidente Macron.

No que se refere às Relações Internacionais, a IR/CGTP-IN esteve presente:

No Congresso dos Reformados das Comissões Obreras – CC.OO, que decorreu em Madrid, sob o lema "*Direito a viver com dignidade*"; na Conferência Meio Mandato FERPA – Roma; na Conferência Sindical Internacional – Lisboa; na visita do Secretário-Geral da UIS – União Internacional de Sindicatos – Pensionistas e Reformados da FSM.

O ano de 2018 foi fértil no que respeita à iniciativa e acção sindical da Inter-Reformados, com a realização de acções de âmbito nacional, regional e sectorial.

A regularidade do funcionamento dos seus órgãos e a reflexão, discussão e apuramento colectivos, sempre com grande participação dos seus membros, e em estreita articulação com a CGTP-IN (numa prática de convite regular, para a participação nas reuniões, de dirigentes permanentes da CECO e do CN), conduziram a avanços organizativos e importantes dinâmicas no trabalho da IR/CGTP-IN e da estrutura específica aos diversos níveis, que é necessário continuar a aprofundar e a alargar.

A IR/CGTP-IN participou, entre outras, nas seguintes iniciativas:

- Encontro de Reformados do Distrito de Leiria, promovido pela US de Leiria, com o lema "*Por uma vida melhor e uma reforma digna*";
- Plenário Regional de Professores Aposentados do Sindicato dos Professores da Região Centro, em Coimbra;
- Debate sobre Segurança Social e ADSE / Sua sustentabilidade / Idade de Reforma e penalizações, dirigido a reformados e trabalhadores no activo, em Évora;
- Encontro/debate distrital de Reformados da US de Aveiro, com o tema: "*Reformas e Pensões*";
- Plenário da Inter-Reformados do Porto com Debate sobre "*Estratégia Nacional sobre o Envelhecimento Activo*", na Casa Sindical;
- Tribuna Pública para Reformados, no Jardim de S. Lázaro, no Porto, "*Por melhores condições vida dignas para quem trabalha e trabalhou!*"
- Debate sobre Habitação e Lei do Arrendamento, organizado pela Comissão de Reformados do Sindicato da Hotelaria do Sul;
- Debate "Afirmar e valorizar a Segurança Social como Direito Universal", organizado pela Comissão de Reformados do SINTAB;
- Castanhada organizada pela Inter-Reformados da US de Coimbra, em conjunto com uma das associações locais organizadas no MURPI;
- Convívio, Magusto de S. Martinho, organizado pela Comissão de Reformados do Sindicato da Hotelaria do Sul;
- Debate sobre a Política de Rendimentos para reformados, na Academia Almadense, organizado pela Inter-Reformados da US de Setúbal;
- Encontro Nacional "Envelhecer com Saúde e com Direitos", Comemoração do 25.º Aniversário do 1.º Congresso Nacional dos Professores Aposentados, organizado pelo Departamento de Professores Aposentados da FENPROF;
- 8º Encontro Distrital da Inter-Reformados de Castelo Branco;
- Debate "*Privatizações e Deslocalização de Empresas: Consequências para o País e o direito à Reforma*", para trabalhadores reformados e no activo, organizado pela Comissão de Reformados da US de Setúbal, na Casa Sindical do Barreiro;
- 8º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa, na Casa dos Direitos Sociais, em Lisboa, sob o lema "*Uma vida de trabalho exige valorização das reformas no presente e no futuro*";

- Convívio anual da Inter-Reformados de Braga, a Cabeceiras de Basto, com visita ao Convento de São Miguel de Refojos e ao Museu Ferroviário de Arco de Baúlhe;
- Debate sobre "*O Serviço Nacional de Saúde e o direito a envelhecer com qualidade*", em Leiria;
- Encontro de trabalhadores reformados da empresa Centralcer, organizado pela Comissão de Reformados do SINTAB.

No quadro da solidariedade de classe, a IR/CGTP-IN enviou saudações aos trabalhadores: da Gramax (ex-Triumph); dos CTT; da Cofaco, Pico, Açores; da Autoeuropa; da Prossegur. Entre outras, enviou, ainda, saudações: ao X Congresso da US de Leiria; ao MURPI, pelo seu 40º Aniversário e ao seu 9º Congresso.

No plano da Informação e Propaganda, a IR/CGTP-IN: editou 2 Folhas Informativas, nº 15, em Fevereiro e nº 16 em Julho e divulgou, à estrutura do MSU e à população, os Manifestos de apelo à participação nas comemorações do 1º de Maio, na Manifestação Nacional de 9 de Junho e na Manifestação Nacional de 15 de Novembro.

No âmbito das relações internacionais, a IR/CGTP-IN:

- Participou no 1º painel das Jornadas em defesa das pensões públicas promovidas por iniciativa do MODEPEN (Movimento Galego pela Defesa das Pensões Públicas), na Galiza, em Santiago de Compostela e no 2º Congresso da União Internacional Sindical Pensionistas e Reformados – UIS da FSM, na Colômbia;
- Esteve presente no 8º Congresso da FERPA, em Bruxelas;
- Participou na reunião do 1º Semestre do Conselho Executivo da FERPA, em cujos trabalhos se debateu o problema da violência sobre as mulheres, particularmente sobre as mais velhas, e ainda a necessidade de aproximar o valor das pensões das mulheres ao dos homens;
- Saudou a luta que os pensionistas e reformados de vários países da Europa realizaram em defesa dos sistemas públicos de pensões e reiterou a solidariedade com as suas organizações representativas;
- Saudou, igualmente, o povo palestino e a sua justa luta por um Estado independente e soberano, com capital em Jerusalém Leste.

No ano de 2019, na área da Organização Sindical, foram reactivadas as Comissões de Reformados das US do Algarve, Évora, Leiria, Porto e Santarém e constituíram-se Comissões de Reformados do STAL, em Lisboa e em Évora, e no SIESI. Estão em vias de constituição, numa fase já avançada, as Comissões de Reformados da US de Viseu, dos Sindicatos da Hotelaria do Norte, do Centro e do Algarve e do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, em Évora.

No plano da Informação e Propaganda, foram editadas 3 Folhas Informativas, nº 17 em Fevereiro, nº 18 em Maio e nº 19 em Dezembro.

A IR/CGTP-IN, para além de assegurar a sua representação na generalidade dos congressos e outras iniciativas sindicais (nalguns casos com intervenção própria) para que foi convidada, participou, nomeadamente nas seguintes iniciativas:

- Plenário de Trabalhadores Reformados da Robbialac;
- Debate "*A Paz e o Desarmamento*", organizado pela Comissão de Reformados do Sindicato da Hotelaria do Sul;
- Debate sobre Segurança Social organizado pela Inter-Reformados de Setúbal, seguida de Cordão Humano até à Segurança Social;
- Reunião com ferroviários reformados e familiares, sobre o regime especial da Caixa 27, organizada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário – SNTSF;

- Visita ao Terminal de Leixões, organizada pela Comissão de Reformados do SITE Norte;
- Vigília em frente ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, organizada pelos reformados do SNTSF;
- 24º Piquenício Nacional do MURPI, sob o lema “*Direito à Cultura / Pensões Dignas / Cumprir Abril*”, na Vila de Cuba;
- Passeio Cultural ao Alentejo, Évora – Monsaraz, organizado pela Comissão de Reformados do SINTAB;
- Passeio Anual ao Museu da Cortiça, em Braga;
- Debate “*A ADSE e a Segurança Social*”, organizado pela Inter-Reformados do Porto, na Casa Sindical;
- Inauguração da Exposição “*Defender a Paz, contra as armas nucleares*”, nos Paços do Concelho, em Évora;
- 22º Convívio de reformados e suas famílias, na Covilhã, integrado no Dia Internacional do Idoso, organizado pela Inter-Reformados da US de Castelo Branco;
- Plenário de Reformados seguido de Magusto, na Casa Sindical do Porto;
- Conferência/Debate sob o tema “*O que é a Cultura*”, organizado pelo Departamento de Professores Aposentados do Sindicato dos Professores da Região Centro – SPRC, em Coimbra.

2.5. A Gestão Financeira e os Contratos-Programa

A situação económica, ao nível central, pautou-se pela contenção dos gastos, sem afectar a actividade sindical, tendo sido uma preocupação permanente, ao longo do mandato, garantir, no mínimo, o seu equilíbrio com o volume de rendimentos auferidos. Para este objectivo, contribuiu o controlo permanente da quotização recebida e a receber.

A quotização recebida em 2015 atingiu 1.863.185 euros, prevendo-se que, em 2019, se venha a cifrar em 1.987.587 euros, o que representa um acréscimo, neste período, de cerca de 6,68 %.

Em 2016, os rendimentos provenientes de quotização totalizavam 1.905.813 euros, representando cerca de 69,96% dos rendimentos totais. Em 2018, esta tipologia de rendimentos totalizou 2.137.554 euros, representando cerca de 69,28% dos rendimentos totais.

No ano de 2016, as despesas de funcionamento da Central (fornecimentos e serviços externos + remunerações de pessoal e dirigentes) totalizaram 2.152.694 euros. Em 2018, os mesmos gastos totalizaram 1.756.113 euros.

A verba destinada às Uniões Distritais, 318.600 euros anuais, manteve-se inalterada, no período compreendido entre 2016 e 2019.

Quanto à posição financeira da Central, da análise comparativa das principais rubricas dos balanços de 2016 e 2018, são de realçar os seguintes aspectos:

- O total do Activo era de 11.437.259 euros em 2016, sendo de 16.186.970 euros no final de 2018;
- Os Fundos Patrimoniais aumentaram, no mesmo período, cerca de 5.296.307 euros, apresentando-se, em 2016, com 8.042.282 euros, e, em 2018, com 13.338.589 euros;
- O Passivo, por seu lado, registou, no mesmo período, uma diminuição de 546.597 euros, passando de 3.394.978 euros, em 2016, para 2.848.381 euros, em 2018. Esta componente representava, em 2016, cerca de 29,68% do Activo, enquanto no final de 2018 esta relação se situou nos 17,60%.

Refira-se, em termos de análise dos comparativos entre as rubricas dos diferentes anos em apreço, que os prédios (terrenos e edifícios) foram reavaliados, em 2018, por uma entidade externa, da qual

resultou um incremento no excedente de revalorização de 4.390.661 euros, em relação a 2017, perdas por imparidade em activos fixos tangíveis (gastos do exercício) de 604 euros e reversões de perdas por imparidade em activos fixos tangíveis de 16.561 euros.

Relativamente ao **Fundo Central de Solidariedade e Reestruturação** - constituído em Julho de 2000, e que, em termos regulamentares, pode ser utilizado pelas estruturas sindicais filiadas no caso de insuficiência económica e no âmbito de processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira - prevê-se que o seu saldo, em 31 de Dezembro de 2019, venha a ser de 104.399 euros.

No âmbito do respectivo regulamento, foram efectuadas diversas transferências reembolsáveis e a fundo perdido, nomeadamente, participações para processos de reestruturação sindical, administrativa e financeira e aquisição de instalações para instalação de casas sindicais.

A esse propósito, refira-se a constituição, ao longo do mandato, de novas **casas sindicais** com serviços comuns, designadamente, em Barreiro, Castelo Branco, Guarda, Lisboa (Liverpool e Álvares Cabral) e Madeira. A Delegação Sindical Conjunta de Elvas mudou de instalações, garantindo melhores condições para o seu funcionamento e registaram-se novos desenvolvimentos em processos de discussão para casas sindicais no Algarve (Faro), em Beja, Coimbra, Évora, Portalegre e Santarém.

No quadriénio em referência, foram executados vários **projectos financiados**, nacionais e transnacionais. Destaca-se, designadamente, pelo montante envolvido, o projecto inserido no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), no âmbito das tipologias 1.16 Reforço da Capacitação Institucional dos Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, que contemplou, entre outras, as seguintes actividades: Campanha de Direitos “Valorizar o trabalho para um Portugal com futuro”; “Desenvolver a acção sindical em favor do desenvolvimento sustentável nas empresas”; “Programa informático para a gestão global da organização sindical – SIOS+I”; “Sensibilização e Reforço da Sindicalização dos Trabalhadores de Países Terceiros”; “Formar para intervir”; “Romper com o assédio – Emprego com direitos”; “Campanha Nacional contra a Precariedade - Pelo emprego com direitos”; “Manual de acção sobre as Comissões de Trabalhadores” e o “Encontro - Em defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes dos países da CPLP”.

Relativamente aos **Contratos-Programa**, foram celebrados (pela primeira vez ou renovados e actualizados), durante o mandato, 78 contratos, referentes a 28 sindicatos.

- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins – STAL;
- Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;
- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal – SINTAB;
- Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços dos Açores – SABCES/Açores;
- Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira – SINTAF;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal – CESP;
- Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;

- Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual – STT;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro;
- Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos do Audiovisual e dos Músicos – CENA – STE;
- Sindicato dos Professores da Madeira;
- Sindicato dos Professores da Região Açores;
- Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca – SIMAMEVIP;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal – STRUP;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte – STRUN;
- Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Actividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Centro;
- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte;
- Sindicato Livre dos Trabalhadores da Indústria de Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanato da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro;
- Sindicato do Calçado, Malas e Afins, Componentes, Formas e Curtumes do Minho e Trás-os-Montes;
- Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio do Calçado, Malas e Afins;
- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul
- Sindicato dos Professores da Região Açores

Estando consagrados nos Estatutos da CGTP-IN desde o seu 8º Congresso, os contratos-programa continuam a revelar-se uma medida responsabilizadora dos sindicatos, relativamente à definição e concretização de objectivos de reforço da acção reivindicativa, de sindicalização, de organização de base e de reestruturação, bem como do dever de quotização. Em resultado, verificou-se um aumento do número de sindicatos a estabelecer metas concretas de reforço da organização e medidas de contenção de gastos e de reestruturação sindical, administrativa e financeira, registando-se, ainda, evolução em ordem à regularização da quotização perante a CGTP-IN e as estruturas intermédias. Registam-se, contudo, alguns incumprimentos, nomeadamente, ao nível da prestação de informação trimestral à CGTP-IN, que urge superar, faltando, ainda, regularizar a situação de alguns sindicatos.

2.6. Formação Sindical

A acção sindical nos últimos 4 anos assentou nos locais de trabalho, onde a formação também acontece, os trabalhadores ganham consciência social e política e os dirigentes e activistas se forjam na reivindicação, na organização e na luta. Mas é fundamental a formação sindical, em resposta aos desafios, às funções e dinâmicas de cada dirigente ou delegado sindical, inserido na sua organização de classe.

Assim, foram realizadas acções de formação sindical, a pedido de várias estruturas nacionais e regionais da CGTP-IN, reforçando a capacitação dos quadros para a sua intervenção nos locais de trabalho, munindo-os de conhecimentos para poderem dar respostas adequadas junto dos trabalhadores.

O Departamento de Formação Sindical reuniu regularmente durante este período, reuniões onde se fez o balanço das actividades realizadas, se programou o trabalho a dinamizar e se organizaram as respostas às solicitações de Formação Sindical por parte do MSU.

Foi constituída a Comissão Específica de Formação Sindical (CEFS). Porém, a sua dinamização teve algumas dificuldades, apenas tendo sido realizada 1 reunião, em Fevereiro de 2018. Foram também realizados 2 Encontros Regionais de Formação Sindical (em Lisboa, em Maio de 2018 e no Porto, em Outubro do mesmo ano).

Realizaram-se, também, 2 outras reuniões alargadas de Formação Sindical. Uma, na Região Norte (Porto), em Abril de 2019, que integrou as Uniões de Sindicatos do Porto, Braga, Bragança, Vila Real e Viana do Castelo; outra, na Região Sul (Beja), em Novembro de 2019, que integrou Uniões de sindicatos de Évora, Beja e Portalegre. Estas reuniões tiveram como objectivo principal, o levantamento de necessidades formativas das diversas estruturas, bem como das dificuldades por elas sentidas, e de encontrar estratégias conjuntas para as colmatar, tendo daí resultado compromissos de acções já programadas e em preparação.

Durante o mandato, e em resposta a diversas solicitações, foram realizadas as seguintes acções:

- 14 acções em colaboração com a FECTRANS (7) e a FEVICOM (7);
- 21 acções em cooperação com a US Lisboa (8), US Évora (6), US Madeira (10) e US Santarém (3);
- 12 acções, distribuídas pelo Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia (4), STML (3), Hotelaria do Algarve (3), Hotelaria do Sul (3), SEP (1), STEC (1) e STAL (1).
- 1 acção, em cooperação com o Sindicato dos Professores do Norte, dirigida aos/às trabalhadores/as do Sindicato, sobre Comunicação no Atendimento.

Os temas abordados nas estruturas acima referidas foram: “Organização sindical”; “Direitos dos Trabalhadores”; “História do MSU”; “Organização e intervenção sindical no local de trabalho”; “Planificação do trabalho sindical”; “Negociação e contratação colectiva”; “Organização sindical, acção reivindicativa e direitos”; “História e organização sindical”; “História do MSU e Direitos dos trabalhadores”; “Segurança e Saúde no Trabalho” e “ Conciliação entre a Vida Profissional, Pessoal e Familiar”.

Por solicitação dos Sindicatos dos Professores (SPRC, SPZS e SPM) e em cooperação com a CIMH, realizaram-se 9 cursos de formação certificada, através dos respectivos Centros de Formação para professores, com a carga horária de 25 horas e o tema “Intervir para a Igualdade entre Mulheres e Homens – Uma Abordagem Pedagógica”, em Aveiro (1), Coimbra (2), Viseu (1), Guarda (1), Évora (1), Beja (2) e Funchal (1).

Realizou-se, ainda, 1 acção de formação certificada para professores, no Funchal, com o tema “Sindicalismo e Direito no Trabalho na Profissão Docente”, em cooperação com o Sindicato dos Professores da Madeira.

No que diz respeito a Projectos e Colaboração com outros departamentos, o departamento de formação acompanhou:

"BridgingtheGenderPay Gap" (Eliminação do diferencial salarial entre mulheres e homens), colaborando no apoio técnico ao Projecto, promovido pelo Chipre (INEK-PEO), em parceria com a Grécia e Portugal, através da CIMH/CGTP-IN, iniciado em Setembro de 2014 e terminado em Outubro de 2016.

EURÍDICE - Prevenção e Intervenção nas Dependências em Meio Laboral, colaborando no apoio técnico na participação de grupos de trabalho sobre consumo de substâncias em meio laboral (organizados pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), com o Departamento de Políticas Sociais;

POISE – “Romper com o Assédio, Emprego com Direitos”, colaborando no apoio técnico e na realização de debates temáticos e acções de sensibilização. O projecto teve o seu início em Fevereiro de 2017 e terminou em Janeiro de 2019. Neste âmbito, foram realizados 5 debates temáticos, 1 acção de Sensibilização/formação de formadores/as sindicais na área do assédio (dividida em 3 sessões) e 5 acções de sensibilização ao nível distrital.

Foi assegurada a colaboração com outros departamentos (designadamente, de Organização) / organizações e dado apoio técnico na construção de conteúdos e actualização regular do sítio/igualdade, na página *web* da CGTP-IN.

NOVINTER:

Em articulação com o **NOVINTER-Centro de Formação e de Inovação Tecnológica**, o Departamento de Formação Sindical da CGTP-IN iniciou o processo para a realização de um Curso de Formação Inicial de Formadores e de um Curso de Reciclagem/Atualização de Formadores para, num futuro próximo, responder às necessidades apresentadas pelas diversas estruturas sindicais.

ETUI:

- Participação de um formador no curso de Euro-Formadores, nível II, realizado em Junho de 2016;
- Participação, através de um elemento do NOVINTER, em representação da CGTP-IN, no workshop “O uso de novas tecnologias e metodologias inovadoras na Educação/Formação Sindical”, em Setembro de 2016, no Instituto de Formação de Kiljava – Finlândia;
- Representação da CGTP-IN na Conferência anual de Formação, realizada em Outubro de 2016, na Polónia;
- Organização de um curso de formação sobre “Green Economy, green sector and health and safety”, realizado em Outubro de 2016, com a contribuição de 1 formador e 4 formandos;
- Elaboração de 3 candidaturas a integrar a oferta formativa do ETUI em 2017, sobre as temáticas do Assédio Moral, Conciliação e Doenças Profissionais, em interligação com a CIMH;
- Organização do curso de formação “Combater a segregação no trabalho e os seus efeitos na SST”, realizado em Novembro de 2017, com a contribuição de 1 formador e 4 formandos;
- Participação no Encontro anual de formação, realizado em Outubro de 2018;
- Organização do curso de formação “Adaptação às mudanças climáticas – Consequências para os Trabalhadores”, realizado em Dezembro de 2019, com a contribuição de 1 formador e 4 formandos.

3. POLÍTICA REIVINDICATIVA, CONTRATAÇÃO COLECTIVA E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

No início do mandato que agora termina, o grande objectivo para a nova intervenção sindical centrava-se na exigência, ao governo minoritário do PS, da defesa, reposição de direitos, mas também na necessidade de se poder avançar na conquista de melhores condições de vida e de trabalho, exigência de melhores condições de vida e de trabalho, exigência que se alicerçava no combate que havíamos travado contra a política de exploração, empobrecimento e desastre nacional, imposta pelo governo PSD/CDS, que derrotámos e afastámos do poder.

A luta desenvolvida pelos trabalhadores que, depois de décadas de política de direita imposta por governos do PS, PSD e CDS, derrotou e afastou do poder o PSD e o CDS, responsáveis pelo roubo de salários, rendimentos e direitos, que contribuiu para a alteração da relação de forças na Assembleia da República e a entrada em funções de um governo minoritário do PS, animou os trabalhadores para a possibilidade de travar e inverter o rumo do declínio nacional e para continuar a luta e avançar na conquista de direitos.

Na nova fase de vida política nacional, a luta dos trabalhadores centrou-se, em primeiro lugar, na reposição de rendimentos e direitos de que tinham sido expoliados, designadamente, pela reposição dos salários e das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública, dos 4 feriados roubados, o fim da sobretaxa do IRS, o direito de contratação colectiva e os complementos de reforma no sector público empresarial, o fim do pagamento dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos, o pagamento do trabalho extraordinário de acordo com a contratação colectiva e, de imediato, na exigência de melhorias nas suas condições de vida e de trabalho.

Para além do aumento dos salários e do salário mínimo nacional, as reivindicações dos trabalhadores visaram a precariedade dos vínculos laborais, a desregulação dos horários de trabalho – adaptabilidades, bancos de horas e horários concertados – a defesa do direito de contratação colectiva e contra o

bloqueio patronal existente, a revogação das normas gravosas da legislação laboral, como a caducidade, bem como a reposição de outros direitos e dos princípios do tratamento mais favorável ao trabalhador e da renovação automática das convenções colectivas de trabalho.

Com a centralidade que foi dada à intervenção nos locais de trabalho, empresas e serviços, a necessidade de lutar na base para desbloquear a contratação colectiva, recorrendo à apresentação de cadernos reivindicativos, o envolvimento dos trabalhadores e a sua luta possibilitou avanços, designadamente: o aumento dos salários; a redução dos horários de trabalho; a passagem ao quadro efectivo de milhares de trabalhadores que tinham vínculo precário; o pagamento do trabalho extraordinário, nocturno e por turnos de acordo com o estipulado na contratação colectiva; o aumento do número de dias de férias, em alguns casos para 25 e mais; o respeito pelos direitos inscritos nas convenções, mesmo daquelas que os patrões diziam ter caducado.

Apesar dos avanços registados pela luta dos trabalhadores, o governo do PS, por opção própria, manteve, no essencial, a política laboral de direita dos sucessivos governos, rejeitando as reivindicações dos trabalhadores e, em convergência com o PSD e o CDS, rejeitou todas as propostas legislativas para revogar as normas gravosas do código do trabalho e da lei geral do trabalho em funções públicas.

No que é estrutural o governo minoritário do PS convergiu com o PSD, o CDS e o grande capital nacional e internacional, pelo que o País continua marcado por uma injusta distribuição da riqueza; pela precarização dos vínculos laborais; pelo alongamento, desregulação dos horários e intensificação dos ritmos de trabalho; pelo desrespeito pelas profissões e carreiras profissionais; pelo bloqueio da negociação e contratação colectiva; pela falta de trabalhadores e investimento em serviços públicos essenciais, como o Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, na Justiça e nos Transportes Públicos.

A natureza de classe e as opções do governo do PS manifestam-se, com maior evidência, na legislação laboral, não aproveitando a alteração da relação de forças existente na Assembleia da República para repor algum equilíbrio nas relações de trabalho e revogar as normas do Código do Trabalho que facilitam a exploração e empobrecimento dos trabalhadores, como a caducidade e outras, para devolver aos trabalhadores direitos que lhes foram retirados pelo programa de agressão das troicas e pelo governo PSD/CDS, para libertar a contratação colectiva do bloqueio imposto pelos patrões.

O governo do PS conseguiu ver aprovadas na Assembleia da República, com os votos favoráveis dos seus deputados e a abstenção dos do PSD e do CDS, alterações à legislação laboral, que o Presidente da República promulgou, que constituem mais um ataque aos direitos dos trabalhadores: alargam o período experimental de 90 para 180 dias, no caso de trabalhadores à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração; generalizam os contratos de trabalho de muito curta duração a todos os sectores de actividade, alargando-os de 15 para 35 dias; legitimam e promovem a precariedade ao instituir o pagamento de uma taxa pelas empresas que ultrapassam a média do sector. Mantêm a caducidade – e criam uma nova justificação para a suscitar – e prosseguem a desregulação dos horários de trabalho, contribuindo para reduzir os rendimentos dos trabalhadores com a introdução do banco de horas grupal (150 horas anuais).

O governo do PS não quis fazer a ruptura com a política laboral de direita para valorizar o trabalho e os trabalhadores, optando por aliar-se ao PSD e ao CDS para manter e até agravar o desequilíbrio das relações de trabalho a favor do patronato e do grande capital, e assegurar que o patronato prossiga e intensifique a exploração dos trabalhadores e a desvalorização do trabalho.

3.1. Acção e Luta Reivindicativa

Depois do valioso contributo que os trabalhadores deram, com a sua luta, para a derrota e afastamento do governo PSD/CDS, a vida confirmou que a luta de massas é factor decisivo para defender os interesses e direitos dos trabalhadores, para repor e conquistar rendimentos e direitos, para combater as injustiças e as desigualdades, para a construção da alternativa política e a transformação social.

Os trabalhadores e o movimento sindical unitário responderam positivamente ao apelo da CGTP-IN para a necessidade de se intensificar a acção e a luta reivindicativa, considerando a necessidade de se exigir a justa repartição da riqueza e de responder aos problemas dos trabalhadores, num quadro de aumento dos lucros das empresas e da persistência de injustiças, desigualdades e pobreza.

Na verdade, porque aos trabalhadores nada é oferecido, foi a luta que permitiu, na nova fase da vida política nacional iniciada no final de 2015, o aumento, ainda que insuficiente, do salário mínimo nacional para os 530€ em 2016, o aumento do abono de família e de outros apoios sociais, a eliminação progressiva da sobretaxa do IRS, a reposição dos salários e das 35 horas semanais à maioria dos trabalhadores da Administração Pública, entre outras medidas positivas, e a garantia de que não seriam publicados avisos de caducidade de convenções colectivas de trabalho acordadas depois de 2003.

É justo, por isso, valorizar outros pequenos passos dados com a alteração da correlação de forças na Assembleia da República, que obrigou à reposição de salários, rendimentos e direitos, designadamente, os 4 feriados roubados; o pagamento, no momento devido, dos subsídios de férias e de Natal; o pagamento das horas extraordinárias e a progressão nas carreiras para os trabalhadores da Administração Pública; a criação de mais 2 escalões no IRS; o fim do corte de 10% no subsídio de desemprego; o direito de contratação colectiva no Sector Público Empresarial; o aumento das pensões de reforma; a reforma sem penalizações, para os trabalhadores com muito longas carreiras contributivas, entre outras medidas positivas.

Com uma situação política mais favorável, apesar dos constrangimentos externos decorrentes do Euro, da dívida, do Tratado Orçamental, e outros instrumentos da União Europeia e da pressão e chantagem do grande capital nacional e transnacional, no âmbito da Acção Sindical Integrada, a acção e luta reivindicativa nas empresas, serviços e locais de trabalho, a par do necessário reforço da organização sindical na base, as reivindicações por aumentos salariais, contra a desregulação dos horários de trabalho, contra a precariedade dos vínculos laborais, pela dinamização da contratação colectiva e contra os bloqueios patronais, pelo descongelamento das carreiras profissionais e reposição do vínculo por nomeação na Administração Pública, a luta por melhores condições de vida e de trabalho foi significativamente elevada, com centenas de acções e luta de diverso tipo e o envolvimento de centenas de milhares de trabalhadores.

Foi com a acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho, empresas e serviços, que foi significativamente intensa, que se alcançaram resultados positivos nas mais diversas áreas laborais.

Foi com a luta que os trabalhadores, em 2016, obtiveram a reposição do pagamento do trabalho extraordinário; conseguiram impor os 600€, como referência mínima salarial em várias empresas; que passaram ao quadro efectivo centenas de trabalhadores com vínculo precário; que se combateu a desregulação horária; que se conseguiu a redução do horário de trabalho diário e semanal e o respeito pelas pausas; que se obrigou ao pagamento do trabalho nocturno a partir das 20 horas, entre outros avanços.

Apesar das opções de classe do PS e do seu governo, que não rompe com a política de direita e não se liberta das pressões, chantagens e constrangimentos do euro, da União Europeia, do FMI e da OCDE, que têm impedido mais e significativos avanços positivos para os trabalhadores e o povo, os trabalhadores lutaram pelos seus direitos, interesses e aspirações, designadamente, pelo aumento dos salários, contra a desregulação dos horários e pela sua redução, deram combate à precariedade e reivindicaram o exercício do direito de negociação, a revogação das normas gravosas da legislação laboral, o descongelamento das carreiras e a reposição do vínculo por nomeação na Administração Pública, por melhores condições de vida e de trabalho, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

A falta de resposta do governo PS a questões nucleares, como o aumento dos salários dos trabalhadores da Administração Pública e a valorização das suas carreiras profissionais, de mais investimento nos serviços públicos, nas funções sociais do Estado e nos transportes públicos e, ao mesmo tempo, com o apoio do PSD e do CDS, a aprovação de uma lei que visa legitimar a precariedade, agravar a desregulação dos horários de trabalho e manter a caducidade das convenções colectivas e outras

normas gravosas das leis laborais, foram elementos que envolveram os trabalhadores e os mobilizaram para a acção e a luta.

Luta que se desenvolveu porque a situação em Portugal continua marcada por décadas de política de direita, imposta por PS, PSD e CDS, e porque, por opção, o governo minoritário do PS resiste à renegociação de uma dívida insustentável e continua submisso às imposições e chantagens da União Europeia, aos constrangimentos do euro, com consequências visíveis no condicionamento do investimento público, na continuação da degradação dos serviços públicos, no congelamento dos salários e na manutenção da política laboral ao serviço do grande capital.

Apesar dos avanços registados pela luta dos trabalhadores e pela alteração da correlação de forças na Assembleia da República, da reposição, conquista e consolidação de rendimentos e direitos, os trabalhadores lutaram para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, por justiça na repartição da riqueza e pela defesa e conquista de direitos, centrando a sua acção no aumento dos salários para todos os trabalhadores, dos sectores público e privado, na defesa do emprego seguro e com direitos e contra a precariedade, na redução dos horários de trabalho e a rejeição dos bancos de horas e adaptabilidades, na defesa e promoção do direito de contratação colectiva, na luta pela revogação da caducidade e de outras normas gravosas das leis do trabalho, na valorização das carreiras profissionais e reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

3.2. Contratação Colectiva

Da luta desenvolvida pelos trabalhadores e da alteração da correlação de forças na Assembleia da República, com um governo minoritário do PS, resultaram alguns avanços nos salários e direitos, ainda que insuficientes, mas que valorizámos, como foi o caso do aumento do Salário Mínimo Nacional, a reposição dos salários e das 35 horas para a maioria dos trabalhadores da Administração Pública, a reposição de quatro feriados e outras medidas positivas, mas que não fizeram esquecer um conjunto muito significativo de medidas anti-sociais e anti-laborais que se mantêm, herdadas da política de direita dos sucessivos governos, designadamente do anterior governo do PSD/CDS-PP e as "negociadas" com a troika estrangeira, União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Apesar dos resultados obtidos pela sua luta, os trabalhadores continuaram a lutar porquanto consideraram inaceitável que o governo do PS não mexesse no que é estrutural, nas relações de trabalho, designadamente na questão nuclear para a distribuição da riqueza, ou seja, o aumento dos salários e rendimentos.

O governo do PS desprezou a relação de forças existente na Assembleia da República para reequilibrar as relações laborais e os seus deputados aliaram-se aos do PSD e do CDS, agora em minoria, para derrotar propostas, designadamente do PCP, para revogar a caducidade das convenções colectivas e reintroduzir o princípio de tratamento mais favorável, para combater eficazmente a precariedade dos vínculos laborais, as adaptabilidades e bancos de horas, entre outras propostas para valorizar o trabalho e os trabalhadores.

Pelo contrário, em convergência com o PSD e o CDS, o governo do PS aprovou na generalidade uma lei que, na sequência do acordo na concertação social entre governo, patrões e UGT, agravou e legitimou a precariedade, aprofundou a desregulação dos horários de trabalho e manteve a caducidade das convenções colectivas de trabalho, matérias que o patronato utiliza para chantagear e pressionar os trabalhadores, para aprofundar a exploração de quem cria a riqueza vendendo a sua força de trabalho.

Mesmo suspensa, pelo Ministério do Trabalho, a publicação de avisos de caducidade denunciados pelas associações patronais, o bloqueio da contratação colectiva manteve-se com apenas 820.883 mil trabalhadores abrangidos pela renovação da contratação colectiva em 2017, acima dos 749.348 mil de 2016, mas muito longe do total de assalariados que, sem os trabalhadores da Administração

Pública, é de cerca de 3,3 milhões. Está-se, portanto, com um nível médio de cobertura da ordem dos 25% do total de assalariados, quando em 2007 era de 50,3%.

A contratação colectiva continua bloqueada pelo patronato, pelo que persiste a resistência e a luta dos trabalhadores contra propostas patronais de redução de rendimentos, desregulação de horários e corte de direitos consagrados nos contratos colectivos de trabalho, pelo respeito e aplicação de todos os direitos aí inscritos.

O que de mais positivo se registou em 2018, no âmbito da contratação colectiva, foi a não publicação de novos avisos de caducidade, tal como aconteceu em 2017. Mas as denúncias de convenções colectivas, visando a caducidade, não acabaram, mantendo-se até processos judiciais movidos pelos patrões contra a DGERT pela não publicação de avisos de cessação de vigência. A valorização que se faz do número de convenções acordadas e publicadas (220) e do número de trabalhadores abrangidos - 900.382 mil, esconde uma outra realidade: está-se muito longe dos números anteriores ao Código do Trabalho, tanto no número de convenções acordadas (342 em 2003 e 398 em 1996), como do número de trabalhadores que deviam ser abrangidos pela revogação da contratação colectiva (cerca de 3 milhões 385 mil em 2018).

Em 2019, dados conhecidos até ao final do mês de Novembro (724.892), confirmaram que, mesmo num quadro de pretensa dinamização da contratação colectiva, que a CGTP-IN contesta, há um número significativo de trabalhadores que não são abrangidos pela renovação da contratação colectiva.

Relativamente aos salários mantém-se a tendência para a sua estagnação, apesar do aumento do salário mínimo nacional em 4.1% e em contraciclo com o crescimento económico, embora com ligeiro abrandamento relativamente a 2017.

Manteve-se, em termos gerais, a postura patronal nas mesas negociais, com a ameaça da caducidade e tentando impor a desregulação dos horários de trabalho, nomeadamente as adaptabilidades e os bancos de horas, bem como propostas de redução dos rendimentos através da desvalorização do trabalho extraordinário e nocturno, ao mesmo tempo que pressionam para a laboração continua e o trabalho por turnos.

A acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho, empresas e serviços, foi a resposta dos trabalhadores e dos seus sindicatos de classe, combatendo o aprofundamento da exploração e a degradação das suas condições de vida e de trabalho.

Em 2017, cerca de 30% dos trabalhadores trabalhavam ao sábado e 22% aos domingos. A precariedade dos vínculos laborais já vai em 22% e 80% dos novos contratos celebrados nos 3 primeiros trimestres de 2017 foi com vínculos precários.

A realidade demonstra como se aprofundou a exploração (salário médio líquido mensal foi de 856€ e cerca de 30% dos trabalhadores tinham salários inferiores a 600€) e se degradaram as condições de trabalho (em 2017, 47% dos trabalhadores trabalhavam por turno, ao serão, por noite, sábado ou domingo ou numa combinação entre estes tipos de horários, envolvendo 43% de mulheres e 50% de homens, quando, há 20 anos atrás, eram 26% dos TPCO, 23% mulheres e 29% homens).

A CGTP-IN promoveu, em 2017, uma Petição sobre *"Garantir o direito à contratação colectiva revogar a norma da caducidade das convenções colectivas assegurar o direito de negociação na administração pública"*, para entregar na Assembleia da República, que contou com a adesão de cerca de 77 mil trabalhadores e trabalhadoras.

3.3. Participação Institucional

Não iludindo o papel que as instituições têm no sistema capitalista e com a certeza de que o que tudo determina para a resolução dos problemas dos trabalhadores é a sua luta, a CGTP-IN, que não abdica do direito de participação nas instituições, interveio sempre em defesa dos seus interesses, direitos e anseios, tentando influenciar posições e pareceres que fossem ao encontro de mais justiça

social e laboral, seja no âmbito do Conselho Económico e Social, na Concertação Social e no Centro de Relações Laborais, em todos os fóruns que participou.

No âmbito do Conselho Económico e Social (CES), participámos nas reuniões plenárias da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) em várias reuniões da Comissão Especializada da Política Económica e Social (CEPES) e do Centro de Relações Laborais (CRL).

Nas reuniões da CPCS discutimos as seguintes matérias: Salário Mínimo Nacional; Programa SIMPLEX + 2016, Fundos Europeus - Portugal 2020, Competitividade, Investimento, Crescimento económico, Internacionalização e Financiamento de empresas; Plano Nacional de Reformas; alterações à Directiva no96/71/CE, sobre Destacamento de Trabalhadores; Programa de Estabilidade (2016-2020); evolução e impactos do aumento do SMN; combate à precariedade; diálogo social, concertação e negociação colectivas; Agenda para a Igualdade; regime da protecção no desemprego dos trabalhadores independentes; Agenda no Conselho de Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (EPSCO); Relatório Preliminar sobre Políticas Activas de Emprego Saúde no trabalho; Relações Laborais e Justiça actualização do SMN para 2017; Livro Verde das Relações Laborais e a contratação colectiva; legislação laboral, conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar e flexibilização da idade da reforma e antecipação do direito à pensão de reforma de trabalhadores com muito longas carreiras contributivas.

Participamos em reuniões onde se discutiu a emissão das portarias de extensão, a preparação dos Conselhos Europeus, o regime de Reformas Antecipadas, Relatórios de Acompanhamento do Acordo Tripartido sobre o Salário Mínimo Nacional, Igualdade entre mulheres e homens no trabalho, saída do Procedimento por Défice excessivo, a tragédia dos incêndios e reforma das florestas, Portugal "pós-2020", orçamento do estado para 2018, Precariedade (segmentação) do mercado de trabalho, Fundo de Compensação do Trabalho e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho e Programa Capitalizar.

Na CPCS não subscrevemos o *"Compromisso Tripartido para um Acordo de Concertação de Médio Prazo"*, porquanto, para além de um aumento insuficiente do Salário Mínimo Nacional para 557€ também não podíamos estar de acordo com a entrega de milhões de euros aos patrões e aceitar a redução da participação patronal da TSU.

A CGTP-IN não subscreveu, também, o acordo *"Combater a Precariedade e Reduzir a Segmentação Laboral e Promover um maior dinamismo da Negociação Colectiva"* porque, ao contrário do que se pretendeu fazer crer, o acordo, assinado pelo Governo, patrões e UGT, em vez de combater a precariedade, agrava-a, legitima-a e promove a desregulação dos horários de trabalho, para além de manter outras normas gravosas das leis laborais.

Na CEPES (Comissão Especializada da Política Económica e Social) tomámos posição nos pareceres submetidos ao Plenário do Conselho Económico e Social sobre as Grandes Opções e Plano para 2017, 2018, 2019 e 2020-2023, sobre os Orçamentos do Estado para 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, sobre a Conta Geral do Estado de 2016, 2016 e 2017 e sobre o Plano Nacional de Reformas para 2017-2020.

Participámos na primeira reunião Plenária da Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar (CEPIN) e em 3 reuniões técnico-políticas sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Na CDROT (Comissão Especializada Permanente do Desenvolvimento Regional e do Ordenamento do Território) participámos no parecer do CES sobre a Proposta de Lei 627XIII, que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias e entidades intermunicipais e freguesias.

No âmbito do Centro de Relações Laborais (CRL), participámos em todas as suas reuniões plenárias e interviemos nos projectos relativos aos Relatórios Semestrais sobre Emprego e Formação Profissional de 2015, 2016, 2017, 2018, e os relativos aos Relatórios Anuais e sobre a evolução da Negociação e Contratação Colectiva de 2005 a 2018. Participámos, também, nos seminários sobre *"A Economia digital e a negociação colectiva"*; e *"A negociação Colectiva em Portugal: situação e perspectivas"*; nas apresentações públicas dos Relatórios sobre Emprego e Formação e também os relativos à Evolução

da Negociação e Contratação Colectiva; no Encontro-Debate sobre “*O Futuro do Trabalho*”, na reunião-debate sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais; na comemoração dos 25 anos do Conselho Económico e Social; nas jornadas sobre as Relações Económicas entre a Galiza e o Norte de Portugal, na Conferência sobre “*A Sustentabilidade da Segurança Social*” e numa reunião com o FMI.

De acordo com a posição assumida aquando da criação do CRL, os órgãos da CGTP-IN, decidiram, em coerência, não assumir a presidência rotativa deste organismo.

4. EMPREGO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO

4.1. Emprego

A evolução recente do emprego, designadamente desde 2016, está profundamente ligada à recuperação de rendimentos encetada devido a alteração da correlação de forças na Assembleia da República.

O aumento do emprego e a diminuição do desemprego são exemplos que confirmam que uma ligeira melhoria do rendimento dos trabalhadores é determinante para o aumento da procura interna e a criação de emprego.

Apesar de alguma recuperação no que diz respeito ao emprego, vários problemas continuam sem a resposta adequada. A precariedade mantém-se elevada, com um em cada cinco trabalhadores com contratos não permanentes, sendo dois em cada três no caso dos jovens menores de 25 anos; o desemprego de longa duração diminuiu mas atinge ainda cerca de 47% dos desempregados; mais de dois terços dos desempregados em termos reais continua sem acesso a prestações de desemprego e os que têm não ultrapassam os 500 euros em termos médios, um valor pouco superior ao limiar de pobreza.

A criação de emprego está a fazer-se em grande parte nos serviços e menos na indústria, havendo um recuo da agricultura, confirmando os alertas e propostas que temos feito, no sentido da urgência na aposta na produção nacional, questão central para o desenvolvimento do país, nomeadamente para o emprego e o reequilíbrio da localização da actividade produtiva no território e para a soberania e independência nacionais.

A precariedade e os baixos salários a ela associados contribuem significativamente para o aprofundar das desigualdades. Os dados conhecidos continuam a colocar Portugal como um dos países onde os 20% com maior riqueza mais se afastam dos 20% que menos têm.

As alterações à legislação laboral efectuadas pelo governo do PS, com a generalização da precariedade, a desregulação dos horários de trabalho e o bloqueamento da contratação colectiva, serviram para desequilibrar a distribuição da riqueza com um claro prejuízo para o trabalho em detrimento do capital.

A pobreza está a aumentar entre os trabalhadores e entre os desempregados. Atingiu 10,8% da população empregada em 2018 face a 9,7% no ano anterior, o que confirma a ideia de que o aumento dos rendimentos do trabalho foi muito insuficiente. Os números confirmam que a pobreza laboral quase não se reduziu nos últimos quatro anos.

Os desempregados pobres aumentaram de 45,7% em 2017 para 47,5% em 2018 mesmo após as transferências sociais, o que revela a insuficiência da protecção social no desemprego, quer ao nível da cobertura das prestações de desemprego, quer dos seus montantes. A percentagem de desempregados em situação de pobreza é a mais elevada desde 2010.

A CGTP-IN pautou a sua intervenção de forma activa no combate a estes problemas, apresentando reivindicações e propostas no sentido de os resolver, lutando contra o modelo de precariedade e baixos salários que nos tem sido imposto e pela exigência de um modelo de desenvolvimento onde a va-

lorização do trabalho e dos trabalhadores seja peça central, orientado para a produção nacional, crescimento económico e a concretização de políticas que assegurem emprego com direitos, cumprindo o estabelecido na CRP.

Destaca-se a luta do conjunto do movimento sindical, pela acção desenvolvida, de forma consistente e continuada, na denúncia de injustiças, na defesa do emprego com direitos, por um Portugal com futuro.

4.1.1. Precariedade

Neste mandato levámos a cabo a Campanha Nacional contra a Precariedade – Pelo Emprego com Direitos, no sentido de dar uma resposta dirigida e assertiva a esta chaga, dando continuidade a um trabalho que sempre tivemos entre as nossas prioridades e que exige uma resposta excepcional pelas tentativas permanentes por parte do capital de a generalizar e enraizar no mundo laboral.

Com o objectivo de erradicar a precariedade, fazendo cumprir o princípio constitucional da segurança no emprego, colocámos de forma definitiva na sociedade, junto do povo e dos trabalhadores, a exigência de que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um vínculo de trabalho efectivo.

Em conjunto com os Sindicatos, Federações e Uniões, fez-se o levantamento das prioridades e planificação no concreto das acções a levar a cabo nas empresas e locais de trabalho no quadro da Campanha.

Levámos a reivindicação “a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um vínculo de trabalho efectivo” para todas as nossas lutas, e a sua inscrição em todos os cadernos reivindicativos e propostas para a contratação colectiva deu-lhe grande destaque junto dos trabalhadores bem como de toda a sociedade.

Da intervenção dos sindicatos e pela realização de iniciativas que passaram desde plenários, concentrações, tribunas, denúncias públicas, desfiles, manifestações e greves, milhares de trabalhadores passaram ao quadro de efectivos das empresas onde trabalham e muitos outros deixaram de ser contratados por via de ETT's, comprovando a acerto da nossa discussão colectiva quando concluímos que é na alteração da correlação de forças nos locais de trabalho que reside a nossa maior arma.

Em 2017 levámos a cabo o Roteiro Contra a Precariedade, com iniciativas na generalidade dos sectores e distritos. O Roteiro potenciou o desenvolvimento de iniciativas específicas em locais de trabalho prioritários para este combate, tendo sido realizadas um conjunto de iniciativas variadas.

No âmbito da Campanha foram ainda realizadas 4 Oficinas de Trabalho (Porto, Lisboa, Coimbra, Setúbal) com dirigentes e delegados dos diversos sectores, sob o tema "O combate sindical e judicial à precariedade. O objectivo destas oficinas foi munir a nossa estrutura de mais ferramentas para o combate à precariedade bem como aprofundar a discussão sobre o tema, por via da troca de experiências de casos concretos.

Em 2018 lançámos a Petição contra a Precariedade – Pelo Emprego com Direitos. Esta petição teve o propósito maior de servir como instrumento de contacto com os trabalhadores e potenciador do desenvolvimento da luta concreta nos locais de trabalho, bem como promover na AR uma discussão em torno das nossas justas reivindicações.

Foram recolhidas dezenas de milhares de assinaturas em contactos directos com os trabalhadores, em distribuições, plenários, concentrações, greves e manifestações em todos os sectores.

No início de 2019 lançámos de novo o Roteiro Contra a Precariedade, no sentido de dar expressão pública a esta batalha, num momento em que o governo do ps procurava levar a cabo as alterações à legislação laboral que mais tarde consumou, dando visibilidade a este combate e mostrando, pelo conjunto de resultados que temos por todo o país e em todos os sectores, que é possível com a luta dos trabalhadores transformar vínculos precários em efectivos.

No final do ano de 2019, avançámos com a Semana de Combate à Precariedade, com iniciativas por todo o país, envolvendo trabalhadores dos diversos sectores de actividade, que em plenário, concentração, manifestação e greve, assumiram a continuação desta luta e o compromisso de manter este combate até à erradicação desta praga.

Foram produzidos e editados um conjunto de materiais de apoio e dinamização, como cartazes, folhetos e autocolantes. Foi feito em pequeno livro de apoio com o conjunto da legislação relativa à precariedade e alertas para a sua apreciação.

4.1.2. Formação Profissional

Durante o mandato cessante, no que respeita à Formação Profissional, o departamento procedeu ao regular trabalho de acompanhamento, intervenção e apresentação de propostas nos mais diversos domínios e contextos, seja ao nível nacional ou europeu.

A nível nacional, a CGTP-IN interveio na ANQEP I.P., mais concretamente no seu Conselho Geral, quer nas reuniões, quer participando em grupos de trabalho como é exemplo a participação no conselho de coordenação do Sistema de Antecipação de necessidades de Qualificação, ou nos conselhos sectoriais de qualificação em que a CGTP-IN participa. Acompanhou-se também a actividade no domínio da certificação da actividade dos centros de formação profissional, através do Conselho de Acompanhamento que funciona no âmbito da DGERT. No domínio da execução das políticas formativas, o departamento interveio activamente no âmbito do Conselho de Administração do IIEFP I.P.

Ao nível Europeu, foi possível intervir no âmbito do Comité Consultivo da EU para o ensino e formação profissional e, já no âmbito da Confederação Europeia de Sindicatos, no Comité de Educação e Formação Profissional.

A participação da CGTP-IN nestes órgãos caracteriza-se por ter sido bastante interventiva e participativa, virada para a apresentação de propostas e soluções que melhorem as políticas de formação e qualificação profissional, bem como o acesso às mesmas. Destaca-se também a participação com propostas no âmbito da legislação para a implementação e um sistema de créditos no Catálogo Nacional de Qualificações, nas propostas para revisão da Lei que regula o Sistema Nacional de Qualificações, no âmbito do programa Qualifica ou, no que respeita ao INCODE, programa gerido pelo IIEFP para o desenvolvimento de competências digitais entre os trabalhadores.

O departamento acompanhou ainda, de forma atenta, a actividade do Inovinter, do IBJC e da EPBJC, entidades que operam no domínio da formação profissional e que prestam um importante contributo, quer para a intervenção da CGTP-IN nesse domínio, quer para o conhecimento prático da situação real relativa à matéria da formação profissional.

4.1.3. Assimetrias regionais

Portugal é hoje um país profundamente desequilibrado territorialmente e nunca as desigualdades entre a estreita franja do litoral e todo o resto do território continental foram tão acentuadas. Este é o resultado de décadas de política de direita beneficiária dos interesses do grande capital e das opções erradas de sucessivos governos, com consequências no desordenamento do território e na acentuação das assimetrias e da desertificação do interior do país. As dificuldades decorrentes da interioridade deixaram de ser exclusivas dos distritos do interior, para chegarem a praticamente todos os municípios do continente que não pertencem à orla costeira, mesmo que pertençam a distritos do litoral.

Realizámos, em 2017, um Encontro Nacional com o tema *Combater as Assimetrias Regionais - Pelo Progresso Social e a Coesão Territorial*, em Portalegre, com a participação de mais cem dirigentes sindicais de todo o país. Foi um encontro muito importante cujas participações e contributos espelham o profundo conhecimento das nossas estruturas sobre a realidade dos distritos, não só no que diz respeito ao diagnóstico, mas também no conjunto das soluções para os problemas.

Do conjunto dos contributos e conclusões sublinha-se a ideia de que uma política de desenvolvimento para o interior e de combate às desigualdades territoriais é indissociável da valorização do trabalho e dos trabalhadores, da fixação de empresas e da realização de investimentos públicos necessários ao país, não só em infraestruturas de transportes e mobilidade, mas também de reabilitação e valorização urbanas, do repovoamento dos concelhos e do reordenamento da floresta, da promoção de emprego seguro e com direitos, de uma mais justa distribuição da riqueza no plano do aumento dos salários, das pensões e da melhoria da resposta dos serviços públicos. Estas são, entre outras, questões centrais para reduzir os problemas da demografia e incentivar o aumento da natalidade no país em geral e no interior em particular.

Uma política de desenvolvimento para o interior deve também ter em conta a problemática do desenvolvimento sustentável e o equilíbrio entre as actividades humanas e o ambiente e responder aos desafios relacionados com as secas persistentes, inundações, incêndios e outros flagelos tenham eles causas humanas ou naturais.

É ainda fundamental que se retome a discussão em torno da Regionalização. A criação de regiões, com órgãos eleitos, como previsto na Constituição da República, é indispensável ao desenvolvimento e prossecução de uma política de coesão territorial, precisamente por poderem ir ao encontro das particularidades de cada território, valorizando os seus recursos e respondendo aos seus problemas concretos.

4.1.4. Sector Empresarial do Estado

Realizámos em 2018 um Encontro Nacional com o tema "A importância estratégica do Sector Empresarial do Estado e a luta contra as privatizações" em Lisboa, com a participação de mais de 80 dirigentes, delegados e activistas das diversas empresas e de todo o país.

A importância de reverter a realidade actual, e passar para o controlo público as principais empresas e serviços estratégicos, é fundamental para a democracia, e é um imperativo nacional para que o país e os portugueses controlem os instrumentos chaves do crescimento sustentado, com vista a um desenvolvimento que combata eficazmente as desigualdades e a pobreza, promovendo o bem-estar social e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações.

De sublinhar o documento de apoio produzido para o Encontro e da resolução aprovada no mesmo com um conjunto de propostas para os respectivos sectores.

4.1.5. Posições públicas/institucionais

Tomámos posição sobre a evolução das estatísticas de emprego, apontando causas e responsáveis que lhe estão associados.

Pronunciámo-nos sobre todos os projectos relativos às políticas activas de emprego e formação profissional.

Intervimos nas reuniões do CA do IEFP onde denunciámos a falta de qualidade das colocações onde predominam os vínculos precários e os baixos salários e fizemos propostas para melhoria da resposta e funcionamento do IEFP e dos centros de emprego e formação profissional.

4.2. Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social

O Departamento para o Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social (DSACES) da CGTP-IN, durante os últimos anos implementou uma série de actividades respondendo ao objectivo de defender os direitos e o bem-estar dos trabalhadores na sua vida profissional e do ponto de vista económico, ambiental e social.

O Núcleo de Apoio a este departamento deu um importante contributo no apoio às dinâmicas da CGTP-IN em termos de representações, análise, preparação de actividades, nomeadamente no qua-

dro da Actividade POISE “Desenvolver a acção sindical em favor do desenvolvimento sustentável nas empresas“, que decorreu entre 2017 e 2019.

Actividades realizadas e temas trabalhados

Foi lançada em 2016 a discussão na Comissão executiva sobre os ODS/Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável, assunto que já vinha detrás, o seu significado e a sua divulgação ao movimento sindical, particularmente os ODS 8 /Trabalho Digno e 5/ Igualdade de género. Integramos a Comissão Organizadora de Consulta da Sociedade Civil sobre a implementação dos ODS em Portugal e incentivamos os sindicatos a participarem na Consulta Online e nos Workshops regionais organizados pela Comissão.

Reflectiu-se sobre a COP21 e o Acordo de Paris (Dezembro 2015). A defesa do clima e dos ODS obriga a profundas mutações em todos os sectores da sociedade e vão gerar vários desafios que dizem respeito aos princípios defendidos pelos sindicatos. Lançámos discussões sobre a “transição justa” com o emprego como uma questão transversal, já que os objectivos climáticos e o desenvolvimento sustentável e a transição para uma sociedade com baixa produção de carbono pode possibilitar também criar milhares de empregos verdes, com condições de trabalho digno. Integramos assim a Plataforma de ONGD e outros para a divulgação dos ODS na Sociedade Civil; e participamos na “Plataforma Empregos para o Clima”

A formação de sindicalistas sobre este campo de acção foi reforçada pela nossa participação em Seminários de Formação europeus sobre os Desafios Climáticos e o Emprego, apoio pelo ETUI – Instituto de Formação da CES – Confederação Europeia dos Sindicatos, em Outubro 2016 e Dezembro de 2019 e onde participaram representantes sindicais de 10 estados europeus. Os seminários permitiram a formação de mais sindicalistas e com interesse em integrar o Núcleo de Apoio a este Departamento da CGTP-IN.

Durante dois anos desenvolvemos uma actividade do projecto POISE neste departamento em que foi conseguido um forte implemento do nosso trabalho. No decurso do projecto, foram realizadas várias reuniões e Seminários que abordaram os vários conteúdos previstos no Programa de Acção da CGTP-IN. O Núcleo de Apoio ao DSACES, em que um dos objectivos era a sua consolidação, reuniu com uma média de 8 participantes, que acompanharam regulamente as reflexões deste Departamento e os 6 Seminários de âmbito Nacional, com uma média de 25 participações em representação de diversas estruturas sindicais e sectores e desenvolvemos novo inquérito para análise de algumas temáticas actuais junto dos sindicatos. (Ver Brochura - Reflexões Temáticas realizadas no quadro do projecto - **“Desenvolver a acção sindical em favor do desenvolvimento sustentável nas empresas“**, online no site da CGTP-IN).

No quadro desta Actividade sempre se procurou apurar os “desafios sindicais” nas seguintes temáticas: A Transição Justa para uma Economia de baixo carbono/Economia Verde e Empregos Verdes; a COP 21, o Acordo de Paris 2015 e a sua Implementação em Portugal; A Agenda 2030 da ONU e os ODS - Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável; CETA e TTIP – as suas implicações nas áreas de responsabilidade deste departamento e as Perspectivas e Desafios para os Sindicatos; Trabalhadores/Consumidores; A Cidadania Activa dos Trabalhadores Sindicalistas; Economia Social e Cidadania Activa; a biodiversidade; a Energia Nuclear; Prospecção do Petróleo em Portugal; Energias renováveis e Eficácia energética – o Impacto da Transição e a Acção dos trabalhadores e dos Sindicatos; Desenvolver a Acção Sindical em favor de um Desenvolvimento ambientalmente Sustentável. Alguns dos temas tiveram aprofundamento no núcleo de apoio com convidados e depois Seminário sobre o tema.

Além de aprofundar a Agenda 2030, os ODS, o Acordo de Paris e os desafios sindicais, foi importante ter noção que as organizações sindicais internacionais e a CES alertaram para a necessidade de uma “Transição Justa”, e para que seja implementada de forma a assegurar o emprego com condições de trabalho digno dos trabalhadores afectados pelas alterações industriais e produtivas, nomeadamente perante o anunciado encerramento das centrais a carvão, das minas, pela substituição faseada dos

motores a gasolina e gasóleo. A mesma preocupação se coloca agora com os impactos e os efeitos das alterações climáticas em diversos sectores.

Reflectimos também sobre a problemática das Energias em Portugal. Abordamos a situação da prospecção de petróleo em Portugal, em diversas reuniões alargadas do Núcleo. Reflectimos com a contribuição de representantes de associações que lutam contra a prospecção de petróleo em Portugal (PALP- Plataforma Algarve Livre e ALA- Alentejo Litoral pelo Ambiente). Constatamos a influência das multinacionais e do sistema económico capitalista também quando abordamos a temática das Energias Renováveis e da Eficácia Energética. Abordamos também a questão da descarbonização dos Transportes, nomeadamente quando se fala da resolução da mobilidade nas zonas urbanas e outras e do apoio aos transportes públicos em vez do privado. Os sindicalistas como trabalhadores/consumidores, na informação e na aplicação de um consumo responsável. Discutimos o poder de influência do consumo responsável individual e colectivo, que contrarie as políticas de privatização e de consumo do capitalismo.

Neste quadro foi debatido também o papel dos sindicalistas na Economia Social e Solidária e a Cidadania. As dificuldades que na economia social se vivem com a obrigação da Lei da Economia Social, de serem geridas como “empresas” e como empreendedoras, como potenciar os “lucros” com vista a auto-subsistência e crescimento, para não depender das participações do Estado e também a forma como os trabalhadores aí são tratados bem como os baixos salários que se praticam. Aos sindicatos, principalmente os que abrangem este sector ficou o desafio de como poderiam coordenadamente incentivar os seus associados, para intervir na definição e defesa de reivindicações nestas áreas. Por fim, parece-nos importante aprofundar esta reflexão no futuro, de uma forma mais abrangente, sobre a Economia Social e Solidária e valorizar as experiências positivas existentes e as redes alternativas com efeitos positivos na sociedade.

Destes encontros diversas perspectivas de Intervenção e de Acção sindical foram propostas, que estão integradas no Enquadramento elaborado e aprovado na Comissão Executiva para o Seminário sobre “Energias Renováveis e a Eficácia Energética - O Impacto da Transição para os trabalhadores e a Acção Sindical” realizado em Faro (Out. 2018) que está publicado no sítio da CGTP-IN.

Este Departamento da CGTP-IN organizou ainda em colaboração com a CES - Confederação Europeia dos Sindicatos, a 24 e 25 de Setembro 2019, em Lisboa, um Workshop Internacional para discutir os problemas decorrentes das mudanças climáticas e apontar medidas que assegurem a protecção ambiental, a defesa e melhoria do emprego e dos direitos dos trabalhadores e o bem-estar das populações.

Representamos através do Departamento a CGTP-IN:

No CNADS – Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, No Comité da CES sobre o Desenvolvimento Sustentável e Ambiente, e no CNC – Conselho Nacional de Consumidores. Representámos também a CGTP-IN em diversos Seminários e Conferências relacionadas com as temáticas referidas nos pontos anteriores.

Posições/Divulgação/Informação

Foram editados diversos artigos e comunicados sobre o desenvolvimento sustentável e o clima no Site Internet da CGTP-IN e demos contributos para a elaboração de pareceres sobre projectos legislativos com a colaboração do Gabinete de Estudos e também a tomada de posição sobre as temáticas acima referidas.

5. POLÍTICAS SOCIAIS, DEFESA E REFORÇO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

5.1. Políticas Sociais

A derrota do PSD/CDS e o seu afastamento do Governo do País em 2015, interrompeu a brutal

ofensiva que determinou um empobrecimento generalizado da população, claramente visível no aumento dos níveis de pobreza, designadamente entre os trabalhadores. Assim, durante aquele período, grande parte desse empobrecimento foi devido aos baixos salários, à perda de valor das pensões e outras prestações sociais e à vulnerabilização dos sistemas de protecção social.

Na sequência dos resultados eleitorais para a Legislatura iniciada em 2015, teve lugar uma nova fase da vida política nacional que veio abrir perspectivas para a melhoria das condições de defesa dos interesses dos trabalhadores, o reforço das políticas sociais e a provisão de serviços públicos universais e de qualidade. Neste quadro foram assumidos compromissos no quadro Parlamentar, nomeadamente, o de pôr termo à política de exploração e empobrecimento através de políticas de recuperação de rendimentos e direitos, de criação de emprego e de combate à precariedade.

Apesar dos avanços registados, persistem muitas restrições aos direitos sociais. A maior parte das medidas tomadas têm-se concentrado no sistema de solidariedade, em detrimento do reforço do sistema contributivo, essencial para garantir o futuro do sistema público de Segurança Social e assegurar a protecção das novas gerações. Consideramos indispensável reforçar a protecção social dos desempregados, que constituem um dos grupos mais vulneráveis à pobreza.

Valorizamos as medidas sem deixar de apontar quer insuficiências – flagrantes no que respeita à actualização das pensões – quer medidas ainda não concretizadas, nas quais se evidenciam as relativas à precariedade dos vínculos laborais.

A CGTP-IN reitera como fundamental, assegurar a efectiva mudança de política que confronte os interesses dos grupos económicos e financeiros e assegure uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores; que invista no sector produtivo; que garanta a evolução do Salário Mínimo Nacional, bem como o aumento geral dos salários como um elemento estruturante para a distribuição da riqueza a aplicação de políticas públicas e sustentabilidade do sistema público de segurança social.

5.2. Segurança Social e Protecção Social

Para a CGTP-IN a salvaguarda da Segurança Social para todas as gerações, passa por um outro modelo de desenvolvimento e de crescimento, reafirmando, que não se trata de uma dívida mais ou menos arbitrária do Estado, sujeita ao imponderável das mudanças políticas e legislativas, mas sim, de um direito Constitucional, assente num verdadeiro compromisso entre o Estado e os cidadãos e como tal deve ser respeitado e cumprido.

Foi na expressa violação desse direito, que o Governo do PSD/CDS aprovou, entre outros, o Decreto-Lei que alterou o regime jurídico da protecção social no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, reduzindo o nível de protecção, quer através da redução dos períodos de concessão das prestações, quer através da diminuição dos respectivos montantes. Alterações que foram no sentido de aumentar a precariedade no trabalho e pressionar a redução dos salários.

Por sua vez, a nova fase da vida política nacional veio a registar importantes avanços que, apesar de insuficientes, devem ser valorizados, na medida em que bloqueou e reverteu a violenta ofensiva desencadeada pela governação do PSD/CDS, e, no quadro da relação de forças existente em sede Parlamentar, possibilitou introduzir e viabilizar alterações que corresponderam a avanços nas propostas de Orçamento do Estado apresentadas pelo Governo minoritário do PS.

Relativamente à situação financeira do sistema previdencial, os factos vieram comprovar a justeza do que defendemos, a situação financeira continua a registar melhoria, apesar de nível de desemprego continuar elevado e no quadro de desvalorização dos salários e direitos dos trabalhadores que urge inverter. Melhoria que se deve em grande parte ao aumento das receitas de contribuições sociais, (acima de 5% desde 2016, sendo de 6,8% no primeiro semestre de 2018), e à redução da despesa com as prestações de desemprego.

A CGTP-IN reitera que, uma das condições essenciais para o reforço do financiamento é a criação de emprego com direitos e o aumento dos salários. Por sua vez, as medidas tomadas no sentido de reforço do Sistema Previdencial foram insuficientes, tendo-se limitado à consignação de verbas a

favor do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), provenientes de um adicional ao IMI e de receitas do IRC.

Reafirmamos, que ao invés do que defendem os inimigos da Segurança Social pública, solidária e universal, o que coloca em causa a sustentabilidade não é o envelhecimento da população nem o valor das pensões, mas sim a política de exploração e empobrecimento assente no modelo de baixo valor acrescentado, no elevado desemprego, nos baixos salários e na precariedade, na medida em que afecta fortemente o sistema previdencial, uma vez que o seu financiamento depende dos salários e da criação de emprego com direitos, (níveis de emprego e redução do desemprego), e por conseguinte, do cumprimento do comando Constitucional que incumbe ao Estado promover a execução de políticas de pleno emprego.

O Decreto-Lei 73/2018, de 17 de setembro, veio introduzir uma alteração no regime das reformas antecipadas

– Tratou-se de uma alteração que visa colmatar uma lacuna da anterior revisão, aludida no parecer da CGTP-IN, que deixava fora da protecção prevista uma parte das situações que hoje seriam consideradas como de trabalho infantil, nomeadamente, todos os trabalhadores que iniciaram a sua carreira contributiva com mais de 14 e até 16 anos de idade.

Assim, nos termos deste novo diploma, passaram a ter acesso à antecipação da pensão de velhice sem qualquer penalização no valor da respectiva pensão, além dos beneficiários nas situações já previstas no DL 126-B/2017, de 6 de outubro, os beneficiários com idade igual ou superior a 60 anos e com pelo menos 46 anos de carreira contributiva, ou de serviço no caso de beneficiários da CGA, desde que tenham sido inscritos no regime geral da Segurança Social ou na CGA em idade igual ou inferior a 16 anos.

Neste quadro, a proposta de Orçamento do Estado para 2019 veio a prever a criação de um novo regime de acesso antecipado à idade de acesso à pensão por flexibilização que elimina a aplicação do factor de sustentabilidade para os beneficiários que, cumulativamente, contem pelo menos 60 anos de idade e 40 de carreira contributiva, e que será aplicado faseadamente, durante o ano de 2019, nos seguintes termos:

- A partir de 1 de janeiro de 2019, para os beneficiários com 63 ou mais anos de idade, para pensões com início a partir desta data;
- A partir de 1 de outubro de 2019, para os beneficiários com 60 ou mais anos de idade, para pensões com início a partir desta data.

A CGTP-IN considera que não se trata de um novo regime, mas sim do cumprimento (parcial) do compromisso do Governo de rever o regime das reformas antecipadas, que foi iniciado em 2017 e devia ter sido completado no ano de 2018.

Esta revisão, embora constitua sem dúvida uma evolução relativamente ao regime em vigor em 2018, não corresponde plenamente às reivindicações da CGTP-IN a este respeito, nem tão pouco às expectativas dos beneficiários, na medida em que veda o acesso à pensão antecipada neste regime, por um lado, aos beneficiários que completem os 40 anos de descontos depois dos 60 anos de idade e, por outro lado, obriga os que têm carreiras contributivas de pelo menos 40 anos, mas que ainda não completaram os 60 de idade, a adiarem para mais tarde o acesso ao este novo regime. Acresce que o novo regime, apesar de eliminar a penalização resultante da aplicação do factor de sustentabilidade, mantém uma substancial penalização do valor das pensões, através da aplicação do factor de redução de 0,5% por cada mês de antecipação em relação à idade legal da reforma em vigor em cada momento.

Neste contexto, algumas das nossas reivindicações não foram alcançadas no Mandato que ora finda, designadamente:

- O combate à fraude e à evasão contributiva, bem como a recuperação de dívidas à Segurança Social;
- Aprofundar a diversificação das fontes de financiamento da segurança social, designadamente com a criação de uma nova contribuição para a Segurança Social sobre o Valor Acrescentado Líquido (VAL) de cada empresa, que deverá ser conjugada com a existente em função do volume de emprego;
- Alargar a rede de equipamentos sociais públicos para a terceira idade para responder aos problemas do envelhecimento da população;
- Rever as regras de avaliação da condição de recursos para efeitos de atribuição de prestações sociais no que toca ao conceito de agregado familiar e à capitação de rendimentos;
- Reposição da idade legal de reforma aos 65 anos;
- Revisão dos regimes da antecipação da idade de acesso à pensão de velhice, nomeadamente para o desemprego de longa duração e por motivo da natureza especialmente penosa ou desgastante da actividade profissional exercida;
- A opção de todos os trabalhadores com uma carreira contributiva de pelo menos 40 anos, independentemente da sua idade, terem a possibilidade de aceder à pensão de velhice, e sem qualquer penalização;

A concretização destes objectivos, entre outros, implica uma opção política determinada por parte do Governo do PS, uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores, realize e aprofunde os valores da solidariedade e da coesão social, na criação de emprego com direitos, na revogação das normas gravosas da legislação laboral e na dinamização da contratação colectiva. Numa justa distribuição do rendimento, nomeadamente, por via do aumento dos salários como elemento estruturante para a distribuição da riqueza e sustentabilidade do sistema público de segurança social.

5.3. Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

A CGTP-IN centrou a sua intervenção no Conselho de Apoio para os Assuntos de Protecção contra os Riscos Profissionais, exigindo resposta cabal e atempada aos processos e relativos à reparação das doenças profissionais e a tomada de medidas urgentes para dotar o Departamento de Protecção contra os Riscos Profissionais (DPRP) da autonomia e meios materiais, técnicos e humanos, bem como de capacidade para programar e avaliar as suas actividades, para que funcione atempadamente e para todos os trabalhadores que necessitem dos seus serviços, considerando que a falta de trabalhadores nos serviços afecta todo o desempenho.

Os atrasos na certificação de Doenças Profissionais e reembolsos de despesas continua a dever-se principalmente à falta de trabalhadores nos serviços, é inadmissível que os processos estejam a demorar em média 911 dias, o de deferimento 981 dias e o do reembolso de despesas cerca 455 dias. Registou-se, contudo, uma evolução positiva, apesar de insuficiente, com a contratação de 18 trabalhadores (serviço externo) para o DPRP resolver pendências, e ter sido aberto um concurso para cerca de 15 trabalhadores (concurso externo). Apesar do insuficiente reforço de pessoal (serviço externo), registou-se um agravamento dos tempos médios, que resultou da priorização dada aos processos mais antigos. Por sua vez a equipa médica foi reforçada no final de 2017 e perspectiva-se que a área médica seja reforçada com 5 médicos em Lisboa e 5 no Porto, de forma faseada no início de 2019.

O tempo médio registado nas 3 fases do processo de doença profissional, regista na Instrução e Triagem – 581 dias; Confirmação Clínica – 116 dias e na Conclusão do processo – 215 dias. A fase inicial do processo - Instrução e Triagem, está a demorar cerca de 581 dias, na medida em que existem somente 9 trabalhadores nos respectivos serviços.

Os dados relativos a 2018, reflectem a recuperação de processos antigos, mas evidenciam a necessidade premente de reforço de trabalhadores nos serviços, de forma permanente. Devido à recuperação e conclusão de processos mais antigos, os processos concluídos em 2018 apresentam uma evolução considerável (8 805 em 2016; 8.839 em 2017 e 12 911 em 2018). No entanto, os processos pendentes e de reembolso referentes a 2018 foram aumentando.

O desempenho do DPRP depende igualmente dos atrasos registados nos protocolos para a realização de exames médicos de diagnóstico. Em Outubro avançou a adjudicação directa, apenas para os exames especiais e cirurgias.

Relativamente à “Avaliação do Posto de Trabalho”, devido a passagem à reforma e à saída de técnicos para a ACT, foi celebrado em 2017 um protocolo de parceria com a ACT, o qual não tem respondido às necessidades. Assim, foi efectuado concurso para dotar os serviços, novamente com uma equipa para a Avaliação do Posto de Trabalho. Os trabalhadores entraram em Novembro e iniciaram a actividade em Janeiro de 2019. Por sua vez foi cancelado o protocolo celebrado em 2017 com a ACT.

Em Dezembro de 2018, existiam 30.579 beneficiários.

O valor das prestações por doença profissional resultou em 3.481.654€.

5.4. Política Inclusiva

A CGTP-IN manteve a acção de convergência com as Associações Representativas das Pessoas com Deficiência, designadamente, a C.N.O.D. – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes; a APD – Associação Portuguesa de Deficientes, articulando e consertando posições, intervindo no sentido de defender e reforçar os direitos das pessoas com deficiência.

5.5. Política de Saúde

O ataque do Governo do PSD/CDS a esta relevante conquista de Abril manteve marcha acelerada no período inicial do Mandato que ora finda, por via dos cortes orçamentais inseridos na política de terrorismo social, e pelo acentuar da ofensiva contra os trabalhadores do sector, ofensiva conjugada que colocou em causa o direito à saúde dos Portugueses. Em suma, com a política “dita de austeridade”, agravaram-se as dificuldades no acesso à prestação de cuidados e a degradação da qualidade do serviço público prestado aos cidadãos.

Depois de durante anos, terem espoliado o SNS dos meios humanos de que necessitava, com o objectivo de cortar na despesa – o Governo do PSD/CDS continuou a condicionar a prática profissional das diversas profissões da saúde, promovendo por esta via o afastamento de trabalhadores, muitos dos quais foram forçados à emigração devido à degradação das suas condições de trabalho e à desvalorização das profissões e dos salários.

Enquanto produziam, cinicamente, declarações sobre a sua dedicação à defesa do SNS e dos serviços públicos de saúde, PSD e CDS aplicavam a política criminosa que acelerava o seu desmembramento progressivo por via do encerramento de serviços e da asfixia financeira das instituições, o que, consequentemente tenderia a conduzir à sua falência, levando ainda mais portugueses à negação do direito à prestação de cuidados e sujeitos a uma política, que se não fosse travada, os condenaria a uma morte prematura.

Com efeito, no quadro da nova fase da vida política nacional há aspectos positivos a registar, que se traduziram no reforço dos meios; entre outros, foi melhorado o acesso com a redução das taxas moderadoras; houve contratação de médicos de família e de enfermeiros e foi ampliada a cobertura da saúde oral.

Mas esta acção foi muito insuficiente. O SNS continua a manter um subfinanciamento crónico que impede que, mesmo medidas aprovadas no quadro Parlamentar não fossem concretizadas por falta

de recursos. Não se rompeu com uma política de financiamento dos grupos capitalistas por via do SNS o que, entre outras condições, exige que o Serviço se capacite para realizar meios complementares de diagnóstico e terapêutica e aproveite melhor os recursos, incluindo equipamentos, eliminando desperdícios.

Assim, constatamos no final deste Mandato que está em marcha uma campanha de ataque sistemático ao SNS, de “caos na saúde”, que tem sido sobretudo veiculada por aqueles que desejam substituir a provisão pública da saúde, assente nos princípios Constitucionais da Universalidade de direitos, por um Estado que apoie e incentive o negócio da doença e dos interesses privados na área da saúde.

Esta campanha tem como pano de fundo o reforço dos grupos monopolistas na área da saúde; e alimenta-se das fragilidades e contradições políticas do Governo minoritário do PS. O enfraquecimento das respostas públicas (a despesa corrente pública passou de 6,9% do PIB em 2009 para 6% em 2016) ocorreu a par do reforço da componente privada, para o qual não foi suficiente o maior papel do Estado no período da Legislatura que terminou em 2019.

O sector privado tem utilizado as fragilidades do SNS por via dos negócios em torno das Parcerias Público Privadas (PPP) e da venda de serviços ao SNS (sobretudo meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica) e à ADSE, para reforçar os seus interesses financeiros.

Aprovada a nova Lei de Bases da Saúde, a CGTP-IN considera que a sua regulamentação deve conformar-se em absoluto com o disposto na Constituição e colocar o Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito, como o centro e o eixo fundamental, valorizar as profissões da saúde, nomeadamente através do reconhecimento das respectivas carreiras, melhoria da retribuição e das condições de trabalho e garantir a existência de recursos financeiros, técnicos e humanos suficientes, adequados e necessários para que o SNS mantenha as suas características de universalidade, generalidade e gratuitidade, prestando às populações todos os cuidados de saúde, com a devida qualidade e em tempo útil.

5.6. Projecto EURÍDICE - Prevenção das Toxicodependências em Meio Laboral

No decorrer do mandato continuámos a dinamizar o Projecto Eurídice – Prevenção e Intervenção nas Dependências em Meio Laboral - nas Autarquias do Seixal e Loures, e nos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas (SIMAR).

Para além das reuniões habituais dos grupos de trabalho das 3 organizações, foram de destacar actividades:

Câmara Municipal do Seixal – Actualização e reedição do folheto “Guia para dirigentes sobre os problemas de álcool e drogas”, para distribuição em 2019.

Câmara Municipal de Loures – Foi realizada uma acção de sensibilização para encarregados de assistentes operacionais, e, à semelhança da autarquia do Seixal e em conjunto com os SIMAR, iniciou-se a actualização do folheto “Guia para dirigentes sobre os problemas de álcool e drogas”, para distribuição em 2019.

SIMAR - Foram realizadas acções de sensibilização para trabalhadores com responsabilidades de coordenação de equipas (coordenadores de Gabinete, coordenadores técnicos, encarregados operacionais).

5.7. Política de Educação

No Programa de Acção aprovado no seu XIII Congresso, a CGTP-IN definiu como eixo estratégico para a sua acção no quadriénio 2016 – 2020 a defesa de uma Escola Democrática, ou seja, pública, gratuita, de qualidade, para todos e inclusiva, capaz de contribuir para um futuro melhor e mais justo. Reclamava-se, então, a ruptura com políticas seguidas no passado, designadamente na anterior legisla-

tura, destinadas a reconfigurar o papel do Estado na Educação, desresponsabilizando-o da promoção da educação pública. Acusavam-se governos anteriores de, por exemplo, tentarem transferir financiamento do Orçamento do Estado para fundos comunitários, baixando, assim, o nível do financiamento público da Educação, e de imporem um processo de municipalização, à altura, por via dos designados contratos interadministrativos de competências.

Em defesa de uma escola verdadeiramente democrática, a CGTP-IN aprovou, para a legislatura, a luta pela gestão democrática das escolas, pressuposto ao exercício de uma verdadeira autonomia, o corte com as vias ditas duais ou de cariz vocacional, a valorização dos currículos, devendo estes deixar de se centrar na simples aquisição de conhecimentos e no treino de capacidades que se expressem em exames, para além de também considerar indispensável a devida valorização dos profissionais de Educação, tendo em conta o importante papel social que lhes é atribuído.

Noutro domínio, a CGTP-IN defendeu a criação de uma rede de creches pública, tutelada pelo Ministério da Educação, com a garantia de universalidade e gratuidade, tendo, igualmente, defendido que, no ensino secundário, todas as vias de ensino (profissional, tecnológica ou científico-humanística) deverão ter igual dignidade

Relativamente ao ensino superior, a CGTP-IN defendeu a sua organização como um sistema unitário, integrado e diversificado, eliminando definitivamente o papel secundário que, em muitos casos, continua a ser atribuído ao ensino superior politécnico.

No que respeita aos docentes e trabalhadores não docentes das escolas, a CGTP-IN reclamou estabilidade de emprego e profissional, reposição dos salários, descongelamento das carreiras, com a indispensável contabilização do tempo de serviço cumprido durante o período de congelamento, alteração dos requisitos de aposentação, visando rejuvenescer o corpo docente e não docente das escolas, tomando ainda medidas, no âmbito das condições de trabalho, destinadas a atenuar o desgaste que afeta estes profissionais.

Por último, a CGTP-IN exigiu medidas que promovam uma sã convivência dentro da escola, contribuindo para a humanização do espaço escolar, com a eliminação dos Mega-agrupamentos e o investimento numa escola de média dimensão, capaz de responder melhor aos problemas sociais que todos os dias nelas se reflectem, com órgãos próprios e gestão democrática, a redução do número de alunos por turma, a colocação de assistentes operacionais em número suficiente e com formação adequada, a existência de equipas multidisciplinares que possam dar o adequado apoio aos alunos e às suas famílias, uma organização adequada das respostas aos alunos com dificuldades de aprendizagem, entre outras medidas.

Passados 4 anos, o governo do PS, que, na anterior legislatura, reuniu condições favoráveis à resolução destes problemas, não tomou as medidas que se tornavam necessárias para resolver os principais problemas que afectavam o sector, pelo que estes se mantiveram, alguns agravando-se, tendo ainda surgido outros. Embora com contornos diferentes, o governo prosseguiu e prossegue com o processo de municipalização, apesar das preocupações e, mesmo da contestação que se têm manifestado. O programa do XXII governo constitucional continua a não apontar para uma rutura com as políticas do passado.

Não foi por falta de propostas e de luta dos trabalhadores do sector, como, também, do conjunto dos trabalhadores, em defesa de uma Escola Democrática, que os problemas não se resolveram. Foram, isso sim, as opções de um governo que, em aspetos fundamentais, preferiu alinhar à direita, continuando comprometido com opções que não defendem a Escola Pública, os direitos dos trabalhadores e os interesses da generalidade dos portugueses.

5.8. Política Fiscal

A política fiscal continua a deixar intocáveis os rendimentos do grande capital. No IRS, manteve-se a possibilidade de não englobamento dos rendimentos de capital, os escalões não foram actualizados nem aumentados, como propõe a CGTP-IN. No IRC, salienta-se a significativa redução de IRC consti-

tuída pela eliminação do pagamento especial por conta. O fim do PEC (-100 M€) não deve significar que estas empresas deixem de pagar IRC, mas antes a sua substituição por um regime mais adequado.

A despesa com Parcerias Público-Privadas (PPP) ascendeu a 1774 M€ em 2018, um valor que corresponde a uma revisão em alta face ao previsto e representa 0,9% do PIB; para 2019, prevêem-se 1692 M€ e admitem-se “riscos” na previsão (ou seja, despesa superior); Por sua vez, a despesa com juros em 2019 absorverá 6877 M€ e os financiamentos ao sector financeiro, para os fundos de resolução quer nacional, quer europeu mais de 1,6 MM€, ao que acrescem os pagamentos SWAP de 151 M€;

A despesa fiscal, parte da qual não justificada, representa 11,8 MM€ em 2019; A dívida da EDP e da GALP relativa ao não pagamento da contribuição extraordinária sobre o sector energético ultrapassa os 500 M€, o que constitui um verdadeiro escândalo.

Concluindo, quanto à questão central do confronto entre o trabalho e o capital, constatamos que, depois de a parte dos ordenados e salários no PIB em Portugal ter atingido o valor mais baixo dos últimos 65 anos em 2015, continuam-se a verificar desigualdades gritantes na repartição da riqueza. A inflexão encetada no ano de 2016, sendo importante porque travou a política de cortes nos salários e nas pensões e iniciou um processo de reposição de rendimentos e direitos, esteve longe de repor os valores pré-crise.

Em 2017 registou-se um aumento do nível de vida da população, medido pelo PIB por pessoa, de 2,7% (ou mesmo superior, no caso de se ter mantido a tendência de declínio populacional) mas o poder de compra dos salários terá sido diminuto, apesar do aumento real do salário mínimo nacional.

Neste contexto, conclui-se que a distribuição do rendimento em Portugal é desequilibrada, situação que urge inverter, por um lado valorizando os salários e o rendimento dos trabalhadores, por outro, repondo o preceito constitucional que ao sistema fiscal incumbe: (“o sistema fiscal visa (...) uma repartição justa dos rendimentos e riqueza” nº 1 do art.º 103º, CRP), conferindo assim à política fiscal o papel de garantir uma mais justa redistribuição do rendimento, instituindo um regime justo de tributação dos rendimentos de capital.

6. A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, IGUALDADE, CULTURA E TEMPOS LIVRES

6.1. Segurança e Saúde no Local de Trabalho

Ao longo deste mandato, o departamento Segurança e Saúde no Trabalho desenvolveu um conjunto de contactos, iniciativas e acções de sensibilização e deu resposta, a nível nacional e internacional, a pedidos de informação e participação em várias organizações.

Intervimos:

No apoio a Sindicatos sobre o processo de eleição de representantes dos trabalhadores (RT) para a segurança e saúde no trabalho (SST);

No apoio às acções de sensibilização sobre segurança e saúde no trabalho para trabalhadores, delegados e dirigentes sindicais, respondendo a vários pedidos, nomeadamente sobre amianto, funcionamento da ACT, trabalhos de limpeza, processos de eleição de representantes de SST, transportes de valores; acidentes de trabalho e condições de trabalho em geral;

Na exigência, junto da ACT, de uma acção inspectiva que dê respostas às queixas dos Sindicatos que se avolumam e que revela inoperacionalidade, tanto na área inspectiva como na promoção da segurança e saúde no trabalho;

A CGTP-IN fez-se representar em diversos seminários nacionais organizados pela ACT e o Ponto Focal da Agência Europeia para as Condições de Trabalho, nomeadamente: sobre a campanha de prevenção de riscos em máquinas e equipamentos – 14 de Abril de 2016, no Porto; lançamento da Campa-

nha Ibérica de Prevenção de SST – 13 de Maio de 2016, em Sintra; na Campanha OSHA sobre Locais de Trabalho Saudáveis para Todas as Idades – 19 de Abril 2016, em Sintra; e no Encontro Nacional de Saúde Ocupacional – 17 de Novembro 2016, em Lisboa.

Estivemos representados no 1º Encontro Internacional sobre o Amianto, organizado pela Quercus, o SOS Amianto e o CERIS em 15 e 16 de Novembro 2018;

Participámos activamente, enquanto membros do Ponto Focal da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, em diversos seminários, no âmbito da campanha europeia “Locais de trabalho saudáveis: gerir as substâncias perigosas” que decorreu em 2018 e 2019;

Divulgámos o Guia Prático para Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, editado pela OIT.

No âmbito da participação institucional:

Ao nível nacional, abordámos em várias reuniões com a inspecção-geral do Trabalho as nossas preocupações sobre a falta de resposta aos pedidos de intervenção dos sindicatos e a falta de uma política de prevenção e promoção em SST que restabeleça o quadro de normalidade que já existiu nas candidaturas a projectos para formação em SST nos locais de trabalho;

Participámos activamente nas discussões do Conselho Consultivo para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, da ACT, e apoiámos as estruturas sindicais na sua intervenção nas campanhas temáticas;

No que diz respeito à intervenção sindical nas Comissões Técnicas de Normalização (CT) coordenadas pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), constatámos que os sindicatos ainda não superaram as suas limitações para participar nas CT que dizem respeito às máquinas e equipamentos de trabalho;

No plano europeu:

Assumimos a representação na Direcção da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, em Bilbao, Espanha até 2019 e em Junho de 2019 assumimos a participação no Comité Consultivo Europeu para a Segurança e Saúde no Trabalho (Luxemburgo).

Participámos no Grupo de Trabalho sobre Campos Electromagnéticos, do Comité Consultivo Europeu para a Segurança e Saúde no Trabalho.

Ao nível da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), participámos nos grupos de trabalho ou comités sobre as temáticas da SST, normalização, REACH e riscos psicossociais.

Participámos nos seminários europeus organizados pelo Instituto Sindical Europeu (ETUI) sobre as problemáticas do amianto; sobre o programa REACH, produtos químicos, nanotecnologia, riscos psicossociais e normalização.

6.2. Igualdade entre Mulheres e Homens

Definida como uma área de intervenção sindical prioritária pela CGTP-IN, o Departamento de Igualdade entre Mulheres e Homens, em estreita ligação com a CIMH, desenvolveu uma aprofundada e alargada acção sindical no âmbito da igualdade de direitos e de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho e na vida.

As mulheres trabalhadoras participaram, de forma significativa, nas pequenas e grandes lutas travadas neste quadriénio, nos locais de trabalho e na rua, no sector privado, no sector empresarial do Estado e no sector público, em defesa dos direitos e garantias contratuais e legais, na luta contra a precariedade, o desemprego, o bloqueio da contratação colectiva, a destruição das funções sociais do Estado, a desigual distribuição da riqueza, a discriminação, a exploração e a pobreza que persistem e

que urge erradicar, no sentido da dignificação das condições laborais e sociais de todos os trabalhadores.

A acção colectiva foi direccionada para a exigência de uma política global de igualdade no trabalho e no acesso ao emprego e à profissão, pela efectivação dos direitos legais e contratuais, pela igualdade salarial (salário igual para trabalho igual ou de valor igual), pela redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas, pela articulação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal, pelo combate às discriminações no trabalho, no emprego e na formação, pelo combate ao assédio no trabalho, pela eliminação das doenças profissionais das trabalhadoras, em particular, das lesões músculo-esqueléticas, pelo exercício dos direitos de maternidade e de paternidade, pelo combate às discriminações a que as mulheres continuam a estar sujeitas, apesar dos avanços legislativos.

Em síntese, as principais linhas de trabalho desenvolvidas pelo Departamento em estreita ligação com a organização específica - CIMH/CGTP-IN - desenvolveram-se em torno:

- **Da Acção Sindical Integrada na Vertente da Igualdade (ASIVI)**, através da identificação de locais de trabalho estratégicos, por sector e região, visando o crescimento da sindicalização de trabalhadoras, da eleição de delegadas sindicais e de Representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho, mais acção reivindicativa e mais informação e formação sindical, a par da constituição de mais Comissões para a Igualdade nos Sindicatos, nas Federações e nas Uniões;
- **Da efectivação do princípio da igualdade e da não discriminação salarial** (salário igual para trabalho igual ou de igual valor), através da intervenção nos locais de trabalho (cadernos reivindicativos), na contratação colectiva, junto das instituições, em especial da CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) e da ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho);
- **Da defesa do emprego com direitos**, do aumento geral dos salários e do salário mínimo nacional e de horários de trabalho dignos que permitam a conciliação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal;
- **Da exigência do respeito e efectividade dos direitos de maternidade e de paternidade**, bem como a criação e reforço de infra-estruturas sociais de apoio, públicas e de qualidade, para crianças e idosos;
 - **Do combate e eliminação da precariedade laboral, do desemprego e de todas as formas de violência contra as mulheres** (assédio, violência doméstica, prostituição, tráfico de seres humanos, etc.);
 - **Da defesa das funções sociais do Estado** (Saúde, Educação, Segurança Social, Transportes) e do acesso à habitação e à justiça, que são indissociáveis da efectiva igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens no trabalho e na vida.

6.3. Igualdade e Combate às Discriminações

Ainda que mitigados, permaneceram alguns obstáculos ao desenvolvimento da acção pretendida. Devemos, contudo, assinalar que apesar de persistirem algumas resistências respeitantes à importância que as questões relativas à discriminação em função da orientação sexual, deficiência, HIV, toxicod dependência e convicções religiosas assumem (e poderão assumir) na actividade sindical, foi possível estabilizar um grupo de trabalho, criado no mandato que agora termina, com vista à reflexão e acção sobre estas matérias.

Uma dessas resistências foi constatada com as muito baixas taxas de retorno dos questionários enviados ao MSU. A aplicação dos referidos questionários que tinha um duplo objectivo (traçarmos um diagnóstico e sensibilizarmos para a importância do trabalho nesta frente) demonstrou ficar aquém dos objectivos.

Embora se reconheça que foram dados passos importantes, consideramos que ainda falta percorrer um longo caminho, pelo que é imperativo que se imprima outro ritmo, para que haja uma efectiva percepção da importância destes temas por parte da estrutura sindical.

No plano institucional foram estabelecidos, e mantidos, contactos com organizações LGBTI tendo em vista um reforço da capacitação de activistas sindicais. Destes contactos é possível perspectivar, no curto prazo, a realização de acções de sensibilização/formação para activistas sindicais. Ainda neste âmbito (plano institucional), registamos a nossa participação nos seguintes projectos: i) parceria consultiva nacional do projecto “Come Out to Diversity at Work”, liderado pela Foundation FACE; ii) Conselho Consultivo do “Projecto ADIM – Avançar na Gestão da Diversidade LGBT nos Sectores Público e Privado”.

6.4. Cultura e Tempos Livres e Centro de Arquivo e Documentação

Os últimos anos de actividade do departamento de Cultura e Tempos Livres e do Centro de Arquivo e Documentação (CAD) têm sido devotados, como é frequentemente divulgado nas mais diversas iniciativas que este serviço promove e em que se faz representar, ao tratamento do património documental e museológico da CGTP-IN e do movimento sindical associado.

O objectivo primeiro e orientador desta actividade é o de identificar o que existe, organizá-lo e preservá-lo para que possa ser consultado e estudado.

Concretizando este objectivo, está a CGTP-IN a promover o conhecimento da sua história e a do movimento sindical que representa e de que se assume como herdeira, remontando as suas raízes ao século XIX.

Inventariando, descrevendo, catalogando, preservando, conservando, restaurando e tornando acessível este património, está a CGTP-IN a dar voz a trabalhadores, dirigentes, delegados e activistas sindicais na sua luta por melhores condições de trabalho e de vida, na sua demanda por maior justiça social, democracia, liberdade, paz.

Inventariar, descrever, preservar, conservar e, se necessário for, restaurar a caderneta profissional de um operário ou de uma operária da indústria de conservas no activo na década de 1930, com 12 anos de idade, é falar de uma infância perdida, é falar de trabalho infantil, é falar de uma de inúmeras formas de exploração laboral, é falar de ditadura, mas é também falar de um processo e de uma causa a que a CGTP-IN e o movimento sindical que incorpora dedicaram parte significativa da sua luta ao longo de muitos anos, contribuindo decisivamente para mitigar esta chaga social.

Avivar, tornar presente esta e tantas outras realidades similares de que este património documental e museológico é testemunho vivo é uma das responsabilidades fundamentais da CGTP-IN. Não teremos trabalhadores e trabalhadoras, cidadãs e cidadãos mais conscientes dos seus direitos, mais cultos, livres, críticos e preparados para enfrentar os desafios que se nos apresentam se desconhecermos o caminho trilhado por aqueles que nos antecederam na prossecução dos objectivos que nos são comuns, as dificuldades que enfrentaram, as lutas que travaram, o modo como as conduziram.

Estes objectivos e preocupações motivaram a realização das seguintes actividades:

EDIÇÕES CGTP-IN

Edição de Perfeito de Carvalho: um Sindicalista da Primeira República (1908-1922), da autoria de Francisco Canais Rocha, com apresentação na Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, Torres Novas, a 28 de Janeiro de 2016.

Edição de Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: 1977 a 1989 (vol. II), com apresentação no Teatro da Trindade, em Lisboa, a 11 de Outubro de 2016.

Entre 2018 e inícios de 2020, apoio à preparação do terceiro volume de Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: 1990-2003: pesquisa orientada, reprodução de documentos, recomendação de um modelo de referenciação bibliográfica, revisão de texto e de provas.

6.4.1. Centro de Arquivo e Documentação

ACERVO MUSEOLÓGICO DA CGTP-IN

Início da identificação, recolha, inventariação, registo fotográfico e preservação do acervo museológico da CGTP-IN, entre Maio e Setembro de 2017, incluindo das peças oriundas de doações e incorporações recebidas. Foram inventariadas 264 peças (cerâmica, equipamentos e utensílios, medalhas, mobiliário, pins, entre outros).

ACTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DA CGTP-IN

Continuação, entre 2016 e inícios de 2020, da sua descrição. Encontram-se disponíveis para pesquisa, no sítio web do CAD, as descrições das actas das reuniões efectuadas entre 4 de Janeiro de 1978 e 3 de Fevereiro de 1992 (uma caixa; treze livros; 5917 páginas). Disponíveis para pesquisa, no sítio web do CAD, estão as descrições das actas das reuniões efectuadas entre 4 de Janeiro de 1978 e 27 de Setembro de 1984. Além da data e local da reunião, estas descrições fornecem informação sobre as respectivas ordens de trabalhos, os anexos às actas e os intervenientes em cada sessão.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CGTP-IN

Continuação, entre 2016 e inícios de 2020, da sua descrição. Estão disponíveis para pesquisa e consulta públicas, no sítio web do CAD, 4121 fotos, produzidas entre 1977 e 2012.

Em Janeiro de 2017, foi incorporada uma parte do arquivo fotográfico do departamento de Informação e Propaganda Sindical da CGTP-IN, constituída pelas fotografias produzidas entre 2002 e 2012. Destas, encontram-se descritas e disponíveis para pesquisa e consulta, no sítio web do CAD, as referentes aos 10.º, XI e XII congressos da CGTP-IN, o primeiro realizado a 30 e 31 de Janeiro de 2004, o segundo, a 15 e 16 de Fevereiro de 2008 e o terceiro, a 27 e 28 de Janeiro de 2012.

Continuação, entre 2016 e inícios de 2020, da descrição dos demais negativos integrantes desta colecção. Estão disponíveis para pesquisa e consulta públicas, no sítio web do CAD, 2197 fotografias, produzidas entre 1975 e 1979.

ARQUIVO HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DA CGTP-IN

Em 2018, procedeu-se à numeração das suas unidades de instalação e à revisão do inventário existente.

ARQUIVO INTERMÉDIO DA CGTP-IN

Entre 2016 e 2019, registaram-se as seguintes transferências de documentação dos departamentos da CGTP-IN para fase intermédia:

Em Maio, Julho, Agosto, Outubro e Novembro de 2017, transferiu-se para arquivo intermédio a documentação produzida pelos departamentos de Igualdade entre Mulheres e Homens, de Emprego e Formação Profissional e pelo Gabinete de Estudos.

Em Fevereiro, Março e Abril de 2018, transferiu-se para arquivo intermédio, respectivamente, a documentação produzida pelo Serviço de Expediente e pelos departamentos de Defesa do Consumidor, Formação Sindical e Igualdade entre Mulheres e Homens.

Em Junho e Outubro de 2019, transferiu-se para arquivo intermédio a documentação produzida pela Gestão Administrativa e Financeira, serviços de Expediente e Financeiro.

ATENDIMENTO de utilizadores, internos e externos, com pesquisa orientada e apoio a consultas efectuadas à documentação bibliográfica e de arquivo.

COLECÇÃO DE SLIDES DA CGTP-IN

Início, em 2018, da inventariação da colecção de slides da CGTP-IN, num total de 3535 unidades, com datas que medeiam entre 1978 e 1989, e elaboração de uma proposta de tratamento.

COLECÇÃO ELSA FIGUEIREDO

Inventariação e descrição de parte da Colecção Elsa Figueiredo, entre Abril e Setembro de 2017. Elaborou-se o inventário da colecção e a sua descrição ao nível da série e, em alguns casos, do documento composto. A colecção é constituída, em grande parte, por recortes de imprensa sobre a CGTP-IN e o movimento sindical português e estrangeiro, bem como por outra documentação produzida pelo movimento sindical, antes e depois do 25 de Abril de 1974.

DOAÇÕES DE ACERVOS DOCUMENTAIS À CGTP-IN:

de Frederico Georges Mirão, em Fevereiro de 2016. Trata-se do texto dactilografado dos Estatutos da Comissão de Trabalhadores do Instituto Nacional de Investigação das Pescas, aprovado a 11 de Janeiro de 1980;

do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro, em Junho de 2016. O acervo é constituído por documentação diversa produzida e recebida pelo sindicato entre 1897 e 2001;

do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos (CENA-STE), em Outubro de 2017. É um acervo constituído por documentação arquivística e por diversos objectos de natureza museológica;

de Fernando Ambrioso, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, em Novembro de 2018, uma fita magnética de som, mono, 19 cm/s, com o título manuscrito de Programa do 25 de Abril;

da Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro (FEVICOM), em Dezembro de 2018, um conjunto de acervos documentais produzidos pelo Sindicato Livre dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil, Pedreiras, Serração de Madeira e Carpintaria Mecânica do Alentejo (Évora), pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras e Materiais de Construção do Sul e Sector Corticeiro, pelo Sindicato dos Operários da Indústria de Mármore e Cantarias do Distrito de Lisboa (delegação de Pêro Pinheiro) e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito do Porto;

de Maria da Luz Nogueira, em Junho de 2019, 24 números do boletim Interjovem, publicados entre Dezembro de 1986 e Janeiro-Fevereiro de 1993.

EFEMÉRIDES E SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ESCLARECIMENTO

“Sessão sobre o Centro de Arquivo e Documentação e o Acesso ao Acervo Documental da CGTP-IN”, promovida pelo CAD no âmbito do Dia Internacional dos Arquivos, celebrado anualmente a 9 de Junho. A sessão decorreu a 8 de Junho de 2017, no auditório da EPBJC, e teve como destinatários os dirigentes e funcionários da CGTP-IN, EPBJC e IBJC.

INTERVENÇÕES EM CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, ENCONTROS E INICIATIVAS AFINS

No “Encontro de História Oral: Práticas e Experiências Locais sobre a Memória”, promovido pela Divisão de Museus e História Local da Câmara Municipal de Almada (DMHL) e pelo Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa. O Encontro decorreu entre os dias 11 e 12 de Outubro de 2017, no auditório do Museu da Cidade de Almada, tendo o CAD intervindo com a comunicação intitulada O Arquivo de História Oral da CGTP-IN.

No “1.º Encontro Memória para Todos: História, Património e Comunidade(s)”, organizado pelo Centro República e o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa. O Encontro teve lugar no Teatro Aberto, Lisboa, entre 13 e 15 de Novembro de 2019, tendo o CAD intervindo, a 14, com a comunicação intitulada A CGTP-IN e o Movimento Sindical Unitário: Preservação, Organização e Valorização do seu Património Documental e Museológico.

INSTALAÇÕES

Em 2016, mudança de instalações dos acervos documentais que se encontravam depositados no edifício da antiga delegação de Setúbal da EPBJC para um outro edifício sito no Seixal (Casal do Marco).

A 31 de Maio de 2018, assinatura de um contrato de comodato entre a CGTP-IN e a Câmara Municipal do Seixal, mediante o qual o município cede a esta confederação o imóvel das antigas oficinas da Fábrica da Mundet para instalação futura do Espaço Memória – Centro de Arquivo, Documentação e Audiovisual da CGTP-IN. Preparação de um plano e requisitos funcionais a serem observados no processo de reabilitação dos edifícios números 59 a 68-B do conjunto de edifícios legados pela “Fábrica de Cortiça L. Mundet & Sons” (Fábrica da Mundet).

PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E ACONDICIONAMENTO

Aquisição, entre 2016 e 2019, de instrumentos de medição de temperatura e humidade relativa e de estanteria para uso em depósito de arquivo.

Restauro e digitalização, em Junho de 2019, de uma reprodução do desenho a lápis de Vítor Lopes, datada de 1977, que retrata a manifestação dos bancários de Junho de 1971 em Lisboa. O exemplar tratado é propriedade de Daniel Cabrita.

PROJECTOS

Conclusão, em Agosto de 2016, do projecto “Colecção de Fotografia Armindo Cardoso: Preservação, Descrição, Digitalização”, que contou com o apoio do “Programa ADAI – XVII Convocatória”. Deste trabalho resultou o tratamento de 700 negativos, correspondentes à parte desta colecção que documenta as relações da CGTP-IN com a Central Unitária de Trabalhadores (CUT) do Chile (visitas de delegações sindicais chilenas, conferências de imprensa e outros eventos de solidariedade com o povo chileno), bem como iniciativas sobre igualdade entre mulheres e homens, entre outras, no período compreendido entre 1975 e 1979. Todas as imagens estão disponíveis para pesquisa e consulta no sítio web do CAD.

Início, em Setembro de 2019, do projecto “Património Documental e Museológico da CGTP-IN e Movimento Sindical Unitário: Contributo para a sua Preservação, Organização e Valorização”, a desenvolver no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), com finalização prevista para o final de 2021.

PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

Em Junho de 2019, publicação de um artigo nova série da revista Arquivo Histórico da Madeira, intitulado: O Movimento Sindical na Ilha da Madeira através dos Arquivos da CGTP-IN.

COLABORAÇÃO COM ENTIDADES EXTERNAS

Com o Bloco de Esquerda, na 3.ª edição da mostra de cinema DESOBEDOC, que decorreu no Porto, no antigo Cinema Batalha, entre 29 de Abril e 1 de Maio de 2016, através do empréstimo de cartazes comemorativos do 1.º de Maio.

Com a Câmara Municipal da Moita, através da cedência de imagens do arquivo fotográfico da CGTP-IN para uma exposição e respectivo catálogo sobre a indústria de confecções naquele concelho, em Maio de 2016.

Com o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do III Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, realizado a 4 e 5 de Maio de 2017, através da cedência de uma reprodução do cartaz do Congresso de Todos os Sindicatos (1977). Ainda no quadro desta iniciativa, a CGTP-IN apresentou, por intermédio de Américo Nunes e José Ernesto Cartaxo, o livro Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: 1977 a 1989 (vol. II).

Com a Junta de Freguesia de Arroios, Lisboa, na exposição “10 Anos de 1.º de Maio na Almirante Reis: uma Viagem em Imagens: 1979-1989”, através da cedência de reproduções das fotos que a integraram. A exposição esteve patente ao público entre os dias 20 e 25 de Abril de 2018, no Campo

dos Mártires da Pátria. A iniciativa realizou-se no âmbito dos “Dias da Liberdade”, que comemoram o 25 de Abril naquela junta de freguesia. Os MUPI da exposição foram oferecidos à CGTP-IN, a 25 de Junho de 2018, pela presidente daquela junta, Margarida Martins, recebida, na CGTP-IN, pelo secretário-geral, Arménio Carlos, e pelo membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional responsável pelo departamento de Cultura e Tempos Livres, Fernando Gomes.

Com a Direcção-Geral do Património Cultural e o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Novembro de 2018, no processo de levantamento de materiais a integrar no futuro Museu da Liberdade e Resistência, no forte de Peniche.

RESPOSTA A PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E DE COLABORAÇÃO (ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS) PARA EFEITOS DE TRABALHOS ACADÉMICOS

Em Fevereiro de 2016, resposta ao questionário de uma mestranda do curso de Ciência da Informação da Universidade de Coimbra sobre o Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN.

Em Fevereiro e Março de 2016, resposta a um pedido de informação sobre a ferramenta de descrição de documentos de arquivo ICA-AtoM, por parte do Arquivo da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – Ciência Viva.

Em Outubro de 2018, resposta a um questionário para a dissertação intitulada “Os Desafios da Implementação do ICA-AtoM no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) para Descrição Arquivística e a Disponibilização dos Arquivos Permanentes”, desenvolvida por uma estudante do mestrado em Informática na especialidade de Sistemas de Informação na Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique.

Em Novembro de 2018, resposta a um conjunto de questões para uma dissertação de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FUNDAÇÃO INATEL

Intervenção nos órgãos da Fundação em que a CGTP-IN tem assento, o Conselho Geral e o Conselho Consultivo, pautando a nossa intervenção pela preocupação de dinamizar e preservar um património que consideramos propriedade dos trabalhadores.

7. INFORMAÇÃO, PROPAGANDA SINDICAL; COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

A comunicação sindical continua a ser um instrumento indispensável da organização, da unidade e da luta pela dignificação dos trabalhadores, quer seja dirigida para a faixa de dirigentes, delegados e activistas sindicais, quer seja dirigida a um universo maior, trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados e população em geral.

Durante este mandato a Área da Informação, Propaganda Sindical e Comunicação Social procurou adaptar-se ao novo contexto político, tendo em linha de conta a nova correlação de forças na Assembleia da República, bem como as propostas aprovadas pelo XIII Congresso – Efectivar a mudança de Política; Melhorar as condições de vida e de trabalho; Reforçar a Organização e a Campanha Nacional Contra a Precariedade – Pelo Emprego com Direitos.

Foram identificados desafios e delineados os objectivos capazes de reforçar a mobilização e o envolvimento dos trabalhadores e da população em geral: Mais informação, Mais difusão – Uma Linha de Comunicação Mais Próxima dos trabalhadores.

Difundir com maior nitidez e regularidade a actividade sindical; – Combater os bloqueios e distorções da mensagem; – Criar as nossas principais fontes de comunicação; – Aproximar mais a Central e o movimento sindical unitário dos trabalhadores e da sociedade.

Com o novo contexto político, económico e social foram visíveis os avanços obtidos graças à força dos trabalhadores que, apesar de limitados, permitiram a recuperação de alguns direitos, rendimentos e salários. A nossa comunicação acentuou esforços em esclarecer mais e melhor, sobre as propostas e alternativas que apresentamos (referências muito concretas ao aumento geral dos salários e do SMN e, também, ao combate à precariedade), a desmontar a campanha ideológica e a preparar a resistência e a luta contra propostas que visam regressar às políticas de exploração e o empobrecimento dos trabalhadores e da população.

7.1. Informação e Propaganda Sindical

O trabalho desenvolvido no âmbito da IPS foi reforçado com as melhorias na circulação de informação entre as estruturas sindicais e a Central. O aumento do número de conteúdos recebidos na conta informacao@cgtp.pt evidenciou a preocupação das estruturas sindicais em produzirem mais e melhores conteúdos com o intuito de obterem uma disseminação mais vasta do trabalho efectuado no terreno e, também, o reconhecimento e a valorização do esforço dos trabalhadores, dos dirigentes e delegados sindicais na acção de luta em causa.

Foi dada continuidade à realização de encontros e debates especializados, formação e cooperação, amplificou-se a utilização das tecnologias de informação, prosseguindo a aposta nas potencialidades do sítio institucional da CGTP-IN, bem como do espaço Acção e Luta, espaço que reflecte e divulga a vida e as lutas dos trabalhadores.

Intensificou-se o desenvolvimento de informação e conteúdos audiovisuais que permitiram a introdução de novas técnicas e linguagens gráficas, conseguindo-se um formato de vídeo mais próximo da realidade comunicacional dos tempos correntes.

Passou-se a usar as redes sociais para divulgar a informação e propaganda e dar combate às posições patronais e governamentais.

A IPS produziu a informação e propaganda própria da CGTP-IN, que foi muita, e fê-la chegar à estrutura e apoiou as organizações específicas (Interjovem; Inter-Reformados e CIMH) na produção e divulgação da sua própria informação.

Promoveu, também, em suporte físico e digital, acções de rua diversas, encontros temáticos, plenários nacionais, debates, comemorações, petições e tribunas públicas,

Foram concebidos, executados, reproduzidos e distribuídos: tarjetas, cartazes, folhetos, trípticos, brochuras, cadernos, livros e autocolantes.

Monitorizou-se a produção/composição gráfica de diversos manuais, guias e outros materiais de propaganda desenvolvidos no âmbito dos projectos do POISE.

Criou-se a publicação digital intitulada “Instante Sindical” – uma publicação com periodicidade mensal, enviada por e-mail para os membros do CN e o MSU – cujo conteúdo agrega os artigos e vídeos colocados no site www.cgtp.pt e no espaço www.cgtp.pt/accao-e-luta

O sítio institucional manteve a tendência verificada nos últimos anos para o aumento de visitas – tendo registado 2.300.000 visitantes.

O espaço “Acção e Luta” foi alimentado com cerca de 3000 novos artigos durante este mandato, continuando a verificar-se o aumento do número de consultas. O espaço “Acção e Luta” consolidou a sua notoriedade junto dos órgãos de comunicação social continuando, também, a ser um espaço privilegiado de consulta de jornalistas e agências noticiosas.

Seguiu-se com a gestão, no site da cgtp.pt, dos três espaços/sites temáticos “Sítio dos Direitos”, “Segurança e Saúde no Trabalho” e “Igualdade” (no âmbito do (POPH) cuja inserção de conteúdos foi positivamente assegurada por nós. Estes espaços mantêm-se continuamente entre os mais consultados do site da CGTP-IN.

Desenvolvemos o espaço “Não à precariedade – Emprego com Direitos” em <http://cgtp.pt/contra-a-precariedade> um sítio onde tratamos a campanha nacional de combate à precariedade.

Criou-se um espaço no nosso site “Quero Sindicalizar-me” uma ficha de pré-sindicalização que passou a figurar no topo das pesquisas dos motores de buscas para quem pesquisa por esta temática.

Mantivemos a aposta na utilização da rede social Facebook – onde partilhámos os nossos conteúdos e alcançámos os 23.616 seguidores. Iniciámos a transmissão via *live streaming* das grandes iniciativas de rua.

E, mantivemos activo o automatismo de partilha de conteúdos na nossa conta no Twitter que tem 1.184 seguidores e, iniciamos a migração dos nossos álbuns de imagens da Google para o Flickr.

No nosso canal Youtube foram publicados 628 vídeos (conferências de imprensa; reacções e posições da CGTP-IN; lutas sectoriais, recortes de clipping, tempos de antena, propaganda e outros, designadamente a produção de vídeos específicos para a Abertura da 8ª Conferência Nacional da Interjovem; Jantar comemorativo dos 40 anos do Congresso de Todos os Sindicatos e Abertura das Comemorações do 47º aniversário da CGTP-IN/Encontro de ORT’S no Fórum Lisboa. Vídeos publicados 2016 – 109 vídeos; 2017 – 176 vídeos; 2018 – 207 vídeos; 2019 – 136 vídeos.

Produziu-se um vídeo documentário de 45 minutos intitulado “Marcamos o Tempo com a Luta de quem Trabalha” no âmbito das comemorações dos 50 anos da CGTP-IN.

Produziu-se no enquadramento das tarefas a desenvolver para a Campanha Nacional de Combate à Precariedade um vídeo de 17 minutos, intitulado “*O que é a Precariedade Laboral?*” e outros pequenos vídeos sobre o mesmo tema.

Produziram-se 20 Tempos de Antena de Televisão e de Rádio, (nota: em 2013, o Departamento de Programas Institucionais da RTP, já com nova direcção, anulou, com base na ausência de enquadramento jurídico, a cedência dos habituais 10 minutos para as comemorações do 1º de Maio - que foi resultado de uma solicitação conjunta da CGTP-IN com a UGT para tal efeito, realizada, à data, há mais de 25 anos)

No âmbito do apoio às Manifestações e outras iniciativas de luta, destacamos, nomeadamente, o contributo militante dos dirigentes e trabalhadores da USL na produção de trabalhos de sonorização para a mobilização dos trabalhadores e da população, a nível nacional.

7.2. Comunicação Social

O relacionamento com os órgãos de comunicação social e a construção de uma imagem favorável para a opinião pública constitui um elemento essencial e indispensável na organização e acção sindical.

Tem um papel decisivo no combate à ideologia em curso, que procura adormecer consciências e condicionar o pensamento livre, bem como travar o protesto e a luta consequente e organizada dos trabalhadores e de outras camadas da população.

O Departamento de Comunicação Social em interacção com os demais departamentos procedeu à redacção e emissão de comunicados e notas, respectivamente 316 e 610 exprimindo as posições de diferentes matérias e áreas de trabalho. Informou e apresentou propostas acerca das grandes questões sindicais aos responsáveis dos órgãos de comunicação social, em tempo adequado e oportuno, através de conferências de imprensa e de outros encontros específicos com os órgãos de comunicação social.

Promoveu reuniões com directores de vários órgãos de comunicação social realçando as propostas da central que visavam o desenvolvimento económico e social dos trabalhadores e do país.

Forneceu aos jornalistas estudos e pareceres da CGTP-IN sobre questões de relevância social e económica.

Consolidou a relação com o grupo de trabalho composto por dirigentes e técnicos das estruturas sindicais que acompanham a área da comunicação social - para reflectir sobre as insuficiências da comunicação sindical e o tratamento dado pelos media à acção e lutas sindicais, e, identificar soluções para as corrigir.

Assegurou a representação da CGTP-IN no Conselho de Opinião da RTP, SA. e nos demais fóruns, em defesa de um serviço público de rádio e televisão assegurado por uma empresa pública que garanta informação rigorosa, isenta, plural e objectiva; um serviço público que contribua para o aprofundamento e consolidação da democracia nas suas múltiplas vertentes.

Apoiou e interveio em lutas desenvolvidas pelos trabalhadores dos Órgãos de Comunicação Social.

Gravou, editou e alojou na plataforma digital youtube, as conferências de imprensa da CGTP-IN permitindo, aos órgãos de comunicação social, trabalhadores e população em geral, o acesso à informação em bruto.

Seleccionou para partilha, via correio electrónico, pela estrutura sindical e membros do Conselho Nacional, a actualidade noticiosa de TV, Rádio e Imprensa através do serviço de clipping.

Realizaram-se, no âmbito da preparação do XIV Congresso da CGTP-IN, em Lisboa e no Porto, em Dezembro de 2018 e Janeiro de 2019, duas acções formativas sobre boas práticas para difundir com maior eficácia a actividade sindical, como oradores Luís Lobo da IPS da FENPROF e Alexandre Pires IPS da CGTP-IN.

Efectuou-se a reedição do guião de boas práticas para difundir com maior eficácia a actividade sindical, projecto desenvolvido no âmbito do POISE.

Concretizou-se o plano de formação “Formar para Intervir”, no âmbito do POISE, que visou o reforço de competências dos membros da CECO e CN, no campo da comunicação e interacção com os média. Formação que foi preparada com a colaboração do CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas.

Realizou-se, em Novembro de 2018, o Encontro Sindical sobre “O Poder da Comunicação – A valorização dos Trabalhadores”, no qual participaram os Professores e Jornalistas Fernando Correia, Ana Pinto Martinho, Fátima Lopes Cardoso, Alfredo Maia e os provedores da RTP Jorge Wemans e João Paulo Guerra, onde se analisou a evolução dos órgãos de comunicação social, as novas práticas, tendências e comportamentos, bem como, as ferramentas e as técnicas que poderão fortalecer as relações entre as estruturas sindicais e a Comunicação Social.

7.3. Relações Públicas

Uma das imagens da Central passa pelo processo de atendimento público, independentemente da forma em que o mesmo se realiza. Telefone, correio, correio electrónico ou presencial.

Durante o mandato foi garantido o atendimento qualificado das pessoas e organizações na sua relação com a Central, num quadro de coordenação com os restantes departamentos e sindicatos, com o objectivo que o atendimento satisfaça quem nos procura e de modo a preservar a boa imagem da CGTP-IN; iniciou-se, ainda, a recepção a entidades representantes de organizações externas, com o intuito de as encaminhar para o evento agendado.

8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, SOLIDARIEDADE, PAZ, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E MIGRAÇÕES

8.1. Actividade Internacional

A actividade internacional desenvolvida no último quadriénio deu concretização às orientações e prioridades traçadas pelo 13º Congresso da CGTP-IN, tendo sido assegurada a intervenção da Central, o que possibilitou o aprofundamento das relações sindicais, o conhecimento mútuo e a solidariedade dos trabalhadores portugueses com as acções e lutas de milhões de trabalhadores de todo o mundo. Respondemos à grande maioria dos convites recebidos, promovemos iniciativas e realizámos um grande número de contactos, traduzidos numa acção consolidada da Área.

Nestes quatro anos, incrementou-se também a actividade de solidariedade e luta pela paz, para dar combate às crescentes agressões e ingerências contra os trabalhadores e os povos, e à sua soberania e independência nacionais, bem como às ameaças resultantes da escalada na militarização das relações internacionais e da utilização da guerra, com todos os perigos que daí decorrem.

8.2. Confederação Europeia dos Sindicatos (CES)

Manteve-se a participação da CGTP-IN, num período em que se continuaram a colocar enormes desafios ao movimento sindical europeu, em resultado do agravamento da crise capitalista e das suas consequências para os trabalhadores e os povos. Num contexto em que se acenturam as imposições da UE - com destaque para a União Económica e Monetária, o Euro, o Tratado Orçamental, a Governação Europeia, o Semestre Europeu, a União Bancária, pelo seu papel central na ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e dos povos e contra a soberania dos povos e países - a CGTP-IN procurou, no âmbito da CES e do movimento sindical europeu, dar um contributo específico, com base nos seus princípios e no seu projecto sindical, para o desenvolvimento de uma perspectiva firme e coerente de intervenção e luta contra as políticas de exploração e empobrecimento e por uma política soberana e de esquerda para Portugal e por uma “Europa dos Trabalhadores e dos Povos”.

Em termos orgânicos, a Central manteve a sua participação e intervenção nos órgãos estatutários da CES – Congresso, Conferências, Comité de Direcção e Comité Executivo – tal como nos vários Comités e Grupos de Trabalho permanentes e temáticos. A Central participou ainda em reuniões informais do chamado “Grupo Latino” dos membros da CES. Participou em diversas acções de formação e outras iniciativas do Instituto da CES – o Instituto Sindical Europeu (ETUI).

Participámos no 14º Congresso da CES, realizado em Viena, em Maio de 2019 e nas reuniões do seu Comité Preparatório. Antes do Congresso, a Central contribuiu com uma análise própria dos 2 principais documentos do Congresso: o “Plano de Acção e “ O Futuro da CES”, expressando posicionamentos de fundo e de princípio, críticos e alternativos, sobre os desafios do movimento sindical europeu, face ao rumo neoliberal e federalista da UE.

Participámos, ainda, na Conferência de Meio Mandato, na Conferência Aliança para o Crescimento dos Salários e na Conferência da CES por ocasião da Cimeira da UE em Gotemburgo e na Conferência da CES sobre o Futuro do Trabalho.

Participámos ainda em inúmeras reuniões temáticas, nomeadamente, sobre: economia, crescimento e emprego; negociação colectiva e salários; desenvolvimento sustentável; energia e mudança climática; empregos verdes; higiene, segurança e saúde no trabalho; protecção social; política de reestruturações e deslocalizações; formação ao longo da vida; formação sindical; legislação e política social; normalização; migrações, inclusão e luta anti-racista; participação dos trabalhadores; comércio e globalização; coesão económica e social; fundos estruturais; diálogo social a nível europeu; assédio e violência no trabalho; directivas europeias; serviços públicos; trabalho digno; litigação; NETLEX – rede de juristas; destacamento de trabalhadores; igualdade de género; imprensa e comunicação; responsabilidade social das empresas; pobreza e desigualdade; digitalização; deficiência. Manteve a sua participação em estruturas específicas, designadamente, na CES/Jovem, no Comité de Mulheres, na FERPA (reformados) e no EUROCADRES (organização de quadros) e, ainda, no Grupo de Trabalho Euro-mediterrânico

Manteve-se a actividade nos Comitês Sindicais Inter-Regionais, de âmbito transfronteiriço, garantida essencialmente pelas Uniões, e nos Conselhos Europeus de Empresa, através de Federações ou Sindicatos Nacionais.

Reforçaram-se ou retomaram-se relações bilaterais de cooperação com centrais sindicais filiadas na CES, a partir da presença da CGTP-IN nos respectivos Congressos ou outras iniciativas e em contactos bilaterais e multilaterais por ocasião de reuniões estatutárias ou temáticas da CES. Realizou-se um Encontro Sindical Ibérico, em Vigo, em Fevereiro de 2017.

Participámos no estrangeiro em eventos ou recebemos em Portugal organizações sindicais filiadas na CES de: França, Polónia, Bélgica, Itália, Alemanha, Áustria, Suíça, Grécia, Bielorrússia, Luxemburgo, República Checa, Finlândia, Turquia, País Basco, Reino Unido e Sérvia.

8.3. Movimento Sindical Europeu

Mantiveram-se as relações com Centrais Sindicais não filiadas na CES, com destaque para a PEO de Chipre, a CIG e a CUT da Galiza, a LAB do País Basco, a Confederação Intersindical de Espanha, a FTUB da Bielorrússia. Realizaram-se contactos com a PAME da Grécia ou a USB de Itália.

8.4. Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP)

Durante o quadriénio, realizaram-se em Lisboa, em Novembro de 2016, o 8º Congresso, o 2º Encontro de Mulheres e uma Conferência de Migrantes da CSPLP. Realizaram-se também, ao longo dos quatro anos, várias reuniões da Comissão Executiva e da Direcção Executiva desta Comunidade Sindical, designadamente antecedendo o Congresso da CSPLP e durante as conferências anuais da OIT em Genebra. Participámos nos Congressos das seguintes Centrais da CSPLP: CUT, CTB e UGT do Brasil, ONTSTP e UGT de São Tomé e Príncipe e UNTC-CS de Cabo Verde. Mantivemos o protocolo de cooperação técnica com a ONTSTP de São Tomé e Príncipe, em parceria com o INOVINTER.

Participámos, em Lisboa, na comemoração do 20º Aniversário da fundação da CPLP.

8.5. África

A CGTP-IN manteve contactos com várias organizações sindicais de África e participou, em 2017 e em 2019, no Mali e no Quênia, em dois Congressos da Organização de Unidade Sindical Africana (OUSA), tendo recebido em Lisboa uma delegação da OUSA, em 2016. Participámos no Congresso da COSATU da África do Sul, em 2018, tendo antes recebido em Portugal, em 2017, uma delegação desta Central.

Em cooperação com o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, a CGTP-IN organizou, nessa cidade, uma Conferência sobre Sindicalismo Africano, que contou com a participação de mais de 40 sindicalistas daquele continente.

8.6. Espaço Euromediterrânico

O Norte de África e o Médio Oriente têm sido palco de preocupantes conflitos, mas também de alterações políticas que colocaram novos desafios neste espaço sindical. A CGTP-IN deu, assim, atenção acrescida à cooperação e solidariedade com os trabalhadores e povos desta região, tendo participado em várias reuniões sindicais Euro – Mediterrânicas, promovidas pelo Grupo de Trabalho da CES e pela Rede Sindical de Migrações Mediterrânicas e Subsaarianas. Participámos em várias iniciativas da UpM (União para o Mediterrâneo).

Neste quadro, mantivemos contactos, participações em Congressos, efectuando visitas ou recebendo delegações de: Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (CISA) e com os movimentos sindicais da Palestina, Líbano, Iraque, Egipto, Tunísia, Jordânia, Argélia, Marrocos, e com a central sindical

Saharai, UGTSARIO. Destaca-se uma visita da Central à Síria e participação numa Conferência de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo Sírios.

8.7. Espaço Latino-Americano

A CGTP-IN esteve presente em diversos Congressos e actividades das Centrais Sindicais do Brasil, designadamente da CUT, da CTB e da UGT.

Participámos também em Congressos Sindicais da CTA Autónoma e da CTA dos Trabalhadores, da Argentina, do PIT/CNT do Uruguai.

Participámos, anualmente, nos Primeiros de Maio da CTC de Cuba. Em 2019, estivemos presentes no Encontro de Solidariedade pela Democracia e contra o Neoliberalismo, em Havana, Cuba e no Encontro Nacional de Solidariedade com o Povo Venezuelano, que se realizou em Caracas.

8.8. Outros Espaços Sindicais

Recebemos em 2017 e 2018, delegações da Federação Geral dos Sindicatos da China (ACFTU). A CGTP-IN recebeu uma delegação de mulheres da ZENROREN do Japão e manteve contactos com a CSN do Quebec (Canadá).

8.9. Movimento Sindical Mundial

A CGTP-IN procurou incrementar a unidade na acção com o movimento sindical internacional com e sem filiação internacional. Associou-se, assim, aos Dias Internacionais de Luta promovidos pela FSM (3 de Outubro) e às Jornadas Mundiais da CSI (7 de Outubro) tendo participado em várias iniciativas regionais, sectoriais ou temáticas, promovidas por ambas as centrais mundiais.

A Central participou, em 2016, no 17º Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM), realizado em Durban, na África do Sul e no 4.º Congresso da Confederação Sindical Internacional (CSI), em Copenhaga, Dinamarca.

Uma delegação de 12 elementos da Interjovem participou no Festival Mundial da Juventude e Estudantes que, em Outubro de 2017, se realizou na cidade russa de Sochi.

8.10. Solidariedade Internacional e Paz

A luta pela Paz ganhou uma importância acrescida nos últimos 4 anos, perante o agravamento do belicismo, das tensões, ingerências, bloqueios, ocupações e conflitos e da violação da soberania de muitos países, sobretudo no Médio Oriente e no Norte de África, mas também com o reforço da NATO e crescente militarização da UE.

A CGTP-IN organizou, em Portugal, conjuntamente com outras organizações portuguesas de paz, solidariedade e cooperação, particularmente com o CPPC, o MPPM, a Associação de Amizade Portugal-Cuba, e diversas outras organizações, importantes iniciativas de solidariedade e de luta pela paz.

Com a Palestina, desenvolvendo acções próprias em Portugal, desde logo contra a agressão Israelita ao povo Palestino e a conviência dos EUA, dinamizando, entre outras acções, concentrações junto à Embaixada de Israel. Participou ainda na “Iniciativa Sindical Europeia pela Justiça na Palestina” em Barcelona.

Num período particularmente conturbado de ingerência e guerra no Médio Oriente, desenvolveram-se em Portugal várias acções em defesa da Paz na Síria, nomeadamente uma sessão pública “Pela Paz na Síria e no Médio-Oriente” na qual participou o secretário-geral da Confederação Internacional de

Sindicatos Árabes e de uma visita à Síria, a convite da Federação Geral dos Sindicatos Sírios e participação numa Conferência de Solidariedade, também na Síria.

Tomou várias posições sobre o Sahara Ocidental e a defesa do seu direito à auto-determinação, participando numa sessão pública do Parlamento Europeu sobre o Sahara Ocidental. Participou ainda em 4 Conferências Europeias de Solidariedade com o Povo Saharai (EUCOCO), e visitou os Acampamentos de Refugiados Saharais na Argélia.

Em torno da ofensiva imperialista na América Latina e as tentativas de travar os avanços progressistas nestes países, a CGTP-IN, além de inúmeras tomadas de posição, desenvolveu acções de denúncia e protesto em defesa da democracia no Brasil, acções e tomadas de posição em solidariedade com os povos e os trabalhadores do Equador, do Chile, da Colômbia, da Argentina e da Venezuela Bolivariana e contra a ingerência e agressão do imperialismo Norte-Americano. A Central participou, em Agosto de 2019, no Encontro Nacional de Solidariedade com o Povo Venezuelano, que se realizou em Caracas.

Em defesa da Paz e contra a permanência do Estado Português na NATO, a CGTP-IN promoveu, em conjunto com o CPPC e outras organizações, acções de denúncia das Cimeiras da NATO, com acções em diversas cidades portuguesas. A CGTP-IN realizou ainda em Loures, em 2018 e em conjunto com diversas organizações, um Encontro pela Paz, com mais de 700 participantes.

A CGTP-IN participou, muito activamente, em diversas iniciativas na Europa e no Mediterrâneo, sobre a tragédia humanitária que atinge milhões de refugiados e imigrantes, que fogem da pobreza, da guerra e da morte, causadas pelos violentos conflitos que assolam a região, resultantes das ingerências e agressões contra a soberania de muitos países, particularmente no Médio Oriente e Norte de África.

8.11. Globalização e Movimentos Sociais

A CGTP-IN interveio em diversas iniciativas sobre temáticas relacionadas com o processo de globalização. Destaca-se nesta área a participação da CGTP-IN na luta pela não ratificação do CETA. Participámos em iniciativas e eventos, em Portugal e na Europa, de denúncia do TTIP – Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento e do TISA – Tratado Internacional sobre Comércio e Serviços.

A Central participou em 2018 no Fórum Social Mundial, na Baía, Brasil.

8.12. Actividades Comunitárias

No plano institucional, a Central participou nas auscultações a cada parceiro social, prévias à realização da generalidade dos Conselhos Europeus, promovidas pelo governo e em encontros e reuniões diversas com delegações de instituições da UE que visitaram Portugal.

A Central mantém dois representantes no Comité Económico e Social Europeu (CESE), que participam nas reuniões do Grupo de Trabalhadores e no Plenário, participando também em Grupos de Estudo e Secções Temáticas onde se adoptam pareceres, por iniciativa própria do CESE ou a pedido da Comissão ou do Parlamento Europeu.

A Central participou, nos últimos quatro anos, em diversas reuniões regulares de Agências Especializadas da UE: Agência de Bilbao (Saúde e Segurança no Trabalho), Fundação de Dublin (Emprego e Condições de Trabalho) e CEDEFOP (Formação Profissional), bem como em Comités Consultivos e Paritários da UE: Comité do Diálogo Social, Fundo Social Europeu, Formação Profissional, Segurança e Saúde no Trabalho, Mercado de Trabalho, Livre Circulação de Trabalhadores, Segurança Social e Educação e Formação. A CGTP-IN participou ainda em várias reuniões da UE: do Comité Político do Diálogo Social e do Comité do Mercado de Trabalho do Diálogo Social

8.13. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A CGTP-IN participou nas 4 sessões anuais da Conferência Internacional do Trabalho, de 2016 a 2019, assegurando (ora com delegado efectivo, ora com suplente) a representação dos trabalhadores portugueses.

Para além das participações nas sessões plenárias e comissões específicas das Conferências anuais, a CGTP-IN interveio activamente na discussão das grandes temáticas dos últimos anos que, face à crise do sistema, se centraram no Pacto Mundial para o Emprego, aprovado na OIT, e na defesa e promoção do trabalho digno e, na Conferência de 2019, na Comemoração do Centenário da Organização, com a aprovação na Conferência da “ Declaração do Centenário Para o Futuro do Trabalho” e na aprovação de uma Convenção sobre a violência nos locais de trabalho.

No âmbito do Centenário, a CGTP-IN organizou, em Lisboa, em Novembro de 2017, uma Grande Conferência Sindical Internacional sobre “ O Futuro do Trabalho”, com a participação de cerca de 30 organizações sindicais dos vários continentes.

A CGTP-IN participou em eleições do Conselho de Administração. Os delegados e Conselheiros da CGTP-IN participaram em actividades promovidas, durante a Conferência da OIT, por diversas organizações sindicais.

A Central participou em várias iniciativas temáticas e sectoriais que tiveram lugar no Centro de Formação da OIT, em Turim e, em Portugal, em iniciativas do Escritório de Lisboa da OIT.

A CGTP-IN elaborou, com regularidade, pareceres e respostas a inquéritos e solicitações da OIT e do Governo Português, em preparação das Conferências e para reuniões técnicas ou temáticas.

8.14. Migrações

Mantiveram-se as orientações anti-sociais da e na UE, designadamente com políticas de asilo e imigração traduzidas em directivas e outros instrumentos que violam direitos fundamentais e reforçam por um lado, uma política repressiva responsável por um grande número de refugiados e imigrantes mortos no Mar Mediterrâneo e, por outro, sérios obstáculos à livre circulação e à igualdade de direitos dos trabalhadores da e na UE. A Central interveio com diversas posições e propostas sobre estas matérias, prosseguindo, em Portugal e na Europa, o combate a estas políticas.

A nível europeu, prosseguiram as participações da CGTP-IN em organismos de migrações da UE (Comité Consultivo de Livre Circulação e Comité de Coordenação dos Sistemas de Segurança Social dos Migrantes). Prosseguiram as participações da CGTP-IN na comissão específica da CES (Migrações e Luta Anti-Racista).

Sobre a emigração, a CGTP-IN e a OGB-L do Luxemburgo promoveram conjuntamente o Encontro das Comunidades de Língua Portuguesa na Europa, que teve a participação de sindicalistas, conselheiros das comunidades, dirigentes associativos e representantes de partidos políticos portugueses.

Desenvolveu-se um projecto (TIDE POWER) em parceria com várias centrais sindicais europeias, sobre o destacamento de trabalhadores na União Europeia.

Num quadro das consequências da crise, manteve-se muito alto o número de Portugueses que emigrou, designadamente para o Reino Unido, motivo directo para o desenvolvimento e conclusão, em 2017, do Projecto de Migrações INTERPART, com os sindicatos Britânicos (TUC) e Polacos (OPZZ).

Ainda no Reino Unido, a CGTP-IN participou em 2 Conferências Mês Amigo, em Londres, promovidas pelo TUC, a central sindical britânica e por representantes das comunidades ibero-americanas emigradas naquele país.

A CGTP-IN participou em diversas iniciativas promovidas pelo Sindicato suíço UNIA, dirigidas aos trabalhadores portugueses emigrados neste país

Em relação à imigração no nosso país e para além de iniciativas sindicais de mobilização, sindicalização e organização dos trabalhadores imigrantes, a Central realizou ou participou em reuniões com dirigentes, delegados e activistas sindicais ligados à imigração e em diversas acções contra o racismo e xenofobia, muitas vezes em articulação com outros movimentos, ONG's, igrejas e associações de imigrantes.

A CGTP-IN desenvolveu um Projecto de Formação e Sensibilização para os imigrantes em Portugal e para os quadros sindicais que intervêm nesta área.

A Central manteve a sua intervenção nos organismos oficiais que integra: CICDR (Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial) e CM (Conselho para as Migrações) e participou em eventos promovidos por comunidades imigradas e por diversas entidades nacionais.

Participou no Encontro Nacional dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (das Câmaras Municipais), em Pedrógão Grande.

Participou na Conferência do 20º aniversário do INOVINTER dedicada às comunidades migrantes em Portugal.

9. ORGÃOS ESTATUÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO

9.1. Plenário de Sindicatos

O Plenário de Sindicatos reuniu regularmente, quer em sessões ordinárias para aprovação dos orçamentos e planos gerais de actividade, quer em sessões extraordinárias, perfazendo um total de 8 sessões.

Nas reuniões realizadas, registou-se, em média, a presença de 66 associações sindicais, contando-se, entre estas, os sindicatos não filiados que, nos termos estatutários, apenas não participam nas deliberações sobre as contas e relatórios, bem como os orçamentos e planos gerais de actividade e, ainda, as federações, uniões e as organizações específicas (Interjovem, Inter-Reformados e Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens).

As reuniões do Plenário de Sindicatos tiveram, em média, a presença de 525 delegados.

O Plenário de Sindicatos aprovou o seu Regulamento de Funcionamento, na sessão de 16-06-2016 e elegeu o Conselho Fiscalizador, na sessão de 12.01.2017.

No âmbito do cumprimento das suas obrigações estatutárias, o Plenário de Sindicatos analisou com regularidade a situação político-sindical e aprovou um importante conjunto de resoluções e moções com vista a definir, em cada momento, quer as grandes orientações político-sindicais, quer os objectivos reivindicativos da CGTP-IN. O Plenário de Sindicatos teve ainda um papel importante na definição e concretização da acção da Central ao longo do mandato.

O Plenário de Sindicatos continuou a desempenhar um importante papel para o conhecimento da realidade sócio-laboral do país, constituiu-se como um espaço privilegiado de debate sindical e um elemento aglutinador da análise e das respostas a dar aos problemas específicos dos trabalhadores, contribuindo, dessa forma, para o reforço da capacidade de acção e coesão de todo o movimento sindical. De destacar, ainda, a promoção de várias iniciativas para debate de questões temáticas com interesse para a acção sindical, algumas das quais contaram com a participação de especialistas de reconhecida competência nas matérias tratadas.

O Plenário de Sindicatos cumpriu com eficácia o seu papel de órgão máximo entre congressos.

9.2. Conselho Fiscalizador

O Conselho Fiscalizador, eleito pelo Plenário de Sindicatos, na reunião de 12-01-2017, ficou constituído pelas seguintes associações sindicais: Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local – STAL; Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos – SITAVA; Sindicato dos Enfermeiros Portugueses – SEP; Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário;; Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte - STFPSN; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte – SITE Norte; Sindicato dos Professores da Grande Lisboa - SPGL.

O Conselho Fiscalizador exerceu com regularidade e eficácia as suas competências estatutárias.

9.3. Conselho Nacional

O Conselho Nacional, eleito pelo 13º Congresso, tomou posse em 07.03.2016 e na sua primeira reunião, realizada nesse mesmo dia, aprovou por maioria o seu Regulamento de Funcionamento e elegeu a sua Comissão Executiva, o Secretariado e o Secretário-Geral.

Ao longo do exercício, o Conselho Nacional reuniu regularmente, perfazendo um total de 23 reuniões, registando-se uma participação média de 89 conselheiros.

Durante este mandato deixaram de fazer parte do Conselho Nacional, os conselheiros José Henrique Oliveira Vasques (18.11.16), Paulo Jorge Estêvão Marques (20.05.17), Ana Paula Canotilho Seixas (26.10.19) por falecimento e Aníbal Eduardo Silvério Pinto Martins que pediu demissão (24.07.19).

Dando cumprimento aos princípios programáticos da central, o Conselho Nacional desempenhou com empenho as suas competências estatutárias, assegurando uma eficaz e participada acção de direcção e coordenação da actividade sindical, de acordo com as orientações definidas pelos órgãos competentes. Reuniu, em média, 6 vezes ao ano, para analisar a situação político-sindical e definir as acções a desenvolver. Deliberou sobre as posições a assumir pela CGTP-IN, face às principais questões sindicais e aprovou as linhas de orientação a apresentar ao Plenário de Sindicatos.

Regista-se, assim, um balanço extremamente positivo, em termos gerais, do exercício do mandato.

9.4. Secretariado do Conselho Nacional

O Secretariado do Conselho Nacional, eleito em 07.03.2016, ficou constituído pelo Secretário-Geral Arménio Carlos, pelos membros da Comissão Executiva Deolinda Carvalho Machado, Fernando José Machado Gomes, João Fernando Freitas Torres, José Augusto Oliveira e Maria Graciete Martins da Cruz.

O Secretariado aprovou as normas do seu funcionamento em 10.03.2016 e aprovou os objectivos e a distribuição das Responsabilidades e Tarefas Específicas pelos membros do Secretariado.

O Secretariado respondeu às diversas tarefas que lhe estão atribuídas e revelou-se um importante instrumento de execução da gestão corrente da CGTP-IN e da situação financeira da Central.

Com regularidade, o Secretariado deu andamento às diversas solicitações provenientes de organismos públicos e privados, no sentido de assegurar a representação e participação da CGTP-IN em diversos eventos de natureza diversa.

O Secretariado reuniu, em regra, semanalmente e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigiram, cumprindo cabalmente as funções cometidas pelo Conselho Nacional.

9.5. Comissão Executiva do Conselho Nacional

A Comissão Executiva do Conselho Nacional, eleita em 07.03.2016, ficou constituída pelos seguintes dirigentes: Adelino Silva Nunes Pereira; Américo Monteiro Oliveira; Ana Isabel Lopes Pires; Ana Joaquina Gomes Avoila; Arménio Horácio Alves Carlos; Augusto Coelho Praça; Carlos João Teodoro Tomás; Carlos Manuel Alves Trindade; Deolinda Carvalho Machado; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Fernando José Machado Gomes; Isabel Cristina Lopes Tavares; Isabel Maria Robert Lopes Perdigão Camarinha; João Fernando Freitas Torres; Joaquim Daniel Pereira Rodrigues; Joaquim Manuel Silva Brito Mesquita; José Augusto Tavares Oliveira; José Carlos Correia Martins; José Joaquim de Miranda Correia; José Manuel Rodrigues Oliveira; Libério Violante Domingues; Luís Manuel Barreto Leitão; Maria de Fátima Marques Messias; Maria Graciete Martins da Cruz; Maria Luísa Marques Pinto Baptista; Mário Oliveira Nogueira; Rogério Paulo Amoroso da Silva; Tiago Daniel Costa Oliveira; Vivalda Rodrigues Henriques Silva.

A Comissão Executiva propôs ao Conselho Nacional a eleição de Arménio Carlos para o cargo de Secretário-Geral.

Na sua reunião de 14.03.2016, a Comissão Executiva aprovou, em definitivo, o seu Regulamento de Funcionamento, definindo as funções de cada um dos seus membros, as áreas e departamentos de acção sindical e a estrutura de acompanhamento da actividade ao nível das regiões e sectores.

Ao longo do seu mandato, a Comissão Executiva reuniu com regularidade quinzenal, em sessões ordinárias, e extraordinariamente, perfazendo um total de 98 reuniões.

A Comissão Executiva garantiu o cumprimento e execução das tarefas que lhe estavam ou foram cometidas, em cada momento, pelo Conselho Nacional e pelo Plenário de Sindicatos, assegurou a direcção político-sindical permanente da Confederação, a direcção das áreas e frentes de trabalho constituídas e a coordenação da acção sindical nas diversas regiões e sectores.

A CECO deu sequência às grandes orientações aprovadas no XIII Congresso e delineou a estratégia sindical a apresentar ao Plenário de Sindicatos e ao Conselho Nacional e que foi relevante para a resposta que foi dada aos problemas dos trabalhadores.

No quadro das suas funções, assegurou a representação da CGTP-IN nos múltiplos contactos institucionais e outros decorrentes da actividade sindical. Do mesmo modo, garantiu a intervenção da Central no Conselho Económico e Social e na Comissão Permanente de Concertação Social, actividade que exigiu uma participação constante, qualificada e determinada na defesa das posições sindicais, face ao significado das questões em debate e ao contexto político vivido. Assegurou, igualmente, a intervenção da CGTP-IN nos diversos órgãos e organismos de participação sindical, quer nacionais, quer comunitários, directamente ou por via dos representantes para eles designados, acompanhando a sua actividade.

Por intermédio dos seus membros e, por vezes também, de membros do Conselho Nacional, participou em inúmeras iniciativas (conferências, seminários, colóquios, debates), promovidas, quer por entidades oficiais, quer privadas, para que a Confederação foi convidada, bem como uma ampla intervenção e presença na actividade e realizações sindicais no plano internacional, dando concretização à postura de solidariedade internacionalista que a Central assume.

A Comissão Executiva teve uma actividade intensa e procurou eficácia no tratamento e resolução dos problemas inerentes às suas funções, na articulação do debate ao nível das áreas de acção sindical e no próprio seio destas, no acompanhamento e controle de execução das decisões tomadas, no acompanhamento dos sectores e regiões não representados na CECO, bem como no acompanhamento dos representantes sindicais, nos órgãos e organismos de participação sindical.

O exercício da direcção político-sindical e de coordenação da actividade da estrutura sindical, atribuído estatutariamente à Comissão Executiva, revelou-se eficaz.

9.5.1. Secretário-Geral

O Secretário-Geral, eleito pelo Conselho Nacional em 07.03.2016, exerceu as competências regulamentares que lhe foram atribuídas, assegurando a coordenação e articulação da actividade dos órgãos da Central, promovendo a representação da CGTP-IN, no plano nacional, a nível europeu e internacional garantindo a execução das orientações e decisões tomadas e o andamento dos assuntos ca-recidos de resolução imediata.

No quadro das suas funções e em representação da Direcção da Central, integrou inúmeras acções de protesto e luta dos trabalhadores, ao nível de empresas, sectores de actividade e a nível nacional, promovidas pelas respectivas organizações sindicais.

A sua participação em múltiplas e variadas iniciativas promovidas por entidades oficiais, organizações cívicas, sociais e profissionais e movimentos sociais, bem como os convites da comunicação social para intervir em debates comprovam o prestígio da CGTP-IN e o reconhecimento da importância da sua actividade na sociedade.

9.6. Apreciação geral

O mandato de 2016/2020 foi marcado por uma forte movimentação reivindicativa dos trabalhadores dos sectores privado e público. Neste contexto releva-se: i) a acção e luta reivindicativa que se tornou decisiva para o início de um processo de reposição de rendimentos e de direitos que, apesar de insuficiente, contribuiu para a melhoria do poder de compra dos trabalhadores, o aumento da procura interna e o crescimento da economia; ii) a continuação da luta contra os aspectos estruturantes da política laboral de direita, nomeadamente as normas gravosas da legislação laboral; iii) o início da preparação do cinquentenário das comemorações da CGTP-IN.

Os órgãos da central cumpriram com empenho e eficácia as funções que lhes foram atribuídas, muito contribuindo o apoio inestimável de todos aqueles que participaram nas actividades da CGTP-IN.

O rejuvenescimento nos diferentes níveis da organização contribui para reforçar dinâmicas de acção e capacidade de iniciativa, mobilização, luta e proposta, ao mesmo tempo que se fortaleceu e consolidou os elementos essenciais da central – um sindicalismo de classe e massas, alicerçado nos princípios da unidade, democracia, independência e solidariedade.

Aos representantes sindicais nos órgãos e organismos de participação sindical, nacionais e comunitários, aos técnicos do Gabinete de Estudos e aos que, habitualmente, colaboram com a CGTP-IN, bem como aos funcionários da Central, os órgãos de direcção da CGTP-IN enaltecem e agradecem o empenho e a disponibilidade da sua participação, e a elevada qualidade dos seus contributos, para o desenvolvimento da acção sindical.

A acção desenvolvida pela CGTP-IN comprovou a validade e perenidade do sindicalismo de classe e de massas que preconizamos, reforçou a sua implantação no seio dos trabalhadores e consolidou o seu prestígio na sociedade.

No termo do seu mandato, a Direcção da CGTP-IN está convicta de que a intervenção global de toda a sua estrutura foi um factor determinante na defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses, um elemento fundamental para combater a política de exploração e empobrecimento e um contributo valioso e decisivo para o progresso do país, num quadro em que a situação política nos convoca a todos para concretizar a esperança e lutar pela mudança necessária, rompendo com a política de direita e abrir caminho para uma nova política de Esquerda e Soberana.

10. ANEXOS

10.1. Lutas realizadas no período do Mandato

2016

Empresas

ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal

Aeroportos (Vigilantes)

AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A

Ambicargo – Transportes, Lda.

ANIMEE – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico

APAPOL – Aliança Panificadora de Algés, Paço de Arcos e Oeiras

Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima

AVIPRONGO – Produtos Alimentares S.A.
Bingo do Vitória de Setúbal
Bingo do Vitória Futebol Clube
BOSCH
CAETANOBUS – Fabrico de Carroçarias e Autocarros
Câmara Municipal de Braga
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
CarrisBUS – Manutenção, Reparação e Transportes S.A.
CarrisTur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais
CellCat – General Cable Portugal
Centro Hospitalar Baixo Vouga
Centro Hospitalar Barcelos
Centro Hospitalar Cova da Beira
Centro Hospitalar Oeste
Centro Hospitalar Porto
Centro Hospitalar São João
Centro Hospitalar Tondela-Viseu
Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro
CHLC - Centro Hospitalar de Lisboa Central
CHLN – Centro Hospitalar Lisboa Norte
Clube Praia da Oura
CoviBus/Avanza - Transportes Urbanos da Covilhã S.A.
CP – Comboios de Portugal, EPE (Portalegre)
CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, SA
CT Cobert Telhas / Cerâmica Torreense - produção e comercialização de telhas e acessórios para te-
lhados
CTT - Centro de Distribuição Postal
CTT – Correios de Portugal
DICAD - Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências da região Norte
EDP – Call Center
EFACEC - produção de motores, geradores, transformadores e acessórios eléctricos
ELBA – Fábrica de Bolachas
EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão
EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário
Empresas Industrial Modem e Argowelder
Endutex – Produção de Têxteis Técnicos

Escola Condução Máxima Segurança
Escola Mondim de Basto
Escola Secundária Pedro Nunes
Escola/Agrupamento Inês Castro V.N. Gaia
EUREST - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda
Eurocer – Indústrias de Sanitários, SA
Frauenthal Automative – Fabricação de molas
FRT – Cargo Transportes
General Electric (trabalhadores de empresas empreiteiras: Argowelde, Rainbow, Equation e Industrial Modern)
GERTAL - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA.
GESTAMP - fabrico de componentes e conjuntos metálicos para a indústria automóvel.
Gráfica Funchalense
Groundforce
Grozbeckert - produção de agulhas para aplicações domésticas e industriais
Grupo Eulen (El Corte Inglés) – Prestação de serviços gerais para empresas
Guardas Florestais do SEPNA/GNR
Herdmar – Fábrica de cutelarias
Hospital Beatriz Ângelo
Hospital de Évora (Enfermeiros)
Hospital de Guimarães
Hospital S. Francisco de Xavier
Hotel Corinthia
Hotel Crowne Plaza
Hotel do Mar
Hotel Marriott
Hotel Mercure
Hotel Palácio do Estoril
Hotel Sana
Hotel Sheraton
ICA – Indústria e Comércio Alimentar
IKEA Industry
Impormol – Indústria Portuguesa de Molas, S.A.
IMVEN – Ambiente, Construção Civil e Obras Públicas
INATEL
Instituto Segurança Social de Vila Franca de Xira

IP – Infraestruturas de Portugal
ITAU – Serviços de Restauração Colectiva
Jado Ibéria – Produtos Metalúrgicos
Jumbo e Pão de Açúcar
LIDL
Limpersado – Limpeza, Máquinas e Transportes, SA
Lorcol – Indústria de Colas
Mafil – Fábrica de Cutelarias
Manitowoc - Indústria de serralharia mecânica, fabricação de máquinas e ferramentas
Maserc - Mármore Sérgio Coelho Lda.
MATUTANO – Sociedade de Produtos Alimentares
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A
Palmela Desporto
Panrico – Produtos Alimentares
Parmalat Portugal – Produtos Alimentares
Penina Hotel & Golf Resort
Petrogal, Petróleos de Portugal, SA
Petrogal, Petróleos de Portugal, SA (Trabalhadores do consórcio EFATM, ATM, AC SERVICES e CMN – Refinaria de Sines)
Pingo Doce
Portway - Empresa de assistência em escala nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Funchal e Beja
Preh - Fabrico de componentes para as indústrias automóvel, eléctrica, electrónica e cablagens para a indústria informática.
Printer – Indústria Gráfica
PT
Randstad – Prestação de Serviços
Ria Blades – Fábrica de Pás Eólicas
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Seda Ibérica, Embalagens, SA
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA/GNR (Guardas Florestais)
Serralã – Fábrica de Têxtil
Serviços Portugueses de Handling (SPdH)
Sines – Trabalhadores dos Empreiteiros
Soares da Costa – Empresa de Construção
Sociedade Agrícola do Rio Frio

SOLNAVE – Restaurantes e Alimentação S.A.
Somincor – Sociedade Mineira de Neves Corvo
SONAFI – Empresa de Fundição
SPP-PSP
STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto
Tempo Team – Empresa de trabalho temporário
Tensai Indústria S.A.
TESCO – Componentes para Automóveis
Têxtil Serralã
TN – Transportes Nogueira
Triumph International
Tróia Design Hotel
UNICER – Empresa de Bebidas
UNISELF – Empresa de Restauração
USL - Unidade Local de Saúde da Guarda
USL - Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo
USL - Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano
VA/Atlantis – Fábrica de Porcelana
VALNOR - Tratamento e valorização de resíduos
ValorSul - Valorização Trat. Resid. Sólidos Regiões Lisboa e Oeste S.A
Vigilantes da Segurança Privada

Sectores / Administração Pública

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

Lutas Gerais

29 de Janeiro – Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública: *“Pela imediata reposição das 35 horas semanais de trabalho”*

17 de Fevereiro – Tribuna Pública, em Lisboa, pela defesa do serviço público de transportes e modernização da linha de Cascais.

8 de Março – Dia Internacional da Mulher

31 de Março - Manifestação Nacional da Juventude

05 de Abril – Luta Nacional de todos os Sindicatos do Sector (FESAHT)

25 de Abril – Comemorações, com Manifestações e iniciativas diversas em todos as regiões do país

1 de Maio – Dia Internacional do Trabalhador: Manifestações/ desfiles/concentrações em todas as regiões do país: “Avançar pela mudança! Defender, Repor, Conquistar!”

1 de Maio - Greve Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Distribuição - **CESP**

16 a 20 de Maio: Semana Nacional de Acção de Luta - *“Defender; Repor; conquistar direitos!”*

17 de Maio – Manifestação Nacional de Trabalhadores da Administração Local – *“Em defesa dos Salários, Carreiras, Suplementos, 35 horas para todos”*

20 Maio - **Manifestação Nacional de trabalhadores da Função Pública**

18 de Junho – Manifestação *“Em Defesa da Escola Pública gratuita e de qualidade”*

26 a 30 de Setembro - *“Semana Nacional de Esclarecimento, Reivindicação e Luta”*

Em Novembro – Petição - *“Garantir o direito à Contratação Colectiva; Revogar a norma da caducidade das convenções colectivas; Assegurar o direito de negociação na Administração Pública”*

13 e 14 de Outubro - **Greve Nacional dos Enfermeiros**

18 Novembro – Manifestação Nacional de Trabalhadores da Administração Pública

2017

Empresas

Açoriana SATA

AdTA - Águas do Tejo

AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A

AMBILITAL - Investimentos Ambientais No Alentejo

APAPOL - Aliança Panificadora de Algés, Paço de Arcos e Oeiras

APED - Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição
APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Arsenal do Alfeite

ASAE

ATLANTIC FERRYS

Autoeuropa

Autoneum - Fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis

BIMBO/Donut's

BOSCH CAR Multimédia

CABELTE METALS – Transformação de Metais, S.A.

CarrisBUS – Manutenção, Reparação e Transportes S.A.

CarrisTur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais

Casino de Vila Moura

CellCat – General Cable Portugal
Cerdomus – Indústrias de Cerâmicas
CHLC - Centro Hospitalar de Lisboa Central
CHLN - Centro Hospitalar de Lisboa Norte
CHTV – Centro Hospitalar Tondela-Viseu
CHUC – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra
CLEAR - Instalações Electromecanicas,S.A.
CODUL – Metalurgia
CONTRASTÊXTIL, Lda
CRISTFANOL, LDA – Transporte de passageiros
CTT – Correios de Portugal
Delphi – Indústria de componentes automóveis
Dia Minipreço/ Logística
EDP/Randstad - Call Centers
EFACEC – Produção de motores, geradores
EGOR – Empresas de distribuição
El Corte Inglés
EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário
Empresa de manutenção do Metro do Porto
Empresa Iberlim – Empresa de Limpezas
Empresa Lousas de Valongo - Extracção e transformação de ardósia
Empresa Safira – Empresa de Limpezas
Empresas Municipais de Braga TUB e AGERE
Escolas e Jardins de Infância da Rede Pública
Estaleiros Navais de Viana do Castelo
ETAC – Empresa de transportes António da Cunha
EUREST – cantinas – Empresa de Restauração
Euroessen - Restauração e Serviços, Lda
Euromex - Higiene e limpeza industrial
Fábrica de Explosivos da Orica Mining Services
FELPINTER/Têxteis Lar
FNAC
Foamy Sparkle - Limpeza Hospitalar
FRAZAM

General Cable Celcat - Energia e Telecomunicações, S.A
Gráfica Funchalense
Groundforce
Grundéns Confeções
Grupo Auchan (Jumbo/Pão de Açúcar)
Grupo Multiauto SPGS S.A.
Grupo Pestana
Grupo Trofa Saúde – Call Center
Hanon Palmela - Fabricante de autopeças
Hipermercado Continente
Hospital Beatriz Ângelo
Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa
Hospital de Tomar e Torres Novas
Hospital de Vila Nova de Gaia
Hospital do Barreiro
Hotéis e Pousadas Porto e Chaves
Hotel Crowne Plaza Vilamoura – Hotelaria
Hotel Monte Belo
Hotel Ritz
Hotel Tivoli
Huber Trict Confeções
INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda
INEM
ISS Facility Services – Empresa de Limpezas Aeroporto de Lisboa
Jado Ibéria – Produtos metalúrgicos
Jerónimo Martins – Retalho/Logística
JMR – Armazéns – Prestação de serviços para a distribuição
Lar Residencial “A Canção”
LIDL
LimperSado – Limpeza, Máquinas e Transporte
LVT/EPAL
M. CALL S.A. - Prestação de Serviços de Telecomunicações
ManPower – Empresa trabalho temporário
MATUTANO – Sociedade de Produtos Alimentares

MEO – Call Center/Backoffice
Metropolitano de Lisboa
Mina Panasqueira
Minas Aljustrel
MSC/MEDWAY - Transportes e Logística
Multiauto SPGS
Museus
Navigator – Papel de Lavos
Parmalat Portugal – Produtos Alimentares
Petrogal, Petróleos de Portugal, SA
Petrogal, Petróleos de Portugal, SA (Trabalhadores do consórcio EFATM, ATM, AC SERVICES e CMN – Refinaria de Sines)
Pingo Doce
Pinto e Bentes - Projecto e Construção de Infraestruturas de Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica
Prestibel – Empresa de Vigilância Privada
PSP da 5ª divisão
PT/MEO
Randstad II – Prestação de Serviços
Reinserção Social da Vigilância Electrónica e dos Centros Educativos
Resiestrela – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos
Riopele – Empresa de Têxteis
Rodoviária de Lisboa
Safira Facility Services S.A.
Santa Casa Misericórdia Albufeira (Centro Infantil)
Santa Casa Misericórdia Póvoa do Varzim
SATA Internacional
Schmitt Sohn – Empresa de elevadores
SECIL
Securitas/Prossegur
Serlima - Empresa de prestação de serviços de Limpeza
Setofresa - Serviços de Tornearia e Frezagem Lda
Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas – Serviços de Assistência Médico-Social
Soares da Costa – Empresa de Construção

SOCARFER – Empresa fluvial do grupo ETE
Sociedade Agrícola de Rio Frio
Soflusa
Somincor – Sociedade Mineira de Neves Corvo
Sonae – Logística
SUCH Hospitais do Algarve
Sumol + Compal – Fábrica de Pombal
TAP
TEGOPI – Indústria Metalomecânica S.A
Teleperformance
TESCO – Componentes para Automóveis
Têxtil Gramax Internacional
Thyssenkrupp Elevadores
Tivoli Carvoeiro
Toque Latino
TRANSDEV – Aveiro Bus
Transtejo
Treves Acoustic Products & Systems Portugal - Fabricação de outros têxteis diversos
TUVR – Transportes Urbanos Vila Real
União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
UNISELF - cantinas – Empresa de Restauração
VA/Atlantis – Fábrica de Porcelana
Valindo Têxteis S.A.
ValorSul - Valorização Trat. Resid. Sólidos Regiões Lisboa e Oeste S.A

Sectores / Administração Pública

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

Lutas gerais

20 Janeiro – Greve Nacional de 24 Horas – Trabalhadores da Saúde

Em Fevereiro – Roteiro contra a precariedade

10 de Fevereiro - 8ª Conferência Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN

Entre 23 de Fevereiro e 10 de Março – Quinzena de Acção de Luta (greves, concentrações e outras acções de massas) – FIEQUIMETAL

6 a 10 de Março – Semana da Igualdade

8 de Março – Dia Internacional da Mulher

28 Março – Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora: *“Vencer a precariedade, defender os nossos direitos!”*

3 a 16 de Abril – Quinzena de Luta dos Trabalhadores do Comércio e Serviços com greves e concentrações

12 de Abril – Jantar Comemorativo do 40º Aniversário do “Congresso de todos os Sindicatos”

25 de Abril – Comemorações, com Manifestações e iniciativas diversas em todas as regiões do país

1 de Maio – Dia Internacional do Trabalhador: Manifestações/ desfiles/concentrações em todas as regiões do país: *“Valorizar o trabalho e os trabalhadores”*

1 de Maio – Greve Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Distribuição - CESP

23 e 24 de Maio – Tribunas Públicas: Reformas – Inter-Reformados

26 Maio - Greve Nacional dos Trabalhadores da Função Pública

Em Junho – Campanha: *“Valorizar o Trabalho para um Portugal com Futuro”*

2 de Junho – 7ª Conferência Nacional da CIMH/CGTP-IN: *“Valorizar o trabalho/effectuar a igualdade”*

3 de Junho – Dia Nacional de Luta: *“Unidos para Valorizar o Trabalho e os Trabalhadores”*

6 de Junho - Acção Nacional e Protesto – FESAHT – Exigência da revogação das normas gravosas do Código do Trabalho

28 de Setembro – Greve e concentração nacional dos trabalhadores das empresas de Distribuição na sede do Pingo Doce

Em Outubro – Petição: *“Contra a Precariedade, Pelo Emprego com Direitos”*

10 de Novembro – Concentração-desfile “OE 2018 – mais do mesmo não!” Sindicatos da CGTP-IN que representam trabalhadores das empresas do Grupo Águas de Portugal

18 de Novembro – Manifestação Nacional: *“Lutar para valorizar o Trabalho e os Trabalhadores*

15 de Novembro – Greve Nacional de Professores

22 de Dezembro – Greve Nacional dos trabalhadores das logísticas da distribuição – CESP

23 e 24 de Dezembro – Greve Nacional dos trabalhadores das empresas de distribuição - CESP

2018

Empresas

ACES Almada/Seixal

Águas de Resíduos da Madeira

AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
ALDI
APAPOL - Aliança Panificadora de Algés, Paço de Arcos e Oeiras
APED - Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição
Armazéns JMR
ARS Centro
ARS Lisboa e Vale do tejo
ASAE
Atlânticoline, S.A.
AUCHAN/JUMBO
Auto-Sueco, Lda
Bakery Donut's Portugal
BGI – Brisa Gestão Infraestruturas
Bingo do Atlético
BOSCH
Carnes Nobre
CARRIS
Casa de Saúde de São José
Casa do Professor – Braga
Centro Hospitalar de S. João
Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga
Centro Hospitalar Lisboa Norte
Centro Hospitalar Lisboa Ocidental
Centro Hospitalar Tondela-Viseu
Centro Hospitalar Tras-os-Montes
Centro Hospitalar Universitário do Algarve
CGD
CLECE – Hospital Amado Lusitano
Cofaco Açores, Industria Conservas, S.A.
Comissão de Utentes da Linha do Oeste
Complexo de Marvila
CP, EPE e MEDWAY
CTT
CTT do CPLN – Centro de Produção e Logística do Norte

DIA / Mini Preço

DIC / IRN – Departamento de Identificação Civil / Instituto dos Registo e Notariado

Dominó – Indústrias Cerâmicas

ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento Circulação de Almada, EM

EFACEC – Produção de motores, geradores

El Corte Inglés

EMEF

Empresa Nobre

Empresas do Grupo Barraqueiro

Empresas do Grupo IP

Empresas Frota Azul, Próximo, Translagos e Mundial Turismo

Empresas Rodoviária do Tejo/Barraqueiro, Rodoviária do Oeste e Rodoviária do Lis

Escola Secundária António Carvalho Figueiredo

EUREST - Sociedade Europeia De Restaurantes, Lda

FERTAGUS (oficinas)

Fico Cables

Gallo Vidro

GEBERIT Produção

Grupo Águas de Portugal – Adp

Grupo EVA/Barraqueiro

Grupo Lusíadas Saúde

Grupo SONAE

Hospital Amadora-Sintra

Hospital CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar

Hospital de Guimarães

Hospital de Santarém

Hospital Figueira da Foz

Hospital Garcia de Orta

Hospital São João

Hotel Altura

Inapal Plásticos

INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda

Inspecção Sanitária

Intersindical Air France

IPSS – Porto

LIDL

Manitowoc Crane – Comércio Gruas

MATUTANO – Produtos Alimentares

MECFRIND – Industrial do Socorro

Mercado de Algés

Metropolitano de Lisboa

Ministério da Justiça

Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém

Museus, Palácios e Monumentos

My Way - Serviço Aeroportuário de Assistência a passageiros de mobilidade reduzida

Panpor S.A. – Produtos Alimentares

Parque Saúde Lisboa

PIETEC – Empresa de cortiças

Pingo Doce

Plural Entertainment

Portos de Sines e Algarve

Preh Portugal - Fabrico de componentes para as indústrias automóvel, eléctrica, electrónica e cablagens para a indústria informática

PT / MEO

PT MEO – Call Centers

RANDSTAD – Empresa trabalho temporário

REDITUS – Prestação de serviços

Residenciais Montepio

RTP

Ryanair

Sacopor-Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel SA

Safira Facility Services S.A.

SAMS

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Sector Limpezas Industriais

Seda Ibérica – Embalagens S.A.

SERVIRAIL – Bares dos Comboios

Soflusa

Somincor – Sociedade Mineira

STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto

SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais

Sumol + Compal

TEGOPI - Industria Metalomecânica, SA

Transportadora Central da Ribeira de Neve

Transtejo

TUVR – Transportes Urbanos de Vila Real

União das Misericórdias Portugal

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

Unidade Local de Saúde de Matosinhos

Vanpro Assentos

VW Autoeuropa

Wondercom - Empresa de serviços de tecnologias de informação e telecomunicações

Sectores / Administração Pública

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

Lutas gerais

2 a 15 de Fevereiro – Quinzena de Luta dos trabalhadores das empresas de distribuição com plenários, greves e concentrações

6 de Julho – Concentração Nacional – AR: *“Contra o Acordo Laboral do Governo no PS – Lutar pelos direitos e o aumento dos salários, valorizar os trabalhadores!”*

5 a 9 de Março – Semana da Igualdade (Plenários, Debates, Concentrações, Manifestações, Tribunas Públicas, 4 greves (2 Nacionais). Sob o lema: *“Afirmar a Igualdade – Emprego | Direitos | Dignidade”*

8 de Março – Dia Internacional da Mulher

8 de Março – Acção de rua em Guimarães dos trabalhadores dos Têxteis em defesa da Contratação Colectiva

14 de Março – Acção Nacional pela revogação das normas gravosas da legislação laboral

23 de Março – Greve sectorial dos Têxteis em Defesa da Contratação Colectiva

28 Março – Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores: *“Não há volta a dar! Precariedade e os baixos salários são para acabar!”*

9 a 20 de Abril – Quinzena de Luta dos trabalhadores das empresas de distribuição com greves e concentrações nas sedes das maiores empresas

25 de Abril – **Comemorações, com Manifestações e iniciativas diversas em todos as regiões do país**

1 de Maio – **Dia Internacional do Trabalhador: Manifestações/ desfiles/concentrações em todas as regiões do país:** *“Lutar pelos direitos, valorizar os trabalhadores”*

1 de Maio – Greve Nacional dos trabalhadores das empresas de distribuição

9 de Junho – **Manifestação Nacional** – *“Por melhores condições de vida e de trabalho, pelos direitos, pela valorização dos trabalhadores!”*

12 de Setembro – **Greve Nacional dos trabalhadores das empresas de distribuição**

1 de Outubro – **Encontro Nacional de Dirigentes e Activistas Sindicais**

3 de Outubro – **Encontro Sindical sobre “O direito do Trabalho”**

15 de Novembro – **Grande Manifestação Nacional** – *“Avançar nos direitos; Valorizar os trabalhadores”*

24 de Dezembro – Greve Nacional dos trabalhadores das empresas de distribuição

2019

Empresas

ACES Almada/Seixal

Acuinova – Actividades Piscícolas S.A.

Agrupamento Escolas Alfredo da Silva

Agrupamento Escolas António Sérgio

Agrupamento Escolas da Caparica

Agrupamento Escolas Daniel Sampaio

Agrupamento Escolas de Mem-Martins

Agrupamento Escolas Dr. Correia Mateus

Agrupamento Escolas Eça de Queirós

Agrupamento Escolas Fernando Namora

Agrupamento Escolas Fernando Pessoa

Agrupamento Escolas João Barros

Agrupamento Escolas Reynaldo Santos

Agrupamento Escolas Vergílio Ferreira

Água e Resíduos da Madeira

AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

Aipica - Associação de Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada

Álvaro Figueiredo - Empresa rodoviária de transporte de mercadorias
Amendoeira Golf Resort
Amorim – Revestimentos
Amtrol - Alfa Metalomecânica, S.A
Apapol – Panificadora
Área Comercial da CP
Arquivo Municipal de Lisboa
Arsenal do Alfeite
ATF - Grupo The Navigator Company
Auchan
Autoridade Tributária
Auto-Sueco Portugal – Grupo Nors
Beralt Tin and Wolfram (Portugal) S.A.
Bingo Belenenses
Bombeiros Profissionais / Sapadores Bombeiros de Lisboa
Byeva – Limpeza de piscinas municipais
Central Cervejas
Centro de Distribuição Postal CTT
Centro de Saúde de Ansião
Centro Educativo e Desenvolvimento D. Maria Pia
Centro Hospitalar – Tâmega e Sousa
Centro Hospitalar de Leiria
Centro Hospitalar do Oeste
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (cantinas)
Centro Saúde Amora
Centros de Saúde do Algarve
Cerealto Sintra Foods S.A.
Cerisol - Isoladores Cerâmicos S.A.
Cervejaria Galiza
Cinca – Companhia Indústria de Cerâmica
Club Praia da Oura e do Oura Praia Hotel
CM Coimbra – Serviço Atendimento do Desporto
CNB Camac - Companhia Nacional de Borrachas, S.A
Companhia de Seguros Fidelidade

Conservatórias Registos Centrais de Lisboa
CP / EMEF
CTT
Dia Minipreço
DUNLOP – Planeta Plásticos S.A.
EDP
EFACEC – Produção de motores, geradores
EGOR – Empresa Trabalho Temporário
El Corte Inglés
Empresa Transportadora do Paço Rápido
Empresas do Grupo Barraqueiro – Rodoviária do Tejo/Lisboa
Empresas Rodoviárias de passageiros da linha de Sintra
Escola Básica Aradas
Escola Básica da Vilarinha
Escola Dr. José Afonso
Escola EB1/JL da Brandoa
Escola EB1/JL de Monte Abraão
Escola Secundária da Ramada
Escola Secundária da Vila das Aves (cantina)
Escola Secundária de Odivelas
Escolas do Concelho de Sintra
Eulen Hospital N^a Sr^a Rosário
Fábrica da PSA – Peugeot Citroen
Fima OLÁ – Produtos Alimentares
Foamy Sparkle – Serviços Técnicos de Limpeza
Fundínio S.A. - Fundação Injectada De Alumínio, S.A.
Golf da Quinta do Lago
Grupo MGM – Hotéis Albufeira
Hanon Systems Portugal - Fabricante de autopeças
Horários do Funchal e Companhia dos carros de São Gonçalo
Hospital de Braga
Hospital dos Lusíadas
Hospital Pediátrico de Coimbra
Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE

Hospitalização Privada
Hotel Dona Filipa
Hotel Faro
Hotel Fenix
Huber Tricot
Imprensa Nacional Casa da Moeda
INATEL
Inatel / Tivoli Carvoeiro
Investigação Criminal da PJ
IPO/Lisboa
IPSS
ISCTE – IUL
João de Deus - Fábrica de radiadores
Junta de Freguesia do Parque das Nações – Piscina do Oriente
Keramos-Nazari – Empresa de Cerâmica
KYAIA - Fortunato O. Frederico & Cª Lda – Fabrico de calçado
Leta – Logística da Super Bock
LIDL
LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Makro
ManpowerGroup Solutions/MEO Altice
MATUTANO
MEO, ALTICE, NOS, VODADONE – call centers
Ministério Público (Magistrados)
ML
Parques Sintra Monte da Lua
Petrogal, Petróleos de Portugal, SA
Petrogal, Petróleos de Portugal, SA – Refinaria de Porto e de Sines
Pingo Doce
Portos de Continente e Ilhas
Preh Portugal - Fabrico de componentes para a indústria automóvel
Prysmian / Celcat
PSP/GNR
Randstad – Empresa de trabalho temporário

Rangel – Distribuição e Logística
Renault Cacia
Rodoviárias do Norte
Rodoviárias do Tejo, Lis e Oeste
RTP
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Guimarães / Viseu
SBSI – Sindicato Bancários Sul e Ilhas
Schmitt – Elevadores
Scotturb – Transportes Públicos Sintra
Soares da Costa – Empresa de construção
Sociedade Almeida & Cadima Lda (LSG Group)
SOFLUSA
SOFLUSA – área comercial
SONAE
SONAE – Logísticas
SONAE INDÚSTRIA (Madeiras)
SUCH Hospital Universidade Coimbra
Tapada Nacional de Mafra
Teatro Nacional de S. Carlos / Companhia Nacional Bailado
Tesca – Têxtil
TESCO – Componentes para automóveis
Transportes Berrelhas
TRANSTEJO
TST – Transportes Sul do Tejo
União Misericórdias
Uniself - Hospital S. Sebastião
Via do Infante
Visteon - Multinacional

Sectores / Administração Pública

- Lutas sectoriais diversificadas
- Lutas na Administração Pública Central, Regional e Local (Função Pública em geral; sectores da Saúde, da Educação, da Segurança Social, Autarquias Locais e outros)

Lutas Gerais

15 a 28 de Fevereiro – Quinzena de Luta dos trabalhadores das empresas do comércio com plenários, greves e concentrações

27 de Fevereiro a 14 de Março – Quinzena de Esclarecimento Acção e Luta da FIEQUIMETAL

8 de Março – Dia Internacional da Mulher

15 a 28 de Março – Quinzena de Luta dos trabalhadores das empresas dos serviços com plenários, greves e concentrações

28 Março – Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores: “Não somos descartáveis! Temos direitos, queremos estabilidade!”

11 de Abril – Concentração Nacional na Assembleia da República – “Não à proposta de Lei do Governo PS”

12 de Abril - Encontro Nacional com o tema: “Valorizar os trabalhadores, construir um Portugal Soberano e com Futuro”

25 de Abril – Comemorações, com Manifestações e iniciativas diversas em todos as regiões do país

1 de Maio – Dia Internacional do Trabalhador: Manifestações/ desfiles/concentrações em todas as regiões do país: “Avançar nos direitos, valorizar os trabalhadores”

1 de Maio – Greve Nacional dos trabalhadores das empresas de distribuição

6 de Junho - Encontro Nacional sob o lema: “Mais Força Reivindicativa, Mais Organização, Mais Luta, Mais Resultados”

26 de Junho - Encontro Nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais, sob o lema “Organizar os Jovens Trabalhadores, Reforçar a Interjovem e os Sindicatos, Avançar na Luta”

10 de Julho – Manifestação sob o lema: “Revogar as Normas Anti-laborais, Aumentar os salários, Valorizar os trabalhadores”

19 de Julho – Acção Nacional - CGTP-IN assiste ao Plenário da Assembleia da República – Votação e discussão da proposta de Lei nº 136/XIII/3ª (GOV), que altera o Código do trabalho.

5 de Outubro – Manifestação Nacional de professores no Dia Mundial do Professor – FENPROF e Delegação CGTP-IN

11 de Outubro – Grande Encontro Sindical – “50 anos com os trabalhadores, acção e luta por um Portugal com futuro”

28 de Novembro - Encontro Sindical sobre “O poder da Comunicação Social – A valorização dos trabalhadores”

29 de Novembro – Greve Nacional dos trabalhadores não docentes dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública e das cantinas e bares concessionados das escolas e hospitais

2 a 6 de Dezembro – Semana contra a precariedade